



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

MAYARA CRISTINA C. ALBANO

RELAÇÕES RACIAIS E SIGNIFICADOS DA SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA
DA PSICOLOGIA CLÍNICA

RIO DE JANEIRO – RJ

2020

MAYARA CRISTINA C. ALBANO

**RELAÇÕES RACIAIS E SIGNIFICADOS DA SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA
DA PSICOLOGIA CLÍNICA**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira

RIO DE JANEIRO – RJ

2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A326r Albano, Mayara Cristina da Conceição, 1987-
Relações raciais e significados da subjetividade na
perspectiva da Psicologia Clínica / Mayara Cristina da
Conceição Albano. - Rio de Janeiro, 2020.
117 f.: il.

Orientadora: Luena Nascimento Nunes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais, 2020.

1. Relações Raciais. 2. Psicologia Clínica. 3.
Subjetividade. 4. Campo psi. 5. Racismo. I. Pereira,
Luena Nascimento Nunes, 1971-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais III.
Título.

ALBANO, Mayara Cristina da Conceição. Relações raciais e significados da subjetividade na perspectiva da Psicologia Clínica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Banca Examinadora

Professora Doutora Luena Nascimento Nunes Pereira (PPGCS/UFRRJ)

Professora Doutora Carly Barbosa Machado (PPGCS/UFRRJ)

Professor Doutor Hildeberto Vieira Martins (UFF)

Professora Doutora Maria Elvira Diaz (PPGAS/UFRRJ)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MAYARA CRISTINA DA CONCEIÇÃO ALBANO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/12/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira (PPGCS/UFRRJ)

Dra. Carly Barbosa Machado (PPGCS/UFRRJ)

Dr. Hildeberto Vieira Martins (UFF)

DEDICATÓRIA

Quando veio de Minas para Volta Redonda, meu pai construiu um quadro negro e o pendurou na varanda da cozinha. Esse quadro atravessou a história de todos que cresceram no quintal de casa. Nele, meu pai rabiscava seus pensamentos, anotava recados, registrava poesias, palavras novas e refrãos de músicas. Tudo passava por aquele quadro!

Lembro-me de uma vez que meu pai e eu perdemos a chave da porta da sala. Ficamos só com a chave da cozinha, a única entrada viável tornara-se pela varanda dos fundos. Isso nos levou a criar estratégias para esconder a chave na área de serviço enquanto estivéssemos na rua.

Meu pai aproveitou da sua habilidade em criar charadas para manter a chave em lugares laboriosos demais para quem quisesse entrar na casa. Ensinou-me a rascunhar algumas e, embora eu não compartilhasse da mesma aptidão que ele, conseguia me virar. Dessa forma, quem saísse escondia a chave e deixava escrito no quadro negro a charada que indicava seu esconderijo.

O passar dos anos levou consigo os rabiscos, o quadro negro e meu pai. No entanto, a presença dele mora em tantas conquistas, que fez da morte um desagrado ainda mais hermético. Ficam na memória o gostinho mineiro de sua companhia diária, o som de sua risada a cada desventura e no coração, a vontade de tentar impressioná-lo com uma última charada:

O que é? O que é?

Vejo em todas as ausências do que ainda existe

Me sufoca num abraço, sem ao menos me tocar

Os dias se costumam no vai e vem das suas linhas

E o tempo, que tudo dá e tudo tira

Faz do meu peito o seu lugar.

Para meu pai, Seu Albano

Em memória.

AGRADECIMENTOS

Registrar por escrito os agradecimentos é sempre uma tarefa sujeita a graves injustiças, principalmente se tratando da realização de um trabalho que envolve o esforço e a empatia de tantas pessoas. Compartilhar a realização de um processo de mestrado com a rotina do trabalho formal, demanda o esforço e a colaboração de muita gente, sobretudo, daqueles que contavam com a sua atenção nos tempos antes livres. Contexto que torna mais coerente tratar esta dissertação e a conclusão desse mestrado como uma conquista coletiva, além de sugerir um apelo para que as Instituições de Ensino pensem em modelos de formação que viabilize maior presença de trabalhadores em espaços de especialização e desenvolvimento de pesquisa.

O primeiro agradecimento vai aos meus alunos que, além de serem inspiração e um passeio na memória da minha infância, precisaram se adaptar, junto comigo, à rotina de estudante de mestrado. Por esta mesma razão, agradeço aos demais professores da escola que leciono, pelo suporte estratégico para tornarem minha ausência viável, em especial, aos meus amigos Bianca Sabino, Luciano Cruz e Ana Beatriz Albuquerque, sempre adoráveis cúmplices das minhas empreitadas.

Dedico imenso agradecimento à coordenação do PPGCS da UFRRJ por gentilmente viabilizar os mecanismos institucionais que possibilitaram minha frequência nas aulas. De igual modo, agradeço aos professores que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001”.

À minha orientadora Luena Pereira que compartilhou comigo e com minha pesquisa sua atenção e preocupação, mesmo diante de tantos contratemplos. Entrego a ela não só meu inestimável agradecimento e admiração, como o desejo de dar-lhe um abraço afetuoso que aperte, aproxime e acolha.

Não exagero em afirmar que não haveria essa pesquisa, na qual mergulhei com tanto gosto, se não pudesse contar com a contribuição das psicólogas clínicas que atuaram como minhas interlocutoras, compartilhando não somente seus relatos, como o desejo de ver sua ciência atuando de forma mais democrática na sociedade.

À turma do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ de 2018, um agradecimento tão largo quanto a saudade das confraternizações regadas de abraços, gargalhadas e Belchior. Nosso encontro foi uma poesia. Eu não poderia ter experimentado alegria maior!

Embora os poucos meses de vida a impeçam de compreender tamanho feito, agradeço também a sobrinha Heliza, meu “carocinho de feijão”, que nasceu no meio do processo de escrita da dissertação e chegou no mundo embriagando minhas retinas de alegria.

Aos familiares e demais amigos, o agradecimento é sempre uma rotina que acompanha meus passos, ritmados pelo sossego em poder contar sempre com vocês.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a realizar uma análise antropológica sobre os significados associados à construção subjetiva dos sujeitos negros, partindo da pressuposição colocada pela vertente de pensamento da psicologia clínica que compreende o racismo como violência estrutural da sociedade e produtor de sofrimento psíquico. Para tanto, foram entrevistadas três psicólogas clínicas que desenvolvem projetos de psicologia voltados para população negra, através dos quais defendem que o sujeito negro se insere num processo de construção subjetiva específico, marcado pela experiência do racismo. Com base nas questões apresentadas pelas interlocutoras, examino os elementos que estas profissionais atribuem à *subjetividade negra* e o que essa categoria tem produzido enquanto prática social na experiência com a clínica psicológica. Os conteúdos fornecidos pelas psicólogas clínicas sinalizam que a construção de uma linguagem para a produção de vínculos com o público-alvo, as disputas teóricas em torno de significados da subjetividade e o questionamento sobre a universalização do sujeito da Psicologia subsidiam a discussão; sugerindo que a categoria *subjetividade negra* opera na reorganização de saberes, sentidos e práticas no *campo psi*.

Palavras chaves: Subjetividade, raça, racismo, psicologia clínica, campo psi.

ABSTRACT

This dissertation proposes to carry out an anthropological analysis on the meanings associated with the subjective construction of black subjects, based on the assumption made by the clinical psychology of thought that includes racism as structural violence in society and a producer of psychological suffering. To do it, three clinical psychologists who develop psychology projects aimed at the black population were interviewed, through which they defend that the black subject is inserted in a specific subjective construction process, marked by the experience of racism. Based on the questions presented by the interlocutors, I analyze the elements that these professionals attribute to *black subjectivity* and what this category has produced as a social practice in the experience with psychological clinic. The contents provided by clinical psychologists indicate that the construction of a language for the production of links with the public-subject, the theoretical disputes around the meanings of subjectivity and the questioning about the universalization of the subject of Psychology subsidize the discussion. It suggests that the black subjectivity category operates in the reorganization of knowledge, senses and practices in the Psychology.

Key Words: Subjectivity, Race, Racism, Clinical Psychology, Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEERT: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CREAS: Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRP: Conselho Regional de Psicologia

EBEP: Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos

IBMR: Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação

PUC: Pontifícia Universidade Católica

UERJ: Universidade do Estado do Rio

UFF: Universidade Federal Fluminense

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Metodologia da pesquisa.....	11
1.2 Organização da dissertação:.....	12
2. APORTES TEÓRICOS	19
2.1 Saúde mental e relações raciais no Brasil	19
2.2 Raça.....	23
2.3 Subjetividade.....	26
2.4 A clínica	36
3. PROBLEMATIZAÇÃO DA RAÇA NA PSICOLOGIA CLÍNICA	42
3.1 Projeto de Psicologia 1 das psicólogas clínicas Jéssica e Annelise	42
3.2 Projetos literários da psicóloga clínica Olívia	44
3.3 Significantes da subjetividade.....	46
3.4 Racismo e o campo do saber psi	50
3.5 Entre o silêncio e a negligência	55
4. O DILEMA DO PSICÓLOGO BRANCO QUE ATENDE PACIENTES NEGROS E A BUSCA POR ESCUTA SEGURA	63
4.1 Criação de uma gramática a partir da categoria raça:	63
4.2 A busca por psicólogos negros:	70
5. DESDOBRAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO:	79
5.1 O racismo no divã e o processo de subjetivação do sujeito negro	79
5.2 A escolha da abordagem teórica diante das significações da subjetividade negra	90
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS.....	103

1. INTRODUÇÃO

*O que havia de mais difícil
nas nações antigas era modificar a lei;
nas modernas,
é modificar os costumes e,
para nós, a dificuldade real
começa onde a antiguidade
a via terminar...
A lei pode destruir a servidão;
Mas como fazer desaparecer
as suas marcas?"*

*Aléxis de Tocqueville (1805-1859)
A Democracia na América.*

Em 2017 integrei um programa de especialização na Universidade Castelo Branco intitulado Estado e Relações Étnico Raciais. Como trabalho de conclusão de curso, investiguei as ferramentas coletivas utilizadas por grupos políticos e acadêmicos para ressignificar o imaginário social de hiperssexualização de mulheres negras. Neste ensejo, implicava em conhecer também, através de consulta bibliográfica, o processo de construção deste imaginário social que marginalizava essa categoria e as possíveis implicações dessa hiperssexualização na construção subjetiva das mulheres. A pesquisa foi orientada pelo psicólogo e professor Celso Vergne (PUC-Rio) e co-orientada pela pedagoga e professora Célia Cristo (UNIRIO).

Neste mesmo ano, vivenciei na escola de ensino fundamental que trabalho como professora, duas situações que tomaram minha atenção e meu fôlego. Na primeira delas, uma aluna entre 9 e 10 anos me pede ajuda com as tarefas de matemática, porque estava extremamente preocupada em melhorar sua nota para poder apresentar à mãe um resultado satisfatório. Karla acreditava que com o sucesso escolar, estaria autorizada a pedir, como presente de Natal, o pote de creme que deixaria sua pele branca, finalmente.

O segundo caso narra a história das famosas festas juninas escolares. Para aproveitar o evento, eu e mais dois professores juntamos nossas turmas para apresentar a tradicional dança de quadrilha e deixamos os alunos à vontade para escolherem seus pares. Quando notamos a organização das crianças, percebemos que absolutamente todas as meninas negras haviam sido preteridas, o que as levou a formarem pares entre si.

Partiu dessa imersão acadêmica e dessas vivências o interesse em conhecer como as experiências de violência simbólica atravessam a construção subjetiva dos indivíduos e, em certa medida, se refletem nos seus comportamentos, nas interações interpessoais e na sua forma

de ver e sentir o mundo. Com este objetivo, iniciei a pesquisa do mestrado que buscava, a princípio, aprofundar na dimensão dos impactos das experiências de racismo sobre a subjetividade.

Na finalização do meu TCC fui apresentada pelo professor Celso Vergne a um projeto de psicologia que ele conheceu na PUC-Rio, criado e coordenado por duas psicólogas clínicas que se tornaram interlocutoras da pesquisa. Através da professora Célia Cristo, conheci um projeto de psicanálise também do Rio. Ambos os projetos criados e organizados por profissionais do *campo psi*¹ que eram mulheres e negras, cujos trabalhos eram direcionados para essa mesma categoria identitária. A princípio, a pertinência desses dois grupos era ideal para realização do que eu buscava investigar. A localização dos seus espaços de atendimento também contribuía para realização da pesquisa, pois ambos se localizam na cidade do Rio de Janeiro, sendo um na Zona Sul e outro no Centro da cidade. Muito embora eu tenha encontrado dificuldade de acessar as coordenadoras dos dois projetos, consegui marcar encontros e ser recebida para concretizar as entrevistas.

Esse trabalho de campo foi determinante para remodelar não somente minha perspectiva sobre o tema que estava em desenvolvimento, como também minha pergunta, pois foi na coleta de dados que me deparei com o fato da minha primeira pergunta já ter sido investigada e respondida por uma série de teóricos e intelectuais como Virgínia Leone Bicudo²,

¹ Jane Russo (1999), em seu artigo “Uma leitura antropológica do mundo “psi”” (1999), no qual discute o modo como a Antropologia foi fundamental para analisar o olhar psicologizado lançado sobre os fenômenos sociais nos anos 70 no Brasil, utiliza o termo “campo psi”. Apesar de focar sua atenção para o que classificou como “boom psicanalítico”, a antropóloga enfatiza que suas análises têm como base o momento de mobilizações contra repressões políticas, dentre elas, o movimento da contracultura e a antipsiquiatria. Eventos que resultaram tanto na aliança como na ruptura entre cientistas sociais e profissionais da saúde mental, tais como psiquiatras, psicólogos e psicanalistas. Para fins de análise e de compreensão, o termo *campo psi* é utilizado nesta pesquisa para contemplar os variados tipos de atividades e abordagens desempenhadas e aplicadas pelas psicólogas clínicas entrevistadas, pretendendo abranger, em termos de linguagem, a transversalidade dos conteúdos que associam à saúde mental do grupo para o qual dirigem seus atendimentos. Afirmando estar consciente da complexidade do termo *campo psi*, mas dada a gama de significados que o mesmo implica, talvez o aprofundamento das discussões que o termo suscita não caiba no escopo deste trabalho.

² Virgínia Leone Bicudo (1910 – 2003) foi a primeira psicanalista não médica do Brasil. Integrou, com Gioconda Mussolini e Oracy Nogueira a primeira turma de mestres formada no país, sob orientação de Donald Pierson, na Divisão de Estudos Pós Graduação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Autora da dissertação “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, defendida em 1945. A pesquisa examina as atitudes sociais relativas às diferenças raciais (entendidas como diferenças da cor da pele e outros atributos) entre pretos e mulatos das camadas médias e das camadas populares.

Neusa Santos Souza³, Izildinha Baptista Nogueira⁴, Maria Lúcia da Silva⁵, Maria Aparecida Bento⁶, entre outros pesquisadores, através de trabalhos que questionam a atuação da psicologia na problemática das relações raciais em virtude do impacto da violência do racismo sobre a construção psíquica dos sujeitos racializados. Sobre esta questão, vale grifar que os estudos da psicanalista Neusa Santos Souza tornaram-se, talvez, um dos mais relevantes nessa vertente de pesquisa no *campo psi*, pois a pesquisadora aponta para necessidade do sujeito negro ser capaz de produzir uma narrativa positiva sobre si, o que somente seria viável através de uma consciência crítica acerca da sociedade. A partir desta hipótese, ela articulou a Teoria das Ideologias com a Psicanálise como aparato teórico-conceitual ao dialogar o conceito do Materialismo Histórico⁷ e o conceito de Complexo do Édipo, uma associação até então nova para Psicanálise (SOUZA, 1983: 74). Sua pesquisa baseou-se nas coletas dos depoimentos de um grupo focal e é usada como referência teórica por diversos pesquisadores.

Foi em campo também que me deparei com terminologias e pensamentos que até então não me eram familiares, mas tornaram-se protagonistas da pergunta que eu viria a fazer: “subjetividade negra” e a ideia de o sujeito negro ter uma subjetividade específica. Diante dessas formulações, eu permiti que o campo guiasse minha pesquisa e me respondesse para além do que eu trazia inicialmente como interrogação. Como uma subjetividade pode ser racializada? O que precede esta categorização? Em quais contextos a “subjetividade negra” é acionada? Quais seriam, portanto, os significados que dariam sentido a este conceito na perspectiva das psicólogas clínicas?

A partir deste norte, reorientei meu objeto de pesquisa e meu recorte e meu campo. Isto porque, inicialmente, o campo de observação era o projeto desenvolvido pela psicanalista, apresentado pela professora Cristo e o projeto das psicólogas clínicas trazido ao meu conhecimento pelo professor Vergne. No entanto, o projeto que tinha como base uma

³ Neusa Santos Souza (1948 – 2008) foi psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira. É referência em estudos sobre saúde mental e relações raciais. Autora do livro “Tornar-se negro” (1983).

⁴ Izildinha Baptista Nogueira atualmente é psicanalista. Mestre em psicologia pela PUC-SP, doutora em psicologia pela USP com a tese “Significações do corpo negro” (1998), na qual discute como as significações do racismo produzem a dimensão simbólica do corpo negro. É especializada em psicanálise na França e uma das autoras do livro “Psicologia Social do Racismo”.

⁵ Maria Lúcia da Silva é psicóloga e psicanalista, especializada em trabalhos em grupo com recorte de gênero e raça. É diretora-presidente do Instituto AMMA – Psique e negritude, coordenadora geral da Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadores e empreendedora social da Ashoka. Organizou e escreveu junto com Noemi Kon e Cristiane Curi Abud o livro “O Racismo e o negro no Brasil – Questões para psicanálise” (2017).

⁶ Maria Aparecida Bento é psicóloga, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, doutora em Psicologia pela USP, pesquisadora associada do Instituto de Psicologia da USP e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (Ceert).

⁷ Neusa Souza faz referência ao livro *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* do filósofo do marxismo estrutural Louis Althusser como referência bibliográfica para Teoria das Ideologias.

perspectiva de atuação psicanalítica não apresentou interesse em permanecer na pesquisa, o que fora demonstrado com as recusas da coordenadora do projeto em corresponder às tentativas de contato, seja por email, whatsapp dentre outros recursos disponíveis virtualmente, uma vez que meu retorno à clínica somente seria possível mediante a autorização e agendamento. O fato de a psicanálise ser um outro campo de saber e de atuação na saúde mental e emocional, também conferiria à pesquisa uma série de desdobramentos teóricos que talvez tornasse seu processo de desenvolvimento demasiadamente complexo.

O foco da pesquisa, portanto, passou a se concentrar na psicologia clínica⁸ a partir do projeto de psicologia desenvolvido em conjunto por duas psicólogas clínicas que aqui atribuo o pseudônimo de Jéssica e Annelise. Estas são responsáveis pelo projeto que aparece na pesquisa como “Projeto de Psicologia 1”. Trata-se de um projeto que se propõe a repensar o papel da psicologia clínica sobre os efeitos psíquicos do racismo e tem como ponto de partida a premissa de que o racismo, enquanto elemento estrutural da sociedade, gera violências que atravessam a construção psíquica das pessoas negras e produz uma subjetividade específica. O objetivo do projeto estaria em garantir aos psicólogos associados uma rede de apoio de aprofundamento teórico e técnico para o atendimento de demandas marcadas pela experiência do racismo e possibilitar o bem-estar, o cuidado da saúde mental e a promoção da saúde emocional da pessoa negra. O Projeto de Psicologia 1 inicialmente foi proposto com recorte de gênero, voltando suas atividades para mulheres negras e por isso é acompanhado desde o início para a realização desta pesquisa, mas, devido à ampla procura por homens, atualmente seu atendimento abrange o público negro em geral.

O abandono de recorte de gênero do Projeto de Psicologia 1 levou minha pesquisa a encaminhar-se para o mesmo rumo, já não faria mais sentido manter o recorte de gênero se nem mesmo o campo atuava por esta perspectiva. Em virtude de tal constatação, eu deixei de construir uma pesquisa direcionada para mulheres, e passei a desdobrar-me a pessoas que se identificam e são socialmente identificadas como negras em sem recorte de gênero.

Vale sinalizar que nenhuma das duas psicólogas clínicas solicitou a ocultação do nome ou do título do projeto, no entanto, duas circunstâncias me fizeram optar por este recurso. A primeira é para evitar qualquer possível exposição que gere algum tipo de constrangimento,

⁸ No artigo O surgimento da Clínica Psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde (2007), as autoras Jaqueline Moreira, Roberta Romagnoli e Edwiges Neves discorrem sobre o conceito da clínica psicológica através de uma análise histórica sobre o surgimento dessa prática. As autoras afirmam que a Psicologia Clínica surge com o Pensamento Moderno, cujo individualismo passa a ser ideologia hegemônica, a clínica psicológica tem, portanto, sua perspectiva atrelada ao individualismo. A escuta clínica, o sofrimento psíquico e a subjetividade são conceitos pertinentes à prática clínica que, por sua vez, está vinculada às demandas do sujeito.

seja por ocasião de interpretação equivocada das falas das psicólogas ou das observações que faço dos conteúdos das entrevistas. A segunda diz respeito à dificuldade em manter distanciamento de práticas que as interlocutoras acreditam serem respostas ao racismo, dada minha afinidade com alguns apontamentos - por me reconhecer em algumas falas das interlocutoras, muito provavelmente por questão de pertencimento identitário -, acessos empáticos que produzem uma espécie de objeção no processo de estranhamento, certamente indispensável para uma pesquisa antropológica e para o alcance dos seus propósitos investigativos. Sobre o pertencimento identitário, importa conferir a ele também os seus créditos, já que me permitiram acessar manifestações afetivas das interlocutoras, como sinais de indignação, sarcasmo e outras informações subjetivas que extrapolam os limites da escrita, mas que me conduzem a uma análise mais aproximada dos sentidos das suas reações.

O Projeto de Psicologia 1 comporta uma rede de psicólogos negros distribuídos em regiões distintas da cidade do Rio de Janeiro e em Portugal, atuando com atendimentos individuais e coletivos. Foi escolhido por classificar-se como uma iniciativa que constrói seu manejo clínico na direção de um tratamento que considera a violência do racismo como um vetor de sofrimento psíquico. Nesta pesquisa, o Projeto de Psicologia 1 é pensado como um modelo de abordagem de atendimento psicológico diferenciado, à medida que se coloca como uma resposta ao que as psicólogas responsáveis caracterizam como *silenciamento* da psicologia sobre o tema da discriminação racial.

A acusação feita pelas psicólogas clínicas entrevistadas de *silenciamento* da psicologia sobre a discriminação racial e seus efeitos psíquicos é um dos dois motivos que conduziu a presente pesquisa a outros campos de investigação. Esta acusação, ou denúncia, tão marcada nas falas das interlocutoras, suscitou a necessidade de tomar como objetivo específico o conhecimento das discussões que são travadas sobre o *campo psi* e as relações raciais no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e em Escolas de Estudos Psicanalíticos. Para tanto, foram acompanhados virtualmente palestras propostas pelo CFP e, presencialmente, os seminários realizados no Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos do Rio de Janeiro, o EBEP, em Copacabana.

Dentre as discussões estudadas, algumas foram propositivas ao situarem o contexto em que o tema das relações raciais passa a ser relevante nos estudos do *campo psi* (será melhor explicado ao longo do trabalho). Alessandro de Oliveira dos Santos⁹, docente do Instituto de

⁹Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, agosto de 2016. <<https://www.youtube.com/watch?v=7kDlzfCwpw>> Disponível em 27/06/2019.

Psicologia da USP, explica que o pensamento psicológico, antes de se tornar profissão, entra na sociedade através da medicina e da educação, ambas alinhadas às teorias eugenistas que deram suporte à nova organização social no pós-abolição, o que fortaleceu a justificativa para a não integração das raças. Traz como figura importante desse período o médico e psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues, o qual estabeleceu uma relação entre comportamentos violentos e características étnico raciais, saberes científicos que foram apropriados pela psicologia no seu processo de constituição enquanto profissão.

Tomando por base o começo do século XX, de acordo com Santos, a psicologia também se funda em meio aos debates e estudos sobre relações étnico raciais:

Os primeiros cursos de psicologia social no Brasil são oferecidos por pessoas que estão ligadas ao estudo dessa temática. Então você vai ter aqui em São Paulo o médico Raul Briquet, depois você vai ter o Arthur Ramos, discípulo do Nina Rodrigues, e todos esses intelectuais estão envolvidos e fascinados com o universo da cultura negra, com a produção cultural afro brasileira, mas, sobretudo, com a religiosidade do afro brasileiro. (Transcrição de informação oral. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016)

Esse período de interesse nas relações raciais no Brasil culminou no tão marcante Projeto UNESCO que, ao contrário da harmonia entre as raças que buscava comprovar e descrever, acaba por desconstruir a ideia de que não haveria conflitos sociais entre as diferentes etnias, através de livros como “Branços e negros em São Paulo” (1955), organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Neste sentido, o papel da psicologia, por volta dos anos 70, foi compreender de que forma o racismo no Brasil é diariamente legitimado.

A partir desses canais, entrei em contato com os debates e processos sociais que deram origem a uma série de portarias e materiais que buscavam subsidiar mecanismos de combate à discriminação racial na atuação dos psicólogos, a partir do Conselho Federal de Psicologia. As mobilizações promovidas pelo CFP marcaram a iniciativa de diálogo com os movimentos sociais e a predisposição em compreender as demandas colocadas em debate. De acordo com Odair Furtado, presidente do Conselho Federal de Psicologia entre os anos 2001 e 2004, foi através da Comissão Nacional de Direitos Humanos, coordenada por Marcus Vinícius de Oliveira, psicólogo e militante da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, que o CFP destacou em suas pautas a questão da discriminação racial, com o objetivo de discutir a subjetivação do preconceito na forma de sofrimento, dando origem à campanha do Conselho

Federal em 2001: “O preconceito racial humilha. A humilhação social faz sofrer”¹⁰. Tratou-se de uma campanha nacional que mobilizou tanto os profissionais na psicologia através de Conselhos Regionais, como membros de movimentos sociais por igualdade social.

Outro produto dessa discussão que marcou um passo importante para Psicologia, foi a Resolução CFP 018/2002 que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial”¹¹. A campanha nacional e a Resolução 018/2002 marcam também o início de um diálogo entre o Movimento Negro e o Conselho Federal de Psicologia. Elisa Zaneratto Rosa, Conselheira Presidente do CRP SP de 2013 até 2016, reconheceu esse passo como:

Uma Resolução importante que marca a necessidade como princípio ético da atuação profissional, o compromisso com o combate ao racismo, o enfrentamento ao racismo como princípio ético do exercício profissional [...] Nós (referindo-se ao CFP) éramos provocados a pensar que se nós não parássemos pra identificar e refletir sobre o racismo que está presente na própria instituição, nas nossas práticas, nos modos de pensar etc. nós também não poderíamos estar na direção de um projeto para psicologia que pudesse se comprometer com o combate ao racismo. Era preciso a gente reconhecer na própria entidade, nas práticas das entidades as marcas e as expressões do racismo que historicamente se constitui na nossa sociedade. (2019)

Com a Resolução 018/2002 as repercussões do racismo estrutural passam a ser uma demanda política legítima no *campo psi*. Acessar essas iniciativas auxiliam na compreensão acerca das configurações políticas que ambientam o tema das relações raciais no *campo psi*, pois compreender o contexto em que determinadas demandas passam a ser encaradas como pauta de discussão é também compreender os significados que categorias como raça, identidade, sofrimento psíquico e subjetividade passam a ter em determinado contexto social. Além disso, tomar conhecimento de que o racismo é tema de mobilização no CFP me fez questionar o que representaria o *silenciamento* para as psicólogas clínicas que trazia a campo, uma vez que partia do CFP a promoção de espaços para debate em torno da discriminação racial.

O contato, ainda que virtual, com o CFP e com os espaços acadêmicos que promovem discussões sobre o tema das relações raciais no *campo psi*, evidencia tratar-se de

¹⁰ Conselho Federal de Psicologia <<https://site.cfp.org.br/campanhas/preconceito-racial/>> Disponível em 27/06/2019. ANEXO 1.

¹¹ Conselho Federal de Psicologia <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>

uma perspectiva em desenvolvimento que tem como porta de entrada a Psicologia Social¹² e é impulsionada pela participação popular nas determinações políticas, somados aos discursos acerca da identidade. Contudo, está completamente associado às próprias transformações sociais e suas emergências contemporâneas. Com esta temática, inaugura-se uma nova linguagem comunicativa que equaciona demanda social, produção teórica e prática clínica. Um processo histórico e político do qual a iniciativa de Jéssica e Annelise em criar um projeto de psicologia voltado para população negra é fruto.

À medida que as circunstâncias sociais produzem novas demandas e novos sentidos para a identidade étnica no cenário da psicologia clínica, há também a necessidade de produção de uma gramática que garanta inteligibilidade não só para a compreensão de tais transformações, como também para compreensão das repercussões da experiência do racismo, que, nesta lógica, se insere no campo de disputa teórica para ser compreendida pela psicologia clínica como sofrimento psíquico. A essa nova gramática Twine e Steinbugler (2006) definem como “letramento racial”. No contexto desta disputa de significados em torno das categorias subjetividade e sofrimento psíquico, a assimilação desta linguagem, ou seja, a relação do profissional com o letramento racial é o que vai posicioná-lo no lugar de qualificação moral em relação ao comprometimento de sua prática no combate à discriminação racial. O campo, mais uma vez, encaminhava a pesquisa para novos questionamentos acerca da produção ou releitura dos saberes necessários ao profissional da psicologia clínica para conformar sua prática à demanda emergente, o que põe em curso também as mudanças no horizonte do campo do saber em virtude das disputas de domínio teórico. Se a experiência do racismo produz sofrimento psíquico, quais são os saberes necessários ao profissional clínico para reconhecer nas narrativas levadas à clínica os desdobramentos desse afeto?

Quanto a isso, as psicólogas Jéssica e Annelise argumentam que seria inviável ao psicólogo negro, sem letramento racial, e ao psicólogo branco, em qualquer circunstância, alcançar a dimensão do sofrimento psíquico gerado ao sujeito negro pela sua condição de racializado em uma sociedade cuja estrutura é racista. O argumento das psicólogas implica, por sua vez, em novos questionamentos. Quais significados as psicólogas atribuem à subjetividade

¹² Segundo Cláudio Torres, autor do livro *Psicologia Social - Principais temas e vertentes*, a Psicologia Social surge como uma subdivisão fruto da separação ocorrida no início do século XX entre as disciplinas Psicologia e Sociologia, responsáveis pelas reflexões sobre indivíduo e sociedade. Cabe à Psicologia Social a compreensão da natureza e da causa do comportamento social humano; o conhecimento do indivíduo no conjunto das suas relações sociais, considerando a mútua interação entre o contexto intraindividual e social. Segundo o autor, atualmente a Psicologia Social “tenta contribuir para a construção de um conhecimento psicossocial de natureza científica e capaz de ser aplicado à realidade social dos novos tempos.

do sujeito negro para considerá-la inacessível a profissionais que não partilham da mesma identidade racial que os pacientes? As experiências do racismo repercutem psicicamente em todos os sujeitos que se identificam como negro de igual modo? Pensar numa subjetividade racializada não seria essencializar o sujeito negro? Quais limites se impõem para que o marcador de raça na subjetividade seja uma forma de ampliar a escuta na psicologia clínica e não mais uma forma de reforçar a discriminação?

Este posicionamento encerra o segundo motivo que levou esta pesquisa a inserir uma terceira psicóloga clínica, para fins de observação e contato com uma possível posição diferente de Jéssica e Annelise. O objetivo seria investigar se os posicionamentos de Jéssica e Annelise são representantes de uma perspectiva dentro desta vertente de pensamento do *campo psi* que dialoga raça e subjetividade. A psicóloga que passa a contribuir para o desdobramento desta pesquisa foi sugerida pela minha psicóloga clínica. Aqui eu a identifico como Olívia e, neste caso, foi solicitado o uso de pseudônimo para preservação de sua identidade. A psicóloga Olívia também possui clínica em um dos bairros do Rio de Janeiro, através da qual desenvolve o que nomeio neste trabalho como “Projeto de Literatura”. Os trabalhos de Olívia são voltados para população negra, a profissional também alega haver uma subjetividade negra em virtude da experiência do racismo.

Além de considerar a existência de uma subjetividade específica gerada pela experiência do racismo, há outros pontos que assemelham as percepções de Jéssica, Annelise e Olívia em torno do racismo, do sofrimento psíquico e da subjetividade. Todas concebem o racismo como vetor de sofrimento psíquico; apesar de serem negras, foi na atuação profissional que perceberam correlação entre a violência do racismo e a construção psíquica; acreditam que a Psicologia negligencia a temática das relações raciais; defendem que o racismo estrutural produz um ambiente de construção subjetiva específica para os sujeitos negros; enxergam o sofrimento psíquico como político, ou seja, creditam ao campo social as motivações para o sofrimento da ordem individual. Neste último caso, a instância da individualidade passa a ter também um sentido questionável, em se tratando do *campo psi*. O significado que se dá a existência individual interfere ou se traduz na identidade social. Essa identidade que ora se produz, ora se revela, reverbera nos seus modos de classificação e nos sentidos que se associam a ela ao mesmo tempo em que evoca o paradoxo de rejeitar o universalismo científico sobre o qual se constrói o sujeito da psicologia.

Metodologicamente, Jéssica, Annelise e Olívia desenvolvem o que identifico neste trabalho como um mecanismo de comunicação do qual fala o antropólogo Dias Duarte (1986)

para produzir correspondência entre a demanda política de representação e a clínica. Os projetos que coordenam através da clínica envolvem a ligação com a estética através da relação entre o sujeito negro e seu corpo. Com isso, o corpo também se torna parte desta linguagem que vai mediar o processo de identificação entre o público alvo e a clínica; o aprofundamento através de formação continuada com cursos e especializações voltados para as relações raciais; escolha por abordagens teóricas que acreditam proporcionar a inteligibilidade necessária para compreender os desdobramentos dos significados que associam à subjetividade negra.

É possível subtrair das interlocutoras e dos pacientes que elas pertinentemente trazem ao enriquecimento da pesquisa a construção semântica do que é ser negro e, conseqüente a essa perspectiva, a produção de demandas objetivas e subjetivas que essa categoria perfilada por memórias e status sociais emanam dentro de um contexto cultural e social. A contemporaneidade desta representação aparece não só no esforço expresso pelas psicólogas em propor uma releitura reparadora da psicologia clínica, uma espécie de acerto de contas com a questão racial, como nas falas dos seus pacientes e no desejo de se verem refletidos nos espaços clínicos.

A categoria *subjetividade negra* produz dentro da psicologia clínica uma reorganização de sentidos, saberes e práticas. Deste modo, a transparência com a qual as psicólogas clínicas partilham a construção dos projetos que desenvolvem; a perspectiva sobre o racismo; a forma como percebem o atravessamento dessa violência nos relatos dos pacientes e o modo como atuam diante desta problemática situam o leitor acerca dos elementos que definem como *subjetividade negra*, dentro do papel da psicologia clínica. Esta dissertação busca se debruçar ao conjunto de significados elencados pelas psicólogas para se referir a subjetividade da pessoa negra e à forma performática que esses significados determinam sua prática clínica.

Para fins de contextualização do objetivo geral, são colocadas nesta pesquisa como objetivos específicos as seguintes observações: a construção de uma linguagem para a produção de vínculos com o público para o qual os projetos se direcionam; a correspondência existente entre o público alvo e a vertente de pensamento proposta pelas psicólogas, que traduz a busca por sentidos; a análise das disputas discursivas que esses significados encerram dentro da psicologia clínica.

Pensar numa clínica que se propõe atender as especificidades da construção psíquica de pessoas expostas à violência do racismo é pensar, antes de tudo, o que essa clínica compreende por subjetividade da pessoa negra, e de que modo este entendimento reorganiza

saberes, afetos e práticas sociais. Esta, portanto, é a principal pergunta que pretende ser respondida por esta pesquisa. Sua importância se assenta na necessidade de compreender e contextualizar o impacto das mobilizações políticas e sociais que buscam elaborar uma contranarrativa que descentralize os discursos científicos hegemônicos no *campo psi*, assim como as disputas epistemológicas que tem como finalidade legitimar os saberes autorizados a operar sobre o sujeito.

1.1 Metodologia da pesquisa

Para realização da pesquisa de caráter qualitativo e para coleta de informações, utilizei como instrumento a entrevista (pessoalmente e por Skype) através de um roteiro semiestruturado. Em todos os casos entrei em contato com o entrevistado por meio de e-mail, Whatsapp ou Instagram. Como o intuito da pesquisa é investigar o que as psicólogas clínicas têm construído em torno do conceito de subjetividade do sujeito negro, o critério para escolha dos profissionais entrevistados seguiu a seguinte ordem: ser psicólogo; identificar-se como negro; desenvolver ou estar associado a projetos na área de atuação direcionados à população negra; atenderem em consultório particular. Sobre este último, é importante deixar claro que os relatos trazidos pelos psicólogos entrevistados são de pacientes que tem acesso ao serviço de cuidado com saúde mental no setor privado, o que por si só já demarca um recorte de classe.

Para todas as entrevistadas foi enviado o projeto de pesquisa e deixado explícito o objetivo da coleta de dados, assim como a possível divulgação deles para uso de análise de pesquisa. Somente uma das psicólogas entrevistadas solicitou que seu nome real não fosse divulgado e está citada por um pseudônimo. Cada entrevista teve duração média de uma hora. Embora eu tivesse construído um roteiro de perguntas diretas para a realização da entrevista, a análise de cada um dos conteúdos subtraídos das entrevistas foi realizada de acordo com a discussão proposta em cada capítulo.

Conforme foi explicado brevemente na primeira parte da Introdução, além das entrevistas com as psicólogas Jéssica e Annelise responsáveis pelo Projeto de Psicologia 1 e a psicóloga clínica Olívia, criadora do Projeto de Literatura, o trabalho de campo contou com o acompanhamento virtual e presencial de seminários, mesas de debates em congressos e entrevistas realizadas por algumas Universidades Públicas a seminários no Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos - RJ, com o objetivo de conhecer os trabalhos desenvolvidos dentro da temática e aprofundar a discussão sobre a relação entre psicologia e relações raciais.

Tomei como critérios para escolha dos vídeos ou seminários tratarem especificamente de pautas concernentes à psicologia e relações raciais, uma vez que a maioria dos seminários ou mesas de debate foram propostos por Institutos de Psicologia; outro critério foi serem realizados por instituições públicas ou por Escolas de Psicanálise, e ministrados por psicólogos ou psicanalistas. Todas as informações deste tópico foram aproveitadas para fins de aproximação e compreensão do vocabulário do *campo psi*.

Uma vez que minha graduação é em ciências sociais e minha pesquisa no mestrado pretende compreender de uma perspectiva antropológica questões que são antes pertinentes à psicologia, o contato com termos e debates pouco explorados nos meus trabalhos anteriores, compeliu-me a investigação de conteúdos do *campo psi* para que eu apreendesse a linguagem utilizada pelas interlocutoras, assim como a pertinência de algumas discussões como raça, racismo, negritude, branquitude, desigualdade, subjetividade, por vezes marcadas em suas falas. Não somente a compreensão em termos linguísticos, como em termos de processo de construção de um discurso dentro de um espaço temporal. Entender que raça é hoje um discurso pertinente no campo da saúde mental é compreender quais foram as portas de entrada desta reflexão para uma ciência cujo sujeito é categorizado como universal. É compreender, antes de tudo, o impacto dos movimentos sociais e sua leitura sobre o significado da categoria "sujeito". O que em certa medida, visa explicar que o conjunto de informações objetiva também evitar a temerária ausência de contextualização (uma forma de me aproximar dos dados que me foram apresentados). Nessas buscas de retorno a discursos e aos processos sociais que os subsidiam, fica claro que a transdisciplinaridade muitas vezes se impõe a um campo científico antes mesmo do seu sentido se fazer claro.

A opção por transcrever parte considerável das falas das entrevistadas foi feita por acreditar que seria a maneira mais clara de transmitir o significado atribuído às experiências de cada interlocutora e de garantir ao leitor acesso aos processos subjetivos dos conteúdos que estas expõem, o que poderia ser afetado caso reduzisse ainda mais as suas falas. A transcrição coloca-se também como um recurso para garantir a conexão entre as categorias cujas análises são feitas separadamente ao longo da dissertação.

1.2 Organização da dissertação:

Esta dissertação está organizada em 6 capítulos. No capítulo 2 “Aportes Teóricos”, busco apresentar as principais referências teóricas que constroem esta pesquisa e estão

distribuídas nos seguintes tópicos temáticos: Saúde mental e relações raciais no Brasil; Raça; Subjetividade e Clínica.

Na seção “Saúde Mental e Relações Raciais no Brasil”, apresento o processo de introdução das reflexões acerca das relações raciais no Brasil. Parto, para isso, da contextualização histórica e analítica proposta por Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins, no artigo “A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político”.

Este cenário amplia caminhos para produções bibliográficas mais contemporâneas sobre o tema, entre as quais destaco as produções teóricas das psicólogas Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento que organizaram o livro “Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude no Brasil”, lançado em 2014. O livro apresenta a perspectiva da Psicologia Social, porta de entrada para a pauta das relações raciais no *campo psi*. E o livro “O racismo e o negro no Brasil – questões para a psicanálise”, publicado em 2017, do qual aproveito a análise de Maria Lúcia da Silva a respeito do silenciamento dos profissionais do campo de saúde mental sobre o impacto do racismo estrutural sobre e emocionalidade dos grupos racializados.

No tópico “Raça”, articulo a categoria raça acionada pelas psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia ao desdobramento pensado por Stuart Hall (2016), que pensa raça enquanto categoria discursiva. Esta articulação se faz possível à medida que trato das disputas que encerram a produção de uma contranarrativa em relação à teoria de sujeito universal da psicologia, produzida através da vertente teórica dentro do *campo psi* que relaciona experiência do racismo e produção de sofrimento psíquico como um elemento que atravessa a construção subjetiva do sujeito negro. Os elementos associados à identidade racial através da categoria raça são analisados e percebidos como fundamento da construção de uma linguagem utilizada pelas psicólogas com finalidade de suscitar vínculos simbólicos e relacionados à memória da experiência do racismo, com o público para o qual os projetos que coordenam e a clínica que atuam se direcionam.

A seção “Subjetividade” reúne autores que buscaram descrever em seus trabalhos as implicações simbólicas que constituem a subjetividade dos sujeitos negros, numa abordagem que relaciona o racismo estrutural e os efeitos desta violência na construção psíquica.

Wade W. Nobles (2009) argumenta que a experiência do racismo impeliu ao negro o processo de *descarrilhamento*, ao sugerir que o efeito psíquico da experiência do racismo o desconectou na noção de ser humano.

Já a psicóloga Vânia Maria Bonfim (2009) utiliza o termo *desfazimento* para classificar o exercício psíquico do sujeito negro para adaptar-se à uma configuração social que o descaracteriza, o que levaria este sujeito a desfazer-se dos elementos que constituem sua identidade racial para adequar-se à sociedade cuja estrutura é racista.

Frantz Fanon (2008), através da metáfora que intitulou o livro “Pele negra máscaras brancas”, propõe a ideia da *alienação colonial*, caracterizada pela impossibilidade do colonizado constituir-se como sujeito, no sentido de elaborar o próprio discurso sobre si.

A psicanalista Neusa Souza (1983) tornou-se uma grande referência, inclusive dentre as interlocutoras, ao investigar os elementos subjetivos implicados no processo de ascensão social de um grupo de pacientes negros e identificar a existência do que classificou como *custo emocional da sujeição*.

Por fim, o psicanalista Jurandir Freire (1986) classifica o racismo como *violência* e correlaciona o processo de identificação do sujeito negro à violência constante do racismo para afirmar a ideia de sonegação da possibilidade do indivíduo negro produzir uma relação harmoniosa com o que seu corpo traduz para realidade social. Elenca ao processo de identificação do sujeito negro sintomas como *fetichismo da branquidão, relação persecutória e perversão do pensamento*.

No tópico “A clínica” proponho a compreensão dos elementos sociais atuantes como fomento para a produção de técnicas, saberes e discursos que tem como finalidade promover no *campo psi*, uma clínica de atendimento psicológico voltada para responder às especificidades do processo de construção da subjetividade do sujeito negro. Para tanto, reporto-me às análises sugeridas pelo filósofo Michel Foucault no livro “O nascimento da clínica” (1977).

A partir da análise antropológica de Dias Duarte (1986), examino o modo como se dá o processo que leva a categoria sofrimento psíquico, associado à experiência do racismo, irromper como base para uma prática social de um determinado grupo na psicologia clínica.

A subdivisão do capítulo 3, “Problematização da raça na psicologia clínica se organiza da seguinte forma: Projeto de Psicologia 1 das psicólogas clínicas Jéssica e Annelise; Projeto literário da psicóloga clínica Olívia; Significantes da subjetividade; Debate do racismo e a formação do psicólogo e Entre o silêncio e a negligência.

Esta seção se dedica a apresentar, através da transcrição das entrevistas das psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia os projetos por elas coordenados, eles estão descritos nos dois primeiros tópicos. Os seguintes serão descritos a seguir.

A seção “Significantes da subjetividade” é norteada pelos efeitos da categoria raça na relação que as psicólogas estabelecem com a clínica. Parto dos seus depoimentos para localizar e analisar os elementos que elas associam à ideia de subjetividade negra. Terminologias como *despertar a consciência*, *auto ódio* possibilitam investigar os sentidos que as psicólogas associam à relação que o sujeito negro estabelece com sua identidade racial, assim como as expectativas que elas constroem em torno desta mesma relação em termos de memórias e afetividades.

Os projetos que desenvolvem e os mecanismos que utilizam para produzir uma comunicação com a demanda que emerge no campo social a partir dos debates sobre identidade, raça e representação nos permitem compreender quais são os elementos que julgam estar associados à construção psíquica do sujeito negro e traçar um paralelo entre o que está presente nesta construção e o que elas, enquanto psicólogas clínicas, identificam que precisa ser possibilitado a este sujeito através dos projetos. A contribuição de Hall (2006), no que diz respeito ao uso da categoria raça para fins de disputas discursivas, auxiliará a compreensão do conteúdo.

O tópico “Racismo e o campo do saber psi” discorre sobre os debates travados pelos Movimentos Sociais, os quais possibilitaram um ambiente de discussão que deu suporte não somente à criação dos projetos de psicologia aqui estudados, mas também a uma nova forma de perceber a amplitude da formação do profissional da saúde mental. Assim sendo, as novas formas de se pensar o sujeito exigem um novo modo de se reportar a ele e de escutá-lo no processo de tratamento terapêutico. Neste aspecto, há um processo de construção conjunta que envolve o analista e a compreensão dos campos que permeiam a subjetividade do sujeito negro.

Na concepção das psicólogas trazidas a campo, as mudanças na perspectiva da formação do analista que conjuga formação acadêmica e vivência (pelo menos no atendimento direcionado ao sujeito negro), seguem o curso de uma discussão já proposta pelo Conselho Federal de Psicologia que resultou na Resolução 018/2002. Uma iniciativa que sugere articular a formação do profissional com seu comprometimento com as transformações sociais.

Se consideramos que o racismo e seus desdobramentos passam a ser uma demanda social levada à clínica, é necessário considerar, por sua vez, que uma nova problemática apresentada como pauta, compele aos envolvidos a produção e o acesso a saberes que permitam compreendê-la. Este subtópico pretende se debruçar sobre o impacto da categoria raça na relação de diálogo com as demandas dos movimentos sociais na *luta antirracista* e no que ficou

conhecido popularmente como *empoderamento negro*, assim como a proximidade com outras instituições ou correntes de pensamento que discutem sobre relações raciais e subjetividade.

No tópico “Entre o silêncio e a negligência”, parto da pesquisa de Schucman e Santos (2015) para analisar como a categoria raça se localiza na compreensão das desigualdades sociais e qual seria a relevância das relações raciais no processo de formação acadêmica de Psicologia. A partir deste estudo, traço um diálogo com o que as psicólogas clínicas Jéssica, Annelise e Olívia denunciam como silenciamento e/ou negligência da academia em relação ao tema racismo.

O capítulo 4, “O dilema do psicólogo branco que atende pacientes negros e a busca por escuta segura”, está organizado em duas sessões: “Criação de uma gramática a partir da categoria raça” e “Busca por psicólogos negros”. A partir desses dois tópicos, desenvolvo uma perspectiva analítica sobre o que identifico como produção ou reforço de elementos de identificação com o público alvo das psicólogas clínicas entrevistadas. O interessante desta análise não está necessariamente no fato dos mecanismos simbólicos e discursivos serem apropriados pelas psicólogas através da sua prática e dos seus projetos, como claramente acontece, mas sim o modo como o contexto social e cultural possibilita uma comunicação, à medida que acontece um fenômeno de migração dos pacientes negros que optam dar continuidade no seu tratamento com um psicólogo clínico negro.

No tópico “Criação de uma gramática a partir da categoria raça” a ideia de criação de uma gramática é aplicada ao intuito estratégico de construir ou reforçar uma linguagem simbólica e discursiva que corresponda às demandas sociais, que mantenha os projetos de psicologia atualizados com os debates emergentes. Dentre os fatores citados no conteúdo fornecido pelas psicólogas, o que julgo ser mais relevante na busca ou produção de artifícios para comunicação é, em primeiro lugar, a inteligência que Jéssica estabelece como necessária para lidar com uma *psicologia descolonizada*. Em segundo lugar, destaco o processo de abandonar o recorte de gênero para atender os pacientes homens que procuravam atendimento, agregando à base teórica do projeto a visão *interseccional*. Parte dessa percepção tanto as modificações no projeto como as estratégias para mobilizarem sua rede de psicólogos.

Os relatos das psicólogas entrevistadas trazem a alegação de que o psicólogo branco, por não ter vivenciado a violência do racismo, assim como os psicólogos que não possuem letramento a respeito dos efeitos da ideologia do racismo (isso independentemente da identidade racial do profissional) não ofereceriam um tratamento adequado para o paciente

negro. Sob a mesma lógica, há uma movimentação consideravelmente relevante de pacientes negros em busca de terapeutas também negros.

No subtítulo “A busca por psicólogos negros”, busca-se discutir as causas e os possíveis efeitos destes comportamentos para se pensar as definições de sujeito que têm sido construídas a partir das constatações feitas pelas psicólogas analisadas, além de compreender como os significados associados à subjetividade negra instauram um novo sentido à ideia de escuta segura. Parto da produção de uma gramática suscitada pelo contexto social, no qual a discussão sobre identidade racial se torna pertinente, e do fenômeno que Hall classificou como *imaginário da unidade*. Os projetos de psicologia, nesse sentido, são localizados como produto de representação identitária no processo de ressignificação da clínica.

O interesse do capítulo 5, “Desdobramentos sobre o processo de subjetivação” é apresentar casos clínicos compartilhados pelas psicólogas e analisar o modo como elas compreendem o atravessamento da violência do racismo nas experiências expostas, assim como a abordagem teórica utilizada em seus manejos clínicos contribuem para essa percepção. A divisão se organiza em dois segmentos: “O racismo no divã e o processo de subjetivação do sujeito negro” e “A escolha da abordagem teórica diante das significações da subjetividade negra”.

A seção “O racismo no divã e o processo de subjetivação” conta com a transcrição dos relatos de casos nos quais as psicólogas identificam o atravessamento do racismo. A pretensão é compreender quais são os elementos que sinalizam às psicólogas o impacto desta violência nas experiências compartilhadas durante o tratamento e como se constrói o sentido de correspondência entre os relatos e o que elas atribuem como qualidade da subjetividade do sujeito negro.

Na seção “A escolha da abordagem teórica diante das significações da subjetividade negra”, a discussão se dá a partir das abordagens teóricas utilizadas no manejo clínico de cada profissional entrevistada. Com o auxílio da análise de Foucault (1977), objetiva-se discorrer sobre o modo como as categorias subjetividade e sofrimento psíquico, a partir do momento que são ressignificados dentro de um dado contexto social e cultural, impactam o modo de operar sobre os sujeitos, desencadeando uma releitura sobre as técnicas de atuação sobre o sofrimento psíquico.

Por fim, no capítulo 6, “Considerações finais”, organizo os pontos centrais da discussão a partir dos posicionamentos das interlocutoras para propor um desfecho acerca dos

significados que as psicólogas clínicas constroem como qualidade da subjetividade negra e das disputas epistemológicas que possibilitam esta discussão.

2. APORTES TEÓRICOS

2.1 Saúde mental e relações raciais no Brasil

Neste capítulo pretendo fazer uma breve contextualização dos processos históricos e sociais que levaram o tema do racismo e a categoria raça a ocuparem um dos tópicos das discussões teóricas no *campo psi*, a fim de possibilitar ao leitor a compreensão de que os sentidos atribuídos à raça e ao racismo necessitam ser analisados de acordo com o contexto discursivo que cada época impõe à sua configuração e aos seus desdobramentos.

Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins, no artigo “A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político”, a partir de uma visão cronológica e analítica, contextualizam como a questão racial tornou-se interesse nos saberes psicológicos, retratando, na construção desse discurso, o diálogo presente entre a psicologia, os movimentos sociais e as correntes intelectuais.

Segundo Schucman e Martins (2017: 175), existem três marcos discursivos pertinentes à psicologia que endereçam o debate acerca do problema racial. Primeiramente, no fim do século XIX, o negro era tomado como "objeto da ciência". De acordo com os autores, a porta de entrada para que o problema racial fosse colocado em pauta foram os estudos médicos psicológicos de Nina Rodrigues (1862 – 1903), desenvolvidos na "Escola Baiana de Psicologia". Baseando-se no sentido biológico do termo raça, Rodrigues tomou os negros como possíveis ameaças para o projeto de constituição da sociedade e seu propósito de normalização. Neste contexto, a miscigenação obedecia uma conotação negativa, devido a características patologizáveis do negro e, por esta razão, o "elemento negro" deveria estar sob o controle da ciência.

Visando enquadrar-se nas pretensões de uma sociedade moderna do início do século XX, um segundo momento é marcado pelo fenômeno histórico que ficou conhecido como Estado Novo. Tal processo levou o país a reformular sua perspectiva sobre a miscigenação, direcionando a essa mistura um olhar de "positividade". Gilberto Freyre (1900 - 1987) e Arthur Ramos (1903 - 1949) protagonizam a produção de pensamentos sobre o impacto da miscigenação na identidade nacional e sua ideia de agregação ao valor cultural.

Este período também registrou em seu percurso a interdisciplinaridade no debate da questão racial possibilitado pelo projeto da UNESCO, que equaciona desigualdade social e desigualdade racial como caminhos para se pensar a identidade brasileira. (SHUCMAN; MARTINS, 2017: 176)

O terceiro momento marca o início da década de 1970. A participação popular ganha espaço na pretensão de construção de um projeto democrático. Acompanhado da nova relação que a sociedade estabelecia com as estruturas de representação política, a própria forma de compreender as relações raciais também é transformada, o que se expressa nas produções intelectuais. Schucman e Martins destacam o nome do sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) para exemplificar seu argumento. Na perspectiva deste sociólogo, a opressão racial produz privilégios materiais e simbólicos que estruturam as relações de poder e a constituição da identidade. A raça é tomada por Hasenbalg como constructo social. Schucman e Martins ressaltam que:

Os estudos do campo da Psicologia também passam a compreender a raça como categoria social, que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. Portanto, a partir daí as produções da Psicologia e principalmente da Psicologia Social, passam a pensar o fenômeno do racismo do ponto de vista psicossocial e não psicologizante, pois não localizam no sujeito discriminado a responsabilidade pela discriminação racial que vive cotidianamente, e sim nas relações de poder entre diferentes grupos, evidenciando a força dessa categoria como fator de diferenciação e de hierarquização social. Nesse momento a Psicologia Social brasileira é chamada a responder a esse problema, principalmente por agentes dos movimentos sociais negros, e a prestar contas da lacuna em sua produção no que se refere aos estudos das relações raciais. A partir da década de 80 do século passado, surge um movimento em que o enfoque dos trabalhos tanto teóricos como de intervenção do psicólogo é concentrado nos efeitos psicossociais do racismo. (SCHUCMAN; MARTINS, 2017: 178)

A partir deste cenário emerge uma série de produções teóricas, especialmente no campo da psicologia social, que concebem o racismo como fenômeno estrutural da sociedade, convidando a psicologia a contribuir, em sua prática, para uma lógica de desnaturalização das desigualdades sociais (SCHUCMAN; MARTINS, 2017: 179).

De acordo com Schucman e Martins, dessa sucessão de processos de transformações sociais e epistemológicas, derivam duas organizações que se tornaram fundamentais na elaboração de intervenções e respostas aos efeitos psicossociais do racismo. O primeiro é o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT)¹³, fundado em 1990 pela psicóloga Maria Aparecida Silvia Bento. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que contribui para promoção de ações contra o racismo. Em 1995 foi fundado pelas psicólogas Silvia de Souza, Marilsa de Souza Martins, Ana Maria Silva e Maria Lúcia da Silva o Instituto AMMA Psique e Negritude, até hoje uma das principais referências de reconhecimento do racismo como veículo de sofrimento psíquico, atuante no estreitamento

¹³ Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. Disponível em <<https://www.ceert.org.br/>> Acesso, 12/03/2020.

entre o debate da desigualdade racial e a categoria de profissionais da saúde mental (SCHUCMAN; MARTINS, 2017: 180).

Os fenômenos sociais que conduziram a raça para a lista de elementos a serem discutidos na psicologia geraram, em consoante, mudanças nas portarias do CFP, nas produções intelectuais e acadêmicas.

Um dos marcos que explicitam na psicologia o fervor deste debate é a criação da Resolução 018/2002¹⁴, que versa sobre o comprometimento e responsabilidade do psicólogo para com a eliminação do racismo no seu exercício profissional. Esta resolução legitima a questão racial como pauta pertinente à psicologia e marca o fenômeno da integração entre Movimentos Sociais e a instituição política Conselho Federal de Psicologia. Em termos institucionais, seria esta uma das formas mais concretas de explicitar o modo como a demanda popular está imbricada nas relações de poder e afeta simbólica e efetivamente as práticas sociais.

A criação de bibliografias que organizam os debates e as ações fomentadas por intelectuais e profissionais do *campo psi*, os quais contribuem para a difusão e acesso às abordagens teóricas que justificam e enfatizam os desdobramentos desta pauta na atualidade, também aparecem como um dos produtos resultantes das discussões sobre saúde mental e relações raciais no Brasil.

As psicólogas Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento organizaram o livro “Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude no Brasil”, lançado em 2014. A obra busca colocar à mesa os efeitos psicossociais do universalismo científico produzido em contextos ideológicos racistas, com isso, chama à discussão a dimensão subjetiva do que concebem como *branquitude*, tendo em conta a neutralidade racial da qual se beneficia esta categoria. Seus recursos conceituais partem da arguição questionamento de que a questão racial não é incorporada à questão de gênero e classe, portanto, faz jus a um recorte temático específico na psicologia social.

O livro reúne uma série de estudos e pesquisas cujo argumento central se reporta ao impacto do racismo sobre o branco e o silenciamento em torno deste fato, o que por um lado contribui para permanência desta categoria no lugar de neutralidade, e por outro, agrava os impactos violentos do sistema de racialização dos demais grupos.

Numa abordagem mais recente, a psicóloga Maria Lúcia da Silva destacou dois aspectos que a clínica não deve negligenciar a respeito do racismo no livro que também se

¹⁴ Anexo 2.

tornou referência para a corrente intelectual do *campo psi* que discute raça, “O racismo e o negro no Brasil – questões para a psicanálise”, publicado em 2017. O primeiro aspecto, diz respeito à estrutura da sociedade:

O racismo está na base do desenvolvimento do sistema capitalista moderno (a partir do século XVI), na estruturação da sociedade brasileira, conseqüentemente, nas estruturas de governo e nas formas de organização do Estado, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, beneficiando material e simbolicamente os grupos nomeados como brancos e que, obviamente, essa realidade determina a forma como as pessoas e os grupos se veem, pensam e relacionam. (SILVA, 2017: 80)

Ao debater sobre Identidade e Identificação, processos que são construídos no interior da relação com o outro se constroem, portanto, a partir da experiência de vida dos indivíduos. Silva chama atenção para a influência das representações negativas na formação desta identidade:

A força dos atributos negativos produzidos pelo racismo e imputados aos negros, como base nas forças dos discursos produzidos pelos grupos hegemônicos são elementos que irão compor os processos de identidade e identificação, determinando uma marca psíquica de impedimento e de manutenção de um lugar social de subordinação e inferiorização no estabelecimento das relações sociais e pessoais, funcionando como indicadores de sofrimento psíquico. (SILVA, 2017: 87)

A apresentação do processo de inserção da categoria raça no *campo psi*, assim como as abordagens teóricas que são reputadas para garantir cientificidade nas alegações que reforçam este recorte, indica a necessidade de se contextualizar no processo de transformação social o significado da categoria raça e o seu lugar na produção de saber da psicologia. Estes processos são trazidos para este estudo, para se fazer conhecer as narrativas que estão constantemente em disputas em torno de categorias como: sujeito, subjetividade e sofrimento psíquico na elaboração da clínica.

2.2 Raça

Embora a ciência já tenha deixado claro que a ideia de raça na atualidade não tem a menor correlação com a categoria biológica ou genética do indivíduo, para fins de compreensão do leitor a respeito dos termos utilizados, ratifico que trato da *raça* nesta pesquisa enquanto conceito exclusivamente social e discursivo, como expressão que remete à construção histórica de distinção de grupos e sujeitos submetidos a processos de racialização.

O que encaminho como análise neste segmento do trabalho é o sentido agregado à categoria raça sob o ponto de vista das psicólogas clínicas entrevistadas. Ao iniciarem a atuação, compartilharam sua realidade com vivências que lhes despertaram o olhar para condutas profissionais aparentemente contraditórias à essência da neutralidade defendida pela psicologia, as quais classificaram como racistas. A ideia de reprodução do racismo na psicologia clínica sugerida pelas psicólogas envolveria o desconhecimento sobre os impactos das relações raciais desiguais na sociedade, a negação categórica deste fato, o desinteresse pelo tema e a invalidação da violência do racismo nas narrativas compartilhadas por pacientes negros durante o tratamento psicológico.

Como recurso para legitimar a proposta de uma clínica que se propõe atuar na contramão da reprodução das desigualdades, as teorias críticas no *campo psi* relacionadas à saúde mental e emocional do negro são acrescentadas ao arcabouço teórico que sustentam os princípios de suas práticas. Para as interlocutoras, instaura-se um processo de reorganização do sentido que a identidade racial compõe no cenário da psicologia. Raça passa a ser tomada como uma variável para a constituição da subjetividade do sujeito negro. Obviamente esse deslocamento de conceituação não se dá de forma tão simples e repentina ao ponto de caber em um parágrafo, mas a observação se dirige à capacidade que os significados dados às categorias têm de renegociar os arquétipos que dão vida às teorias e às práticas sociais.

A ideia da raça enquanto categoria discursiva é aludida por Stuart Hall (2016). Hall explora o aspecto linguístico da categoria raça ao desdobrar seus efeitos comunicativos e de construção de sentido para as relações sociais, deixando clara a imprescindível tarefa de ler “raça” dentro do seu contexto histórico, político e cultural, para possibilitar a assimilação do que este distintivo deseja comunicar. Afirma, “raça se assemelha mais a uma linguagem do que a nossa forma de constituição biológica”.

O ponto central da reflexão trazida pelo teórico cultural dialoga com o que apresento como discussão nesta pesquisa a respeito dos significados e práticas sociais produzidos pelo debate que envolve relações raciais e subjetividade. Dado que um dos

fundamentos que conecta e norteia a prática das psicólogas trazidas a campo é a pressuposição de que o racismo estrutural enseja à construção subjetiva do sujeito negro, um ambiente social de violência psíquica, cabendo à psicologia clínica garantir um espaço de acolhimento seguro que reconheça as implicações desta experiência nas possíveis vivências a serem compartilhadas durante o tratamento.

Annelise deixa esse processo mais visível ao falar da importância que enxerga em uma clínica preparada para atender pacientes negros e das razões que a motivaram a expandir o projeto para homens negros:

- A mudança veio das demandas, das necessidades. Porque tudo que eu estou falando para você agora, nós não tínhamos a menor pretensão. A gente não sabia onde estava se metendo, na verdade. Tudo foi construído com vontade de resolver as coisas que surgiam. Nós começamos com mulheres negras porque a primeira proposta foi de trabalhar com mulheres negras. A gente já trabalhava com mulheres negras. Essa foi o que primeiro nos foi proposto. O projeto cresceu muito, de repente. Ele surgiu em 2016. Nós o criamos no começo de 2016. Ele cresceu muito em termos de clientela e de demanda, porque quando as pessoas souberam da existência do projeto, outras associações, outras instituições nos convidaram. A gente tem uma abertura, um acolhimento dentro da academia, porque tem Universidades que acompanham, que conhecem o nosso trabalho, que sabem da seriedade do nosso trabalho, então estão sempre convidando.

Quando o trabalho era psicoterapêutico e de grupo, quando a gente resolveu estruturar: criar uma logomarca, criar uma página de discussão, criar um site as pessoas começaram a convidar. Aí você vai numa palestra, “olha eu tenho o projeto tal, vamos fazer uma parceria”, “estou precisando de uma psicóloga negra como você...”. Nisso não dava mais para só atender mulheres negras, a gente passou a atender a comunidade negra, porque os homens também precisavam e muito. Inclusive, a gente atende muitos homens negros que também, é outra pegada. Já é outro tipo de arcabouço teórico que a gente tem que estudar para poder dar conta do atendimento do homem negro, com outras especificidades.

Acho que o mercado fala, a necessidade fala. É interessante, eu estou até usando esse termo “mercado”. Nós sempre fomos produto de mercado, essa que é a verdade. Tudo que é sobre nós foi transformado em produto para gerar lucro. E acho que está havendo um movimento muito interessante da gente se apropriar do próprio mercado, e o fato de ter

psicólogos negros preparados para atender a população negra, isso é uma coisa imprescindível. Eu acho que é justo que uma pessoa negra possa ter escolha, e inclusive garantias, porque afinal de contas, ela está fazendo um investimento, e por que não ela exigir o melhor serviço, o mais apropriado para ela?!

A raça, e todos os significados que se associam a ela nas relações sociais, ocupa nesta lógica um lugar estratégico que envolve propiciar a sensação de pertencimento, o engajamento na disputa teórica e a concorrência mercadológica. Não como uma categoria tendenciosamente produzida, mas aplicada pelas psicólogas dentro de um contexto político e histórico no qual as discussões sobre os temas raça, racismo e identidade cultural ganham relevância nos movimentos sociais e nos espaços de formação profissional e acadêmica.

Não se trata de desconsiderar os efeitos simbólicos e violentos que a construção da raça pode implicar na vida cotidiana, mas compreender tratar-se também de uma linguagem, da qual derivam-se narrativas teóricas que orientam o funcionamento de sistemas sociais. A ideia de sujeito se modifica de acordo com as transformações históricas, com isso, alteram-se também as mudanças de perspectivas que se lançam sobre esta categoria. Em seu texto, Hall sinaliza sobre as produções de sentido a partir da categoria raça:

Raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, as suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contém em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significações. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo de contração de novos sentidos, a um processo infundável de constante resignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos.

Não é possível fixar o sentido de um significante para sempre ou trans-historicamente. Ou seja, há sempre um certo deslizamento do sentido, há sempre uma margem ainda não encapsulada na linguagem e no sentido, sempre algo relacionado com raça que permanece não dito, alguém é sempre o lado externo constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está à vontade do lado de dentro.

A vertente do *campo psi* que almeja a alteração das práticas e dos saberes em torno da subjetividade, por meio do reconhecimento do racismo como uma violência constante sobre a qual o sujeito negro se constrói psiquicamente, se coloca como propulsora de uma lente mais

crítica para existências tomadas como representação do diverso e, como efeito colateral, apontam que a psicologia clínica não está imune a esses desdobramentos.

A identificação racial, no contexto que trago para conhecimento através desta pesquisa, atua de fato como uma linguagem de compreensão e reconhecimento pertinente à configuração social que a instaura. Quando Annelise afirma “nós (negros) sempre fomos produtos de mercado”, aponta para um símbolo de memória com um passado em comum que produz identificação com seus interlocutores, ao mesmo tempo em que acena para um futuro que busca reivindicar correções com e para esse “nós” dentro do *campo psi*, numa fala que deixa bem claro a quem deve se direcionar tal eloquência. Uma clínica de atendimento psicológico com todos os horários ocupados por pacientes negros evidencia a efetividade de sua comunicação.

2.3 Subjetividade

O propósito de apresentar os fundamentos de estudos que abordam sobre a subjetividade do sujeito negro é clarificar as narrativas que ensejam a marca da aplicação da categoria raça como possível diferencial na formação psíquica dos indivíduos.

Trata-se de uma abordagem teórica dentro do *campo psi* cujo fundamento de suas argumentações baseia-se na premissa de que o contexto histórico de assujeitamento de negras e negros no Brasil, aliados à reprodução sistemática na realidade atual, material e simbólica de ferramentas de subalternização, destinam a esse grupo um ambiente social nocivo para sua construção subjetiva. Transito por este horizonte teórico, para aproximar-me, em certa medida, da representação da categoria raça associada à subjetividade no *campo psi* e depreender deste sentido a motivação dos trabalhos desenvolvidos pelas psicólogas clínicas que constroem o campo desta pesquisa.

A questão racial dentro do *campo psi* é um produto emergente do próprio processo de produção de narrativas que se propuseram a dar conta da construção da identidade brasileira e de respostas para os problemas sociais latentes ao desenvolvimento da sociedade. Os movimentos sociais de raça, gênero e classe tem tornado a correlação entre os marcadores sociais cada vez mais evidentes, considerando, inclusive, o peso psíquico desses marcadores sobre a construção emocional dos sujeitos.

As problemáticas discorridas de uma consciência de si construídas pela definição dada pelo outro, recorrem para a necessidade de pensar em alternativas de atendimentos

psicossociais por considerarem que há uma peculiaridade da construção emocional de pessoas afetadas pelo racismo, o que, segundo os autores, representaria um movimento em direção a descolonização do sujeito da psicologia. Wade W. Nobles é um dos pioneiros nessa temática e constrói sua crítica à psicologia ocidental ao explicar que:

A razão de ser da psicologia ocidental como disciplina, se resume, em grande medida, a alimentar e sancionar o regime político imperialista e racista que a inventou (CCHR, 2003). A esse respeito, alguns autores consideram os sistemas explanatórios e as abordagens de tratamento da psicologia ocidental como parte da ideologia do sistema político opressivo. Entretanto, eles se apresentam como princípios empiricamente validados de ciência médica e psicológica, sendo utilizadas como se fossem práticas psiquiátricas e psicoterapêuticas de valor “objetivo”. A psicologia eurocêntrica e o sistema industrial de saúde mental por ela criado não conseguem fornecer explicações, fundamentos lógicos ou práticas preventivas e curativas para o próprio povo que ela se destina a oprimir. (NOBLES, 2009:278)

“Esse processo de *descentramento* ou *desafricanização* constitui a problemática psicológica chave na compreensão da experiência dos africanos em toda diáspora” (NOBLES, 2009: 285).

A preocupação do autor é proporcionar uma experiência de vida mais significativa, que tenha maior conexão com a realidade social e memória cultural dos pacientes. Ele usa metaforicamente a ideia de *descarrilhamento*¹⁵ (Nobles, 2009) para explicar que a vida do negro seguiu adiante após o período da colonização. No entanto, esse mesmo período o suprimiu do que lhe garantia a noção de ser humano, por ter de assimilar a lógica racista, aderindo ao processo de embranquecimento para assegurar sua inserção na sociedade de classes.

Neste sentido, as desigualdades raciais produzidas inicialmente pelo colonialismo, se reproduz atualmente nas relações de desigualdades sociais, econômicas, de representação simbólica e de relações de poder.

As bibliografias exploradas para realização deste estudo nos levam a compreender que, se o campo social imprime um ambiente de experiências que desqualificam o modo do ser e do existir de um sujeito negro, em um dado momento a possível assimilação dessa desqualificação se traduz no seu modo de se enxergar e no discurso que elabora sobre si. Paralelo a este apontamento, está a materialidade de uma demanda que vem sendo atendida por iniciativas do âmbito privado, tal qual o caso das psicólogas clínicas entrevistadas nesta pesquisa que alegam ter como um dos seus propósitos na atuação profissional, proporcionar ao paciente uma escuta que considere a construção simbólica em torno da categoria raça. Repensar

¹⁵ Em referência a ideia de um trem que continua em movimento mesmo fora dos trilhos.

como o racismo historicamente atua na construção emocional dos sujeitos, enquanto estruturante do campo social, tornando-se um debate incitado por psicólogos que visam questionar o conceito de sujeito universal da psicologia a partir da perspectiva da violência gerada pelo racismo.

Se considerarmos o racismo como um elemento estrutural da sociedade, ainda que em cada contexto social ele seja lido com respeito aos seus efeitos particulares, é possível sugerir que ele se encarregou, como uma linguagem, de forjar bases para as relações interpessoais e para construção dos saberes. Fenômeno notório nos relatos das psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia, que compreendem o racismo como uma ideologia nociva para o desenvolvimento emocional individual e tornam essa compreensão o norte dos projetos que desenvolvem na sua atuação profissional. Através destas interlocutoras, que afirmam se contrapor à lógica racista na sua atuação profissional, espera-se tornar possível analisar como os discursos derivados das transformações sociais têm impactado o conceito de subjetividade na psicologia clínica.

A psicóloga Vânia Maria Bonfim (2009) afirma que um dos impasses enfrentados para a contextualização da história de negros e negras no Brasil se dá pela própria abordagem teórica narrada em muitos registros que se dedicam aos estudos de relações raciais. Em grande medida, partem de uma introdução dos negros já imersos no período escravagista, submetidos à ordem social colonial e às várias formas de violência. Esse fator não somente evidencia a problemática em torno da questão racial no Brasil, como transparece a disputa de narrativas na qual a categoria raça esteve historicamente inserida.

Bonfim chama atenção para o fato desse percurso epistemológico obedecer a uma lógica colonizadora, por reforçar a naturalização do lugar de subjugação da figura de negros e negras que encobre o processo de descontinuidade das configurações inversas de hierarquia social anteriores ao rompimento entre sua condição de sujeito africano com uma origem positiva nas sociedades tradicionais e negro escravizado, destituído de humanidade e pluralismo, no Brasil.

A falta de profundidade histórica nas produções teóricas sobre o tema que nos concerne tem sido um entrave para destrinchar as relações de subalternidade que estruturam a sociedade. O mesmo acontece com a parte significativa do escrutínio teórico feito sobre o tema do racismo e do sexismo [...] Elisa Larkin Nascimento (2007, p. 206) explicita o ciclo vicioso ao advertir que, “quando se reduz - como no Brasil é hábito reduzir - a visão histórica a esses quinhentos anos, reduz-se a ideia da condição humana ao período em que os africanos foram escravizados no sistema do mercantilismo capitalista europeu”. Nascimento, E. (2007: 206). Essa fixação da imagem do negro e da negra como escravizados perpetua uma subalternização que

distorce as verdadeiras vias para compreender a história dos “africanos em diáspora” e suas inter-relações históricas em outras sociedades. (BONFIM, 2009: 222)

Em sua análise, Bonfim estabelece o recorte de gênero, categoria que, assim como a raça, são inauguradas no período da colonização, tornando-se produto dos processos de dominação. Parte desta abordagem para discorrer sobre os impactos do rompimento entre as diferentes formas de organização e experiências sociais anteriores à escravidão, classificando essa ruptura como *desfazimento* (BONFIM, 2009: 238).

Sob esta ótica, essas civilizações foram forçosamente levadas a esvaziarem-se de tudo que remetia ao decurso civilizador africano como meio de sobrevivência e a enquadrarem-se no processo de subalternização corrente da sua situação de escravizados e objetos das vontades dos colonizadores. Essa condição lhes relegaria ao exaustivo processo psíquico de negociar, de forma desigual, a concepção de sujeito humano de outrora, dotado de status social, com o atual status subalterno de *coisa*, objeto de labor. Em todos os casos, a única propriedade que garantia o trâmite da negociação seria o próprio corpo.

Segundo a psicóloga, no correr do desenvolvimento das sociedades, essa experiência, atravessada pela noção de raça, alicerçou a construção do imaginário social sobre negros e negras, reconfigurando os modelos das relações sociais. Apesar dos diversos mecanismos de reação e negociação, os grupos racializados depararam-se com um contexto de redução do seu poder social, culminando em um processo de dominação no qual não somente o corpo fora dominado, se considerarmos aqui seu uso para desfrutes sexuais, trabalhos braçais, controle de seus adornos, de seu comportamento, expressões artísticas e religiosas, mas também da subjetividade, no que tange à possibilidade de decidir sobre a própria existência.

A semântica que se subtrai do termo *desfazer-se* em Bonfim, também é encontrada na descrição dos efeitos do processo civilizador desenvolvido por Fanon em seu livro “Pele negra, máscaras brancas” ao tratar da *alienação colonial*, definida como o produto das relações sociais caracterizadas pela impossibilidade do colonizado constituir-se como sujeito, no sentido de se capaz de elaborar o próprio discurso sobre si.

Tomando como objeto de estudo os antilhanos no processo da colonização francesa, Fanon pondera a respeito sistema de embranquecimento dos antilhanos a partir da apropriação da linguagem do colonizador como estratégia de assimilar os valores da metrópole e, assim, distinguir-se daqueles que lhe remeteriam a própria imagem:

Todo povo colonizado – isto é todo povo no meio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva”. (FANON, 2008: 34)

O *desfazimento*, processo subjetivo, ou, para fazer valer a metáfora de Fanon, o uso das máscaras brancas, decorre do que essa aparência traduz no imaginário social, um processo coletivo.

Sobre esse conjunto de fatores ideológicos, argumenta-se a formulação do modelo a partir do qual se compõe a memória cultural estruturadora do ambiente em que se constrói os discursos sobre essa categoria racial e sobre a capacidade de autodefinição de sujeitos negros. Depreende-se que houve um processo de identificação com uma narrativa depreciativa, acompanhada das possibilidades de se desvincular desta pela assimilação de um ideal colonizador incompatível com a realidade material, neste ponto, o sujeito é em relação ao outro, a definição de si constitui-se de maneira alienada a partir de uma nomeação dada a priori:

A identificação permite articular as noções de eu e outro, de íntimo e estranho, daquilo que está dentro e fora do sujeito e possibilita uma articulação da subjetividade com o campo social. Tanto assim que, ainda que Freud não tenha uma teoria acabada sobre este conceito e o tenha abordado em diversos pontos de sua obra, dedicou um capítulo exclusivo sobre o tema justamente num texto em que se debruçou sobre as relações existentes entre os sujeitos ao fazerem parte de grupos, “Psicologia das massas e análise do eu” (1921). (BRAGA; ROSA, 2018: 89)

Segundo Bonfim, na psicologia esse processo é uma conjunção significativa para o entendimento do sujeito e relaciona-se com a possibilidade de pensá-lo na multiplicidade de referenciais inseridos na dinâmica de valoração simbólica, resultantes de um determinado tempo histórico.

Outra referência de estudo que aborda o processo de negociação da existência articulado à subjetividade do sujeito racializado no *campo psi* é protagonizado pela psicanalista baiana Neusa Santos Souza (1948 – 2008), articulada com a militância contra a discriminação racial, publicou em 1983 o livro “Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão”, o qual, segundo a Fundação Cultural Palmares¹⁶, tornou-se um título de referência para a Psicologia, no que tange à questão racial no Brasil.

A obra “Tornar-se negro” é resultado de um estudo iniciado por Souza, a partir do conceito de psicanálise freudiana, para compreender o processo de subjetivação do negro, ou,

¹⁶ Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=3166>>. Acesso em 07/08/2019.

“a experiência de ser-se negro numa sociedade branca” (SOUZA, 1983: 17). O trabalho de Neusa Santos discute sobre os efeitos do racismo na subjetividade dos sujeitos negros partindo da análise das narrativas de seus pacientes. Os estudos subsequentes à análise trazida pela obra “Tornar-se Negro”, cada qual respeitando sua temporalidade, denunciam uma possível apatia do *campo psi* a respeito dos efeitos deletérios do racismo, assim como a persistência desta violência como elemento que atravessa o processo de identificação do sujeito

Para construção de sua pesquisa, Neusa Souza partiu do acompanhamento de um grupo de dez pessoas negras em processo de ascensão social, residentes do Rio de Janeiro, cidade na qual a psicanalista residia e atuava profissionalmente, a pesquisadora utilizou a técnica de histórias de vida para estudo aprofundado do seu objeto. Na busca de construir uma análise dos impactos das relações raciais no Brasil sobre o processo de construção de identidade dos sujeitos negros, a autora levantou alguns impactos causados pelo período colonial na atual configuração social:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior, na ordem social escravocrata, a representação do negro como socialmente inferior correspondia a uma situação de fato (SOUZA, 1983: 19).

Constatado isso, Souza observa que o mesmo caminho de ascensão social traçado pelo grupo entrevistado era, como uma espécie de condição paradoxal, o caminho de negação de sua identificação com a condição de sujeito negro, ou seja, novamente o *desfazimento*, um processo de esvaziamento ou negação de valores pertinentes ao que se compreende e reconhece como identidade negra:

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo de deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (SOUZA, 1983:21).

Sucedendo no que a autora classificou como “*custo emocional da sujeição*, negação e massacre de sua identidade original, de sua identidade histórico-existencial” (SOUZA, 1983: 18. Grifo meu). Segundo esta ótica, diante de uma realidade concreta cuja formulação de humanidade construiu-se por associação à branquitude, o imaginário social do negro como inferior e a função objetiva desse pressuposto na estratificação colonial, expandiu-se para fora

da Casa Grande e atravessa ainda hoje os tempos atuais à medida que essa realidade compele ao sujeito negro desfazer-se de elementos associados à sua identidade racial, negociando o desejo de integração social na moderna sociedade de classes, com o exercício emocional de negação da própria história.

Partindo da coleta de dados, Souza construiu um paralelo entre a estratégia de ascensão social do negro e o processo de construção da sua emocionalidade. A preocupação da psicanalista se voltava para a necessidade do sujeito negro ser capaz de elaborar um discurso positivo sobre si mesmo, o que depende inteiramente do conhecimento que este tem sobre a realidade concreta. No livro, a autora descreve e analisa os depoimentos e histórias de vida coletadas com a mesma técnica e sensibilidade que descreve e interpreta as expressões corporais dessas pessoas enquanto expunham suas experiências de vida. Guiou-se pela seguinte hipótese:

O negro tem dificuldade de conquistar uma identidade egossintônica que o integre ao seu grupo de origem e que o instrumentalize para a conquista da ascensão social. Numa sociedade de classes onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados por brancos, o negro que pretende ascender lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos, na tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ter nascido negro. Essa identidade é contraditória; ao tempo em que serve de aval para o ingresso nos lugares de prestígio e poder, o coloca em conflito com sua historicidade, dado que se vê obrigado a negar o passado e o presente: o passado, no que concerne à tradição e cultura negras e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial. (SOUZA, 1983: 73)

Partindo do pressuposto de um *Ideal do Ego branco*, a autora conclui sua investigação apontando para necessidade de o negro construir uma identidade menos contraditória com a sua realidade, a fim de amenizar possíveis tensões psíquicas e emocionais.

Essas tensões são elucidadas ao longo do trabalho de Souza. No Capítulo VI – Temas Privilegiados, por exemplo, a psicanalista cria uma subdivisão para classificar os relatos de cada entrevistado de acordo com “o que foi preciso fazer para chegar lá”, os tópicos e respectivos subtópicos foram: 1. Representação de si, 1.1 Definições, 1.2 Fantasias e estereótipos sexuais, 1.3 Representação do corpo, 1.4 O mulato: ser e não ser negro; 2. Das estratégias de ascensão, 2.1 Ser o melhor, 2.2 Aceitar a mistificação, 2.2.1 Perder a cor, 2.2.2 Negar as tradições negras, 2.2.3 Não falar no assunto; 3. Do preço da ascensão: a contínua prova.

Em 1986, aquecido pela autoria do prefácio do livro de Neusa Santos, o psicanalista Jurandir Freire Costa lança a segunda edição do seu livro *Violência e Psicanálise*. Embora não

cite diretamente o nome da psicanalista que claramente lhe inspirou¹⁷ no capítulo “Do corpo à violência do racismo”, parte do estudo das vicissitudes do negro em ascensão para categorizar o racismo como uma violência, descrevendo os processos de subjetivação que lhe confere esta definição dentro do *campo psi*. Já na visão deste autor, o corpo também entra como elemento determinante para configuração da subjetividade do sujeito negro. Partindo da lógica da dinâmica intrapsíquica, argumenta:

O Ideal de Ego do negro, em contraposição ao que ocorre regularmente com o branco, é forjado, desrespeitando aquilo que, em linguagem psicanalítica, denominamos regras das identificações normativas e estruturantes. Estas regras são aquelas que permitem ao sujeito ultrapassar a fase inicial do desenvolvimento psíquico onde o perfil de sua identidade é desenhado a partir de uma dupla perspectiva: 1º) a perspectiva de olhar e do desejo do agente que ocupa a função materna; 2º) a perspectiva da imagem corporal produzida pelo imaturo aparelho perceptivo da criança.

A esta fase inaugural da construção da identidade do sujeito chamamos de narcísica, imaginária ou onipotente, termos indissociáveis e funcionalmente complementares na dinâmica mental que os preside e organiza.

As regras das identificações normativas ou estruturantes são uma barreira contra a perpetuação desta posição originária da infância do homem. Acompanhando o desenvolvimento biológico da criança, elas permitem ao sujeito infantil o acesso a uma outra ordem do existente – a ordem da cultura -, onde a palavra e o desejo materno não mais serão as únicas fontes de definição da “verdade” ou “realidade” de sua identidade. O dueto exclusivo entre a criança e a mãe é interrompido. Em primeiro lugar, *pela presença do pai* e, em seguida, *pela presença dos pares*, que serão todos os outros sujeitos exteriores à comunidade familiar. (COSTA, 1986: 105)

Segundo Costa, as regras das identificações normativas e estruturantes são responsáveis por mediar a relação entre o sujeito e a cultura da qual fará parte, representam, por assim dizer, o meio pelo qual o sujeito forjará sua identidade. O racismo, nesta lógica, sonega a possibilidade do indivíduo produzir uma relação harmoniosa com o que seu corpo traduz para realidade social, uma vez que o modelo de Ideal de Ego seria o *fetichismo da branquidão*. Esse ponto registra o primeiro traço da violência racista.

Parte desta constatação a segunda formulação do psicanalista a respeito da violência racista. Um ambiente social que se estrutura sobre a lógica que, por meio do preconceito de cor concentra na branquidão a referência de poder, fazendo dela um fetiche, enceta no sujeito negro uma *relação persecutória* entre ele e seu corpo. Afirma:

O corpo, ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito

¹⁷ Na obra o autor se refere a Souza como “a autora”, sem mencionar seu nome diretamente no capítulo inspirado na obra da psicanalista.

depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatórios que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhes a sentir e a pensar. (COSTA, 1986: 107)

Assim como Neusa Santos, Costa defende que a criação de uma estrutura psíquica saudável depende de uma relação de prazer entre o sujeito e sua identidade. As experiências de sofrimento às quais seu corpo lhe remete devem ser esquecidas para que o corpo seja “inocentado”, afastando o sujeito das intenções de eliminar o foco do que eventualmente lhe causaria infelicidade: suas características fenotípicas.

Diante do reconhecimento do racismo e da distância estética entre ele e o branco, o sujeito negro pode dedicar-se a meios que amenizem sua associação aos símbolos que são socialmente tomados como inferiores, o que compele a ele a desgastante tarefa de metamorfosear o corpo e de calcular demasiadamente seu comportamento.

Costa classifica como *perversão do pensamento* o terceiro sintoma da violência do racismo. Explica:

O pensamento do negro é um pensamento sitiado, acuado e acochado pela dor da pressão racista. Como consequência, a dinâmica da organização mental é subvertida. Um dos princípios régios do funcionamento psíquico, o princípio do prazer, perde a hegemonia de que goza na organização dos processos mentais. A economia psíquica passa a gravitar em torno da dor, deslocando o prazer do centro do pensamento.

Em termos psicanalíticos, afirmamos que o principal vetor de crescimento e desenvolvimento psicológicos é a experiência de satisfação. O sujeito busca sempre reencontrar na realidade um objeto que corresponda ao traço mnêmico de um objeto primordial, matriz de uma experiência de satisfação inesquecível. Esse movimento do psiquismo com vistas à reedição do prazer constitui o desejo. O desejo, em sua vertente erótica, é este impulso, esta moção em direção ao objeto e à situação de prazer. (COSTA, 1986: 109)

O desejo é o que conduz o sujeito à realização do seu Ideal de Ego, o que, neste caso, de acordo com a concepção de Costa, é o Ideal do Ego branco. Nesta busca pelo inalcançável, o *desejo está fadado à incompletude*, e o sujeito, inclinado a ter a experiência de prazer com o próprio corpo interrompida pela dor que a memória deste suscita. O que devolveria o sujeito negro a redundante busca por meios de sanar a ferida.

Conforme defendem os autores referidos, apesar dos intentos de integração envolvendo as negociações já descritas e os mecanismos para traçar caminhos em direção ao processo de embranquecimento imposto e naturalizado pelas relações raciais, os sujeitos negros são traídos pela sua estética, seu fenótipo, marcadores que atravessam, sobretudo, o corpo. Embora seja a matéria concreta de sua existência, apresentando-se em primeiro plano nas

imbricações das relações sociais, o corpo, nesta leitura, se torna também um denunciante das distinções e fica encarregado dos estereótipos e expectativas que dele se inferem.

Acessar as abordagens de profissionais do *campo psi* que igualmente se dedicaram a elaborar uma temática que defenda a particularidade do sofrimento psíquico produzido pela experiência do racismo, possibilita compreender as representações inseridas na definição de subjetividade apontada pelas psicólogas clínicas entrevistadas.

Jéssica, Annelise e Olívia pensam de forma comum a respeito dos fenômenos que constituem o processo de construção psíquica do sujeito negro, à medida que reportam-se ao imaginário social acerca do negro para subsidiarem a defesa da existência da particularidade no processo de construção de subjetividade do sujeito negro. Olívia traz a marca desta reflexão na sua fala, ao me responder se acredita ser possível falar em “subjetividades negras”:

- Acho. Acho sim. Porque a gente tem processo de produção de subjetividade, e essa produção de subjetividade ocorre socialmente. Quando a gente fala de subjetividades negras é muito importante a gente pensar em como essa subjetividade é construída. Por exemplo, o tempo todo você é influenciado por uma mídia branca, em que nos filmes as pessoas brancas recebem amor e as pessoas negras não. Isso é uma produção de subjetividade. Isso é algo que você pode introjetar e virar uma crença limitante, no sentido de “eu entendi que pessoas negras não podem ter amor, porque todos os filmes que eu vejo, são sempre pessoas brancas que são felizes, que tem um relacionamento e eu não vejo isso nas construções negras”.

Na minha família... eu não estou falando da minha família, eu estou falando de situações que eu vejo aqui (na clínica), “na minha família nenhuma pessoa é feliz”, “na minha família, as pessoas tinham que se anular para estar com alguém”, então, olha o quanto isso reforça. Você está o tempo todo rodeado de conteúdos brancos, de pessoas brancas, o amor, o relacionamento e aquela família de margarina e você tem a sua família que, se as pessoas não estão separadas, não foram abandonadas, tocadas, elas estão infelizes no casamento. E aí como você vai construir uma relação saudável para você com todas essas influências, essas crenças introjetadas inconscientes? Porque você não se dá conta. “Ah, eu estou nesse relacionamento abusivo porque eu aprendi na minha família que, ou você está sozinho, ou é isso aí, amor pra gente não serve não”. Então eu acho muito válido falar em subjetividade negra, sim.

Embora o sofrimento seja uma experiência universal, que acomete a todas as existências, as psicólogas dialogam com os autores mencionados ao argumentarem que a experiência do racismo, por ser algo constante e atuante na estrutura social, produz um estado psíquico outro, devido ao modo como os significados gerados nas interações sociais são internalizados pelo sujeito. Empregam a este fenômeno a justificativa de existir, dentro da psicologia, uma vertente epistemológica, crítica e metodológica que subsidie o atendimento clínico dirigido ao sujeito negro.

Em certa medida consideram, portanto, que todos os sujeitos racializados são condicionados ou estabelecem relações congêneres com os fenômenos sociais derivados das relações raciais que apresentam exclusões ou desigualdades, com as representações semióticas do que traduz sua identidade racial, com a sua configuração fenotípica e estética e, sobretudo, com a história e a cultura do seu grupo racial. A mesma lógica presumo aplicar-se à concepção das relações afetivas que se constituem no contato com os processos descritos acima, aos quais condicionam ou estabelecem aos sujeitos racializados, um sistema regular de efeitos sobre sua emocionalidade.

Ao racializar a subjetividade, não somente esta categoria é incorporada a novos sentidos, como também o conceito de individualidade é adicionado ao conjunto de termos em processo de ressignificação, uma vez que não se considera as relações afetivas produzidas por experiências racistas ou a relação com esse passado histórico na ordem da individualidade.

2.4 A clínica

Falar de subjetividade é tratar da relação que a ciência estabelece com aquilo que não pode tocar nem trazer ao alcance dos olhos, é, portanto, debruçar-se sobre uma trama de discursos produzidos e conduzidos num determinado espaço tempo cuja análise depreende grande poder e disposição de abstração. Trazer a subjetividade para o campo científico, propondo uma análise do processo de psicologização da sua construção, talvez seja investigar a relação entre o visível e o invisível, como sugere Foucault (1977). Neste caso, o visível refere-se às compilações das relações sociais, enquanto o invisível refere-se às linguagens, aos sentidos e à racionalidade, resultantes dessa relação.

Foram exatamente os discursos sobre raça e a produção de significados dele derivados que levaram ao desdobramento de uma abordagem que garanta à temática racial atenção exclusiva em termos de produção técnica e epistemológica, com o objetivo de tornar

suas nuances inteligíveis dentro do *campo psi*. Acessar e compreender a pertinência de tais discursos lança luz sobre a relação entre a produção científica e os interesses dos grupos sociais.

Na obra intitulada “O nascimento da clínica” (1977), Foucault parte do final do século XVIII e início do século XIX para analisar o desdobramento de uma racionalidade *anátomo-clínica* resultante da reorganização da prática e do saber médico. Este período representa o momento no qual o empirismo passa a ser um elemento fundamental para conferir cientificidade à medicina moderna.

Não somente o desenvolvimento de técnicas e de aplicações protagonizam o processo de reorganização do saber médico, mas também, e, sobretudo, um conjunto de organizações linguísticas que confere uma nova acepção a respeito do indivíduo, do corpo e dos sintomas. O nascimento de um método clínico, nesta ótica, obedece a um sistema de leitura dos fenômenos sociais e as demandas que, a partir deles, são elencadas como emergentes. Esclarece:

A formação do método clínico está ligada à emergência do olhar médico no campo dos signos e sintomas. O reconhecimento de seus direitos constituintes acarreta o desaparecimento de sua distinção absoluta e o postulado de que doravante o signifiante (signo e sintoma) será inteiramente transparente ao significado que aparece, sem ocultação ou resíduo, em sua própria realidade, e que o ser do significado – o coração da doença – se esgotará inteiramente na sintaxe inteligível do signifiante (FOUCAULT, 1977: 102-103).

Neste estudo, reporto-me a esta análise para compreender os elementos sociais atuantes como fomento para a produção de técnicas, saberes e discursos que tem como finalidade promover no *campo psi* uma clínica de atendimento psicológico voltada para responder às especificidades do processo de construção da subjetividade do sujeito negro.

Retiro do contexto observado em campo a pressuposição de pelo menos três argumentos: em primeiro lugar, a existência de uma subjetividade específica produzida pelo processo histórico e social de racialização de um grupo; em segundo, o reconhecimento de que esse processo perpassa por sofrimentos psíquicos levados a clínica de atendimento psicológico por indivíduos que se identificam com os grupos socialmente racializados; em terceiro, a possibilidade de haver um conjunto de elementos técnicos e epistemológicos que tornam possíveis à psicologia clínica o reconhecimento e a inteligibilidade tanto do processo de racialização, como de seus possíveis efeitos psíquicos.

A construção de uma abordagem com o recorte racial, dentro de uma psicologia clínica cujo tema central é a construção da subjetividade dos sujeitos negros evidencia a

emergência de uma contranarrativa à psicologia tradicional na qual o sujeito é concebido como universal.

Atuando na contranarrativa do discurso universalista presente na psicologia tradicional, a prática das psicólogas clínicas que trago para investigação tem correspondência com um pensamento já proposto por intelectuais como Virginia Bicudo (1945), Neusa Souza (1983), Jurandir Costa (1986), dentre outros que, ao tomar a experiência do racismo como uma violência promotora de sofrimento psíquico, reorganiza no campo das ideias e, conseqüentemente, na produção de uma gramática no campo psi, uma nova forma de olhar para o sujeito, para a história social na qual este se insere e também para a forma de operar sobre o sofrimento humano. Sobre este último, observa-se a correlação com o pensamento proposto não somente sobre a forma de operar, como também, com os elementos que venham caracterizar este sofrimento.

Assim, a experiência do racismo passa a ser lida por uma linha de pensamento do *campo psi* como promotora de um sofrimento psíquico peculiar, - no sentido de ser diferente das experiências de sofrimento que tornam justificável o discurso universalista a respeito do sujeito da psicologia - fazendo nascer uma categoria específica de paciente. Decorrente disso, o nascimento desta categoria de paciente conduz a construção de uma nova clínica e um novo saber, atentos às emergências de um dado campo dos signos e sintomas.

Como presume a análise de Foucault (1977: 187, 188), a construção do olhar médico na medicina moderna foi permeada por uma estrutura plurisensorial. O reconhecimento e a compreensão dos signos e dos sintomas passaram a exigir uma averiguação mais precisa do problema apresentado pelo paciente. A trindade visão-tato-audição passa a ser uma das principais ferramentas para trazer à superfície o invisível. Não somente pela necessidade de tornar familiar o sintoma e dedicar-lhe um tratamento mais assertivo, mas, principalmente, por acompanhar a mudança de princípios e valores que determinavam a distância moral. A fala de Annelise deixa esta elucubração um pouco mais clara:

- São vários os exemplos. São supervisores muito qualificados, com doutorado, com clínica cheia... E chega o paciente e coloca a questão do racismo... Porque o que a gente percebeu, que uma pessoa negra, quando ela é atendida por um psicólogo profissional branco – não vou dizer que o trabalho é ruim -, mas ele tem uma limitação, ele chega aqui, daqui ele não passa. Porque ele não está instrumentalizado para tratar isso. Agora você vê, como é que um psicólogo branco vai tratar a questão do colorismo, de família inter-racial, de racismo no

trabalho, de enfrentamento contra o racismo em ambiente de trabalho, em ambiente familiar? Ele não está instrumentalizado para isso.

Nos relatos compartilhados pelas psicólogas clínicas entrevistadas, é notório o reordenamento da própria noção da clínica enquanto um espaço de acolhimento, assim como das competências necessárias para se clinicar diante do que fora concebido como sofrimento psíquico produzido pela violência do racismo. Para este, se exige a apropriação de um arcabouço teórico sobre as repercussões da realidade social no que tange as relações raciais, e um campo sensorial cuja abrangência se estende para além do domínio das técnicas de escuta e da assimilação dos conceitos oferecidos na formação profissional de um psicólogo.

Trata-se, portanto, de uma vertente da psicologia clínica que se renova por acompanhar as andanças das transformações sociais e as demandas que surgem contornadas pelos discursos sobre subjetividade e relações raciais. Estão imbricados nesta conjuntura disputas nos âmbitos do saber técnico e epistemológico, da narrativa do sujeito da psicologia e do interesse mercadológico. Quais são os fenômenos sociais que norteiam essas renovações e quais os significados que se agregam a essa subjetividade são questões que pretendo analisar.

Dias Duarte contribui para os estudos da antropologia social que dialoga com os fenômenos da saúde/doença em seu estudo sobre a “doença dos nervos”, realizado no bairro Jurujuba de classe trabalhadora - Niterói (1986). O antropólogo traz uma averiguação pertinente a respeito das categorias de linguagens e símbolos que são produzidas a partir de um determinado estado de saúde. O que me interessa desta perspectiva é examinar o modo como se dá o processo que leva a categoria sofrimento psíquico, associado à experiência do racismo, irromper como base para uma prática social de um determinado grupo.

Um dado comum que atravessa o relato de todas as três psicólogas entrevistadas é o aumento de pacientes negros em busca de atendimento clínico, em alguns casos, o perfil dos pacientes é marcado pela busca deliberada de um profissional também negro. Da análise realizada nos conteúdos fornecidos pelo campo investigado, é possível extrair a tradução de uma relação inaugurada com a abordagem do *campo psi* que discorre sobre a associação entre a violência do racismo e construção da subjetividade do sujeito negro. Trata-se da percepção que o indivíduo passa a ter sobre a clínica, o tratamento pretendido e os desdobramentos das sensações qualificadas por ele como desconforto ou sofrimento.

A abordagem antropológica de Duarte auxilia na compreensão sobre o modo como a categoria sofrimento psíquico, produzida pela experiência do racismo, não somente atua no

cerne da significação de determinados afetos, como dela se desencadeia uma lógica que correlaciona experiência vivida, sensação despertada por essa experiência e o tratamento psicológico. Há, portanto, a produção de uma mutualidade entre as significações da identidade racial do paciente e a clínica que se constrói como espaço de tratamento compatível para com esta especificidade. Em se tratando do paciente, esta mutualidade se apresenta com a presunção de que um espaço, cujo psicólogo lhe oferece alguma similitude no que se refere à identidade racial, garanta uma espécie de segurança no tratamento e compreensão da angústia que lhe conduz à clínica. A respeito do psicólogo clínico, há um processo de reorientação do saber e da prática que se dá desde o acolhimento até o manejo clínico, para tornar realizável o tratamento do paciente.

Annelise apresenta uma fala que chama muita atenção em sua entrevista:

- A nossa prática é uma prática de psicologia crítica. Pra você ver, não tem nem quatro anos que eu conheci a Virgínia Bicudo. Passei uma trajetória acadêmica inteira sem conhecer, sem ser apresentadas a essas autoras, à Virgínia Bicudo, à Izildinha Batista, à Neusa Souza, tantas... Então, assim, a minha formação acadêmica é alternativa porque a academia nada me forneceu para fazer o que eu faço (Referindo-se ao seu trabalho com mulheres negras na periferia) a academia não me facilitou, muito pelo contrário, eu acho que atender a população negra é um trabalho duplo porque você tem todos os constructos teóricos, todos os conceitos que a psicologia, em geral, formula para poder dar conta das questões do humano, do sujeito, todos esses são questionáveis. Às vezes eles puramente não cabem num atendimento, por exemplo, voltado para população negra. É necessário fazer sempre uma releitura crítica desses conceitos que são muito tradicionais. Eu acho que o ambiente acadêmico é muito rígido, ele acaba tirando um pouco da nossa liberdade e não gosta de ser questionado. Ele é um domínio, uma forma de exercer poder também.

Nas falas das psicólogas entrevistadas estão presentes críticas à característica eurocêntrica da formação acadêmica em relação à bibliografia apresentada, indicando haver certa defasagem no tocante à pluralidade da clientela para a qual se direciona. O processo de formação profissional de todas as psicólogas é marcado pelo investimento em formação complementar, como cursos, palestras, especializações e afins que abordam, em certa medida, o estudo das relações raciais.

A inferência mais provável a se retirar deste cenário é a delineação de uma nova corrente de pensamento dentro do *campo psi*. Um pensamento que se constitui e se cumpre nas

inquietações motivadas pelo debate do racismo como vetor de violência, assim como o efeito psíquico por ele produzido. A mesma compreensão se aplica aos vínculos que as psicólogas procuram construir com profissionais que partilham da gramática de atuação clínica, cuja base é a adequação do cabedal teórico para acolher e tratar questões que perpassam pela experiência do racismo.

Em vista disso, acredito ser pertinente a alusão à proposta interpretativa de Duarte ponderando que uma dada perturbação produz não somente uma linguagem dentro do *campo psi*, como também um sistema de articulação dentre os profissionais que interagem com a vertente não universalista do sujeito da psicologia. Destarte, a criação de espaços de formação e a proposta de vínculos e parcerias percebidas em campo, sustentam uma prática social resultante tanto da argumentação que a dinâmica das relações raciais impõe enquanto condições distintas à construção da subjetividade dos sujeitos, como do sentido que ganha a categoria sofrimento psíquico dentro da citada vertente de pensamento.

Nestes termos, o sofrimento psíquico associado à experiência do racismo produz uma linguagem de dimensão discursiva, epistemológica e prática, correlacionando fenômeno social, paciente e clínica. O psicólogo clínico que não se apropria desta gramática que tornaria inteligível as implicações presentes na construção subjetiva do sujeito negro e que garantiria ao paciente um processo terapêutico eficaz, é relegado a um lugar de contradição e ineficiência profissional. Portanto, o profissional passa a ser submetido a uma ordem de qualificação moral.

Ao produzir uma correspondência entre a percepção do paciente a respeito dos constructos que permeiam sua identidade racial e uma psicologia clínica que os atenda dentro desta lógica, emerge um campo semântico cuja linguagem em desenvolvimento culmina em práticas que incomodam a posição de alguns conceitos teóricos base para psicologia clínica e põe à exposição uma de suas lacunas, a dizer, a fragilidade do discurso universalista diante das distinções objetivas e subjetivas que ocorrem sobre o sujeito, produzidas pelos fenômenos históricos e sociais.

3. PROBLEMATIZAÇÃO DA RAÇA NA PSICOLOGIA CLÍNICA

3.1 Projeto de Psicologia 1 das psicólogas clínicas Jéssica e Annelise

O Projeto de Psicologia 1 é voltado para saúde emocional e mental da mulher negra. É coordenado pelas psicólogas Jéssica, no Brasil, que atende em um consultório particular sediado na Zona Sul do Rio de Janeiro e Annelise, que atualmente reside em Portugal, onde se mantém a sua clínica e também o projeto.

Para conhecer o trabalho promovido pelas psicólogas clínicas, entrei em contato via WhatsApp com a psicóloga Jéssica que leu o projeto da dissertação, fez observações pertinentes e se dispôs a me encontrar para a realização da entrevista, ocorrida em março de 2019 no campus da PUC-Rio, universidade que se qualificou e atua como psicóloga clínica.

Ao ser indagada sobre sua trajetória e o que a impulsionou a construir o projeto, Jéssica explica que ao longo da sua atuação clínica em uma instituição particular de elite – reforça que era a única negra da equipe - e como voluntária em uma instituição pública, percebeu que existia um tratamento diferenciado dirigido tanto aos pacientes, no tocante ao cuidado no atendimento, quanto a ela, no sentido de ser cobrada de maneira diferente dos demais profissionais, inclusive na apresentação da sua aparência. E mesmo sendo um emprego muito rentável, decidiu se demitir das clínicas como meio de escudar sua saúde mental, passando a atuar em uma ONG na Zona Sul.

Nesta ONG, Jéssica conheceu a psicóloga Annelise e juntas deram vida ao Projeto de Psicologia 1, atuante desde 2016. Sua principal preocupação à época era como *bancar* um projeto de atendimento psicológico voltado para mulheres negras *em uma sociedade que nega o racismo*.

Em setembro de 2019, por meio da Jéssica, a psicóloga Annelise, coordenadora do Projeto de Psicologia 1 em Portugal, me concedeu uma entrevista para tratar do mesmo assunto. Começamos a conversa falando sobre sua formação. Annelise é psicóloga clínica, pós-graduada em Psicologia Clínica e está finalizando o Mestrado em Estudos Africanos. Pergunto às duas sobre a criação do projeto de psicologia 1:

Jéssica: O Projeto de Psicologia 1 surgiu quando a gente se encontrou, foi em 2016 ou 2017. A gente se encontrou e decidimos juntas fazer, e foi virando o que é hoje. Até a gente

encontrar nossa identidade, o que a gente queria, onde a gente queria chegar, o que a gente queria fazer.

Eu fui fazer empreendedorismo, fui fazer coisas outsider, fora da faculdade, porque dentro da faculdade eu não ia encontrar esse lugar. Eu fui fazer pesquisa em corporalidade nas ciências sociais aqui na PUC com a professora Sônia Giacomini¹⁸, pra entender um pouco... aí eu comecei a ver que tem uma visão extremamente estereotipada pro lugar do negro na sociedade, eu percebi que muitas escritas de grandes cientistas sobre questões raciais é um lugar muito estereotipado, ainda é um olhar do superior para o inferior. Ainda tem o olhar hierarquizado, você não consegue se relacionar se você hierarquiza. Se você hierarquiza uma relação seja ela qual for, você não se relaciona com autenticidade, então, se não há autenticidade, há um olhar que é melhor do que o outro, de onde está olhando é melhor do que o que está sendo olhado, isso era uma crítica que eu tinha. Eu percebia que também quando eu colocava isso, gerava um certo desconforto, um silenciamento... é tudo muito sutil, então eu pensei: ainda não é isso.

[...] Tem gente que pergunta se a gente é um coletivo. Onde está escrito que nós somos um coletivo? Nós somos um projeto de psicologia voltado para mulher negra e que acabou se ampliando. Outro dia a gente estava até conversando a Annelise e eu, “olha o que a gente virou... a gente dá palestra, a gente faz congresso nacional, congresso internacional, apresentamos trabalhos, fazemos mesas em grandes instituições, fazemos grupo de estudos, fazemos grupo de supervisão, fazemos grupo de vivência...”. A gente já fez dinâmica aqui na PUC, inclusive, com mais de 100 pessoas, tinha poucas pessoas negras, foi na pastoral aqui da PUC, tinha pessoas negras, mas não muitas. A gente faz coisas para pequenos grupos, grandes grupos [...]. É esse o nosso lugar, o lugar de poder escolher e de não aceitar tudo que vem.

Annelise: Eu não sou uma acadêmica. Eu sou uma psicóloga de enfrentamento porque eu trabalhei em várias instituições no Rio de Janeiro, com violência contra mulher, com mulheres negras em situação de fragilidade social. O projeto ele surge nesse contexto, no meu encontro com a Jéssica, numa instituição que a gente prestava serviços como psicóloga. Fomos convidadas a atender um grupo de mulheres negras dentro de uma comunidade chamada Pavão Pavãozinho, que fica em Copacabana, no Rio de Janeiro.

¹⁸ Sônia Giacomini é Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRJ. É professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente e o curso de Especialização História e Cultura Afro-Brasileira.

Como você sabe, a psicologia é um campo científico muito habitado por pessoas brancas, inclusive em espaços de psicologia social. A maioria dos psicólogos que atuam nas comunidades também são brancos, e a partir daí, a gente notava que nossa presença era muito interessante para a aderência, para a resistência, para os serviços e as mulheres negras ficavam mais à vontade de falar sobre as coisas delas.

Eu sempre tive muita resistência para academia. A psicologia é uma ciência construída para atender branco, por isso que tudo é muito novo. Embora sejamos 54% da população, nunca se pensou numa psicologia com esse recorte racial que desse realmente conta das demandas que são muito específicas da comunidade negra. Eu sempre trabalhei com mulheres negras, e esse trabalho com mulheres negras, porque esses são os espaços que elas habitam, dentro das comunidades a maioria são mulheres negras e nordestinas, fizeram com que a gente fosse questionando...

3.2 Projetos literários da psicóloga clínica Olívia

Ao longo da pesquisa, fui apresentada para psicóloga e escritora Olívia que desenvolve projetos literários voltados para população negra, embora prefira não se associar a coletivos de psicólogos negros, devido a experiências anteriores que julga terem sido desagradáveis.

Olívia é graduada em Psicologia, com especialização em psicologia jurídica, tem mestrado em psicologia na área de pesquisa “Processos Psicossociais e Coletivos”. Formada em hipnose clínica e pós-graduada em Especialização em Psicologia Clínica, com ênfase em Gestalt Terapia. Trabalhou com população em situação de rua e em abrigos infantis. Trabalhou também em CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social - e até o presente momento sua atuação profissional está totalmente voltada para clínica, situada em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Nos projetos que desenvolve, Olívia atuou na produção de três livros, sendo o primeiro voltado para autoestima feminina, no qual levanta a importância de as mulheres negras desenvolverem sua consciência racial e o lugar que seu corpo ocupa na sociedade através do autoconhecimento. O segundo livro tratou a respeito de relacionamento abusivo e as microagressões sofridas por mulheres negras na sociedade. E o último livro se trata de um projeto de coautoria com escritores do campo da educação e da psicologia, no qual os autores narram os projetos que desenvolvem dentro do seu campo profissional voltados para

diversidade racial e tem como proposta ir à contramão das produções literárias e artísticas que reforçam somente as dificuldades enfrentadas pela população negra.

Pergunto à Olívia o que a levou a desenvolver esses projetos, ao que ela responde:

Olívia: 90% Das pessoas que eu atendo são negras e eles vêm buscando uma certa representatividade, entendendo que eu, por ser negra retinta e tudo mais, vou entender e não vou diminuir as questões que eles entendem como raciais.

Eu lembro de uma pessoa que eu atendi e ele estava começando a despertar essa consciência (de ser negro) e não conseguia associar nada de bom à negritude dele. Essa foi uma pergunta que eu fiz a ele e que eu me faço a todo o momento. Se a gente parar pra pensar o que de bom tem na nossa negritude, o que ser negro tem de bom? É uma coisa que as pessoas têm muita dificuldade de construir. Então eu pensei: não é só isso. Não é só dor. Não é só sofrimento. Recuso-me a permitir que a minha história e a história do meu povo sejam resumidas a dor e sofrimento. Então, eu vou fazer o seguinte. Eu vou juntar todo mundo que se recusa também e vou colocar todo mundo num livro pra mostrar pra todo mundo que não é só isso, que a gente pode muito mais. Tem muitas pessoas fazendo coisas voltadas para isso, para uma visão positiva da negritude.

[...] Eu sempre sofri racismo. Eu estudava num colégio em que eu era a única negra, num colégio particular nos anos 90. A consciência veio através da dor, através do isolamento [...]. Quando eu comecei a assumir meu cabelo, foi um período bem impactante de reconhecimento da negritude, e isso só foi possível porque, na época meu namorado me ajudou muito, a mãe dele era transgênero. Ela fazia as minhas tranças.

Escrevi um ebook. Nesse ebook eu trouxe as dificuldades que a gente sofre e principalmente a necessidade de se pensar o lado emocional disso. Tem muita gente falando disso, mas só falando da estética, do creme... Eu trabalhei muito essa questão de que se aceitar por fora, também passa por se aceitar por dentro. Foi bem legal! Eu comecei a fazer isso de uma forma intuitiva, comecei a ter produções voltadas pra população negra de uma forma bem intuitiva mesmo. E aí depois que eu comecei a atuar na clínica e as pessoas negras me procuraram por causa da afinidade, eu comecei a ampliar meu olhar pra esse contexto clínico.

3.3 Significantes da subjetividade

Este capítulo tem como objetivo analisar, a partir dos depoimentos compartilhados pelas psicólogas, o que as mesmas associam à construção subjetiva do sujeito negro. Os projetos que desenvolvem e os mecanismos que utilizam para produzir uma comunicação com a demanda que emerge no campo social a partir dos debates sobre identidade, raça e representação, nos permitem compreender quais são os elementos que julgam estar associados à construção psíquica do sujeito negro e assim traçar um paralelo entre o que está presente nesta construção e o que elas, enquanto psicólogas clínicas, identificam que precisa ser oferecido a este sujeito através dos projetos.

Em todos esses casos transcritos, percebe-se o quanto a categoria raça transforma o olhar lançado sobre si enquanto profissional da psicologia clínica e sobre a prática das psicólogas, ao ponto de remodelarem a sua atuação na direção da criação de projetos que não somente traduzem os seus incômodos, mas também permitem a abrangência do saber assimilado e reproduzido. Nessa seção, objetiva-se analisar, a partir das apresentações dos projetos das psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia, alguns elementos associados ao processo de construção da subjetividade do sujeito negro.

Neste percurso que revela o impacto discursivo sobre raça, identidade, racismo e clínica psicológica, as mudanças de leitura sobre estas categorias também se fazem presentes nos pacientes que procuram a clínica. Como relata Annelise, há uma correspondência comunicativa derivada dessa linguagem que se instaura com o significado que passa a ter a raça. Para os pacientes da comunidade ou as figuras que representam os 90% atendidos por Olívia, a escuta deixa de ser a única ferramenta sensorial determinante para o tratamento, lançando mão de outros elementos que transmitam a possibilidade de reconhecimento para alcançar a comunicação, como a semelhança estética.

A ideia de *despertar a consciência* (de ser negro) é atravessada por uma série de significados direcionados a relação que o sujeito negro consegue estabelecer com o próprio corpo e com a história associada ao grupo no qual ele se insere. Trata-se de um processo que envolve perceber-se excluído de certa configuração social, reconhecer-se nos discursos produzidos, extrair deles sentidos positivos e ressignificar, através do tratamento psicológico, a relação com a identidade. O *despertar a consciência* não está presente somente no próprio processo de construção de identidade das psicólogas, mas também no que elaboram enquanto

clínica de atendimento psicológico e nos programas que propõem para além da clínica, voltados para população negra, como os eventos universitários ou a criação de literaturas.

É importante considerar que ao elencar a existência de uma determinada consciência que te aciona ao pertencimento de uma categoria racial, é inevitável a presunção interpretativa de que existe um conjunto de características subjetivas associadas ao sujeito negro e consideradas a respeito do que venha ser *consciência*. Assim como se modela a expectativa sobre tipo de relação que o sujeito deve desenvolver com sua identidade racial para ser considerado consciente.

Semanticamente, “despertar” infere a ideia de que o sujeito estava adormecido até o contato com os processos de lutas identitárias travadas no interior dos movimentos sociais, na política e na academia. Mas também presume que havia distância entre a existência do sujeito e as expectativas associadas à sua identidade. Esse é claramente um traço do próprio processo de racialização no qual todos nós estamos inseridos, o qual nos impele ao binarismo contrário ao objetivo do discurso libertador de ser negro e ser consciente, ou, ser negro e não ser consciente. No entanto, sendo um enquadramento entre sujeito, raça e construção subjetiva, aponta também para a necessidade de questionar em que medida as características subjetivas que não se localizam nesta expectativa são identificadas como “desajustes”, como um “desvio” que precisa ser alinhado por um processo de tratamento psicológico, e não como um traço individual do modo da relação estabelecida com o que o sujeito compreende como identidade racial.

Há de se considerar os aspectos recente das teorias que dialogam questão racial, racismo e subjetividade no *campo psi*, assim como o processo de desenvolvimento no qual essas teorias e experimentações estão. Se por um lado o recurso de recorte racial denota a estratégia argumentativa inevitável aos processos de disputas teóricas sobre identidade racial que buscam descentralizar narrativas hegemônicas, como é o caso da concepção universalista a respeito do sujeito da psicologia. Por outro, a fragilidade de perspectivas que se desdobram na ordem científica com o objetivo de corrigir o excesso de controle exercido por uma teoria universalista, não consegue escapar a iminência de produzir outro sistema simbólico de controle sobre a individualidade que pode ser considerado como tão opressor quanto ao que buscou combater, em um dado contexto.

Outro ponto a ser destacado é que, a estética, ou seja, o corpo e a consciência do que ele representa no processo de construção de identidade, torna-se um elemento importante

para analisar os significados que se agregam à subjetividade do sujeito negro e toma um lugar de grande importância para se pensar na atuação das psicólogas clínicas.

O Projeto de Psicologia 1 desenvolve uma oficina intitulada “Oficina de beleza e cultura” por acreditar que há uma construção social em torno de um padrão de beleza que não contempla os traços estéticos de negras e negros, o que afetaria negativamente a saúde emocional do sujeito negro. Essa modalidade do Projeto de Psicologia 1 conta com uma equipe de psicólogos, maquiadores, trançistas, turbanistas¹⁹ e fotógrafos, é oferecida para eventos em geral, seminários, congressos e palestras que pretendam abordar questões relacionadas à população negra.

Os projetos literários da psicóloga Olívia, por sua vez, também têm início com a abordagem da relação do sujeito negro com o seu corpo, um engajamento que aproveitou a publicidade dos debates sobre o tratamento e o cuidado dirigido ao cabelo crespo. Nas suas obras, Olívia associa esse aspecto com a consciência racial e o autoconhecimento do sujeito negro. A abordagem ao corpo ou a estética aparece nas seguintes declarações:

Jéssica: Um braço que a gente usou (para criação do Projeto de Psicologia 1) foi a beleza, a estética. As mulheres negras também precisam se ver, elas precisam olhar pra gente e ver que existe beleza na mulher negra, só que disseram que não. A gente construiu o Projeto de Psicologia 1 desse modo porque a gente achou que era importante construir algo que a sociedade não espera, algo sofisticado, algo bem feito, com pessoas extremamente qualificadas, com argumento de autoridade para falar o que está falando e com conhecimento. É mais fácil as pessoas ficarem confusas ao olhar do que ter certeza do que estamos falando.

Olívia: Eu trouxe um pouco do que eu vivo. Começou com essa questão da transição capilar e aí eu fui convidada pro livro X. E o X não é um livro específico para mulheres não, como eu quis trazer a importância desse movimento, eu deixei o meu capítulo específico para isso.

Como já foi informado, todos os projetos foram criados com o propósito inicial de contemplar mulheres negras, uma iniciativa fomentada pelos movimentos que polemizaram os cuidados com a estética, em especial, a estética feminina, por envolver de forma mais enfática

¹⁹ Profissionais que fazem turbante, adereço de tecido para colocar na cabeça que chegou ao Brasil através dos negros africanos. Pode ser usado como recurso estético ou como forma de afirmação cultural.

tratamentos capilares e estéticos. Inaugura-se com essa mobilização, uma nova forma de se relacionar com o próprio corpo.

Através do que fora observado, presume-se que a criação desses espaços de atenção à estética obedece à lógica do que Annelise, Jéssica e Olívia compreendem estar associado ao despertar da consciência, essa vertente do projeto seria uma forma de subsidiar esse processo de construção de relação positiva com o corpo e seus traços. Indicaria um atributo que responde à violência do padrão estético que não contempla o fenótipo negro, assim como o pressuposto de um ambiente social marcado pelo que era uma parca opção de referências positivas associados à estética e à cultura da população negra, até a difusão do debate sobre a estética promovido pelos movimentos sociais.

Ainda que reforcemos o sentido sócio histórico da categoria raça, percebe-se que o uso do seu sentido biológico ou genético é utilizado como subsídio para validação de disputas narrativas e atitudes comportamentais, motivadas tanto pelo intuito de reforçar segregações ou estear diferenciações, como pelo objetivo de legitimar memórias, tradições culturais, heranças afetivas e afins, ainda que isso implique no risco de desconsiderar a circunstância relacional que cada indivíduo constrói e estabelece com sua condição cultural de sujeito racializado (HALL, 2016). Nestes projetos, além do processo de socialização que expõe o sujeito negro a experiências de racismo, o corpo é colocado como um elemento que produz afetos, o que fica claro na fala de Olívia quando esta trata da dificuldade percebida em seus pacientes de produzirem um discurso positivo a respeito de sua negritude, sentimento denominado pela psicóloga como *auto ódio*.

A mobilização das psicólogas em busca de ferramentas técnicas e discursivas em torno do fator estético, como a criação de oficinas e literaturas, chama mais atenção não necessariamente pelas atividades desenvolvidas em si, ou por serem atividades pertinentes a outros campos de saber, mas pela abrangência de variáveis que acreditam depreender o know-how de um psicólogo ao atender um paciente negro. O que, por sua vez, torna um pouco mais visível a gama de complexidades atribuídas aos significados que elas conjugam a construção da subjetividade do sujeito negro.

Stuart Hall (2016) afirma que invocar o corpo para o campo das fundamentações científicas, para as disputas narrativas, é um modo de fazer o receptor alcançar a realidade, ele representa o *último significante transcendental*, o marcador visível que suspende qualquer outro argumento. O corpo, que em outros contextos clínicos seria a matéria que rompe com a neutralidade do atendimento, aqui se torna mais um dos sentidos necessários para o sistema de

comunicação entre paciente e psicólogo, com isso, sua representação ultrapassa a superfície da pele. No contexto dos trabalhos desempenhados pelas psicólogas, este signo não somente é usado como meio de verificação dos seus argumentos, como sobre ele se operam uma série de investimentos teóricos e práticos para mediar a relação que o sujeito negro estabelece com a sua imagem e com o que ela representa.

A proximidade com os debates sobre relações raciais que mobilizam pautas nos movimentos sociais também fica expressa nas motivações que levam Annelise, Jéssica e Olívia a repensarem suas clínicas. De fato, o corpo não é um signo vazio e podemos todos ter acesso aos efeitos da operação do código genético (Hall, 2016; 6) que este signo desvenda, mas sim uma *tela de representação* (Hall, 2013; 381) a qual as psicólogas clínicas percebem haver uma possibilidade de construir ou reforçar vínculos com o público que atende, fazendo dos seus projetos, espaços performáticos nos quais esse mesmo público pudesse se reconhecer.

Mais uma vez, o contraditório padrão de relação que o sujeito negro deve ter com o próprio corpo entra em cena como estratégia argumentativa e aguça o interesse sobre o que tem se construído acerca do conceito de neutralidade dentro dessa corrente de pensamento no *campo psi*, se é que nesta perspectiva a neutralidade seria de fato uma prescrição a ser obedecida.

3.4 Racismo e o campo do saber psi

Quando o racismo passa a ser considerado uma violência que gera sofrimento psíquico, passa também a exigir do psicólogo clínico o exercício de debruçar-se sobre novos campos de saber que possibilitem a inteligibilidade dos desdobramentos que esta experiência pode engendrar nos sujeitos a ela submetidos. Esse realocamento da experiência do racismo, além de reposicionar o que se conceituou como sofrimento psíquico, também reposiciona os profissionais em psicologia em algum ponto do debate sobre as relações raciais, seja por posicionamentos políticos favoráveis, contrários ou de abstenção. Os relatos das psicólogas apresentam um panorama de como essa questão se tornou presente na visão de mundo pessoal e profissional e os recursos que as auxiliam na apropriação dessa temática.

Jéssica, Annelise e Olívia afirmam que suas experiências de vida e a percepção de tratamentos diferenciados entre pacientes negros e pacientes brancos nos espaços de atendimento à saúde mental e emocional que atuaram profissionalmente ao longo da sua

formação, despertaram para a criação de um manejo²⁰ dentro da clínica que considere em seu fazer-se as nuances das relações raciais que constroem os símbolos com os quais os sujeitos se identificam, oportunizando novas formas de linguagem.

Do que fora relatado até o momento, é importante destacar alguns pontos que assemelham o Projeto de Psicologia 1 e o Projeto de Literatura desenvolvido por Olívia. Em primeiro lugar sinalizo que, para além do atendimento clínico voltado para a população negra, as propostas de criação de projetos com viés tão específicos surgem da percepção do que identificam e classificam como negligência na área da saúde mental e emocional concernente ao atendimento a pessoas negras.

Em todas as experiências relatadas, a atenção dedicada à violência do racismo surgiu somente após as profissionais identificarem isso dentro das suas dinâmicas de trabalho, já em atuação e em contato com pacientes ou equipe de trabalho. Como sugere Olívia, assim como a formação acadêmica induz a uma lógica de pensamento e a uma prática clínica que obedece aos padrões do que a academia oferece como referência de atuação e de saber, o contato com a prática clínica afetou essas profissionais ao ponto de abrirem lacunas a respeito dos processos subjetivos não mencionados durante a graduação, levando as profissionais à busca de outras referências.

Além disto, trata-se também de iniciativas fomentadas pelos debates preexistentes acerca da *luta antirracista* e do termo popularizado *empoderamento negro*, o que possibilitou a articulação entre acadêmicos que pesquisam sobre o tema. A construção da identidade do Projeto de Psicologia 1, por exemplo, contou com a influência do Instituto AMMA Psique e Negritude, uma instituição fundada em 1995 por psicólogos e ativistas que tem como objetivo discutir os efeitos psicossociais do racismo e criar estratégias para identificá-lo. No caso da psicóloga Olívia, há a contribuição do curso de Psicologia Preta promovido pelo psicólogo Lucas Veiga.

Jéssica: Foi quando eu fui pra São Paulo, em 2017 para fazer um curso de psicologia e relações raciais com o Instituto AMMA Psique e Negritude e aí foi um divisor de águas na minha vida, ali eu achei o caminho e falei: é isso! E nisso a Annelise e eu estudando, a gente estudava muito!

²⁰ Manejo Clínico refere-se ao modo como o terapeuta organiza a condução das suas sessões na direção da demanda do paciente. Passa pelo acolhimento, estabelecimento de vínculo com o paciente, escuta, condução dos casos, estratégias de intervenção até a organização do período de intervalo entre uma sessão e outra. (TAVARES; KURATANY. Manejo Clínico das repercussões do racismo, 2019.)

Annelise: O que a gente percebeu: emergiu resultante de uma luta antirracista que tem sido travada por décadas no Brasil. É claro que houve nos últimos anos essa potência, essa imersão: o discurso do empoderamento negro, que a priori veio muito através da estética que atinge muito a camada popular. Não estou levando em consideração o movimento mais intelectual, de produção de conhecimento, mas de maneira popular, democrática, veio através da estética, do cabelo, de se valorizar a moda, a música afrobrasileira, digamos assim. E se falava em saúde mental da população negra. O que a gente observava também, que as discussões eram muito teóricas. Mas, e as soluções? Como é que é o manejo terapêutico para essa clínica que é tão específica? Faltou isso! Então, o nosso foco sempre foi esse: como é o manejo terapêutico para o negro, numa clínica psicológica. É o que sempre nos interessou, ou seja, a solução, porque o problema a gente já sabe que existe. O que a gente tem preocupação é com a solução, como é que a gente resolve isso.

A gente foi fazendo a articulação com professores acadêmicos, pessoas que já escrevem sobre isso há muito tempo, que tem mais experiência. A gente tem um bom diálogo com docentes que são muito competentes, que escrevem e publicam há muito tempo sobre isso, tanto na PUC quanto na USP, e a gente foi construindo uma prática.

Olívia: Nunca! (sobre ter tido contato com literatura que tratassem de questões raciais durante a graduação em psicologia) O que eu tive foi na pós-graduação, que eu fiz na UERJ a Psicologia Jurídica e eu li o livro da Cecília Coimbra, “Operação Rio – o mito das classes perigosas”, e nessa produção trazia um pouco da história do Rio de Janeiro e a história da polícia também, de como foi criada e de como os negros eram perseguidos. Tanto que a minha produção, eu trabalhei no abrigo para população em situação de rua, tanto a produção do mestrado quanto a especialização foram em volta desse tema, de moradores de rua, e eu não fiz esse recorte de raça não. Eu estava bem assim, acadêmica mesmo, no sentido de obedecer a academia no que eles oferecem para gente de referência [...].

Por isso, eu me baseei muito nos referenciais do Lucas Veiga²¹, a Neusa Santos Souza, da Nilma Lino Gomes²² que fala do cabelo e da questão da identidade. Essas coisas eu procurei por mim mesma, mas eu me baseei bastante nas indicações dele.

Tem essa questão do auto ódio muito forte na gente, isso eu aprendi no curso Psicologia Preta do Lucas Veiga. Esse curso foi maravilhoso, despertou o mundo pra mim, porque eu nunca busquei nada próximo da negritude pra estudar na psicologia, eu acho que é até uma forma de defesa, mesmo, de não querer olhar para isso.

Infere-se que a relação que as entrevistadas têm com a própria identidade racial não foi o fator determinante para se atinarem para a ausência de referenciais temáticos que abordassem as relações raciais no currículo acadêmico durante a formação, tampouco para lidarem com problemas pessoais ou com pacientes que esbarravam na questão racial durante suas atividades clínicas.

Além do apoio de outros profissionais que se encontravam com as mesmas preocupações, houve a necessidade de contato com uma formação exterior à academia que viabilizasse a releitura dos conceitos teóricos tradicionais, por um novo prisma discursivo, e o acesso a teóricos não citados na academia. Tanto para formação pessoal, uma vez que essas profissionais precisavam encontrar seu lugar dentro daquele contexto discursivo ao qual buscavam se adaptar, quanto para construção da clínica, já que prestariam atendimento para um público com recorte tão específico.

Essas características se apresentam como peculiaridade no processo de construção de uma clínica voltada para o que se construiu como especificidade do sofrimento psíquico derivado do racismo. Em consequência ao que passa a ser identificado como um problema dentro da clínica, há a consideração de que a ausência deste debate dentro da academia de psicologia denuncia uma fragilidade da própria formação do profissional no *campo psi*.

Diante do que identificaram como defasagem na formação do psicólogo, as psicólogas em questão dispuseram-se a uma imersão em conteúdos pertinentes a questão racial, o que passa tanto pelas alianças que buscaram formar com outros pesquisadores acadêmicos,

²¹ Lucas Motta Veiga é psicólogo e mestre em psicologia e estudos da subjetividade pela UFF. Professor do curso Psicologia Preta no Brasil, o qual Olívia cursou.

²² Nilma Lino Gosmes é doutora em Antropologia Social pela USP. Professora da Faculdade de Educação na UFMG e coordenadora do Programa de Ações Afirmativas na UFMG. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e movimentos sociais, Relações étnico raciais e de gênero; etnografia e educação; formação de professores para diversidade étnico racial.

como pela procura por uma formação continuada, a fim de dialogarem a formação acadêmica com outras modalidades de conhecimento.

Ao mesmo tempo em que este movimento de especialização em torno da questão racial indica uma nova proposta de discurso analítico aplicado à prática clínica, no que tange ao processo de acolhimento e de escuta, também dimensiona o modo como passam a enxergar o sujeito negro e seu processo de subjetivação a partir de uma leitura mais expansiva e abrangente do seu modo de socialização.

Esse diálogo entre os diversos saberes posteriores à graduação, expressos na trajetória de formação dessas profissionais, reforçam um apelo já sinalizado pelos percussores da temática que relaciona raça e construção psíquica, o de repensar e reconsiderar a função da psicologia não somente para o paciente racializado inserido em um processo de tratamento, mas também o lugar de atuação destes saberes no desenvolvimento da sociedade e o comprometimento desta ciência com a transformação social.

A criação dos projetos obedece a uma equação que soma contato direto com a violência do racismo nos espaços de formação profissional para cuidado com a saúde mental, debates dos movimentos sociais e conjuntura política que permitiu a ampliação da discussão em torno do racismo, com reverberação em diversos campos do saber acadêmico, assim como promoção de espaços de formação, o que até a realização desta pesquisa se vê de forma mais enfática na PUC/RJ e na USP.

Trata-se, portanto, de projetos em processo de elaboração, uma vez que acompanham o ritmo da construção dos discursos científicos nos quais se baseiam, inclui-se neste processo de construção o próprio analista, agora afetado pelos apontamentos dos pensadores que lhe precederam. Estes projetos repercutem um questionamento acerca do modelo de sujeito que fora universalizado pela psicologia, tomando como finalidade contemplar os modelos de existência que ficaram de fora desse processo.

A elaboração de leis que garantem a segurança no atendimento da população negra, a criação de campanhas regionais e nacionais, assim como a criação de grupos e projetos dentro da área da saúde mental e emocional, representam uma corrente de mudança de paradigmas tanto no que se refere a constituição do sujeito, quanto ao lugar que a história com seus conflitos sociais ocupa na construção subjetiva.

3.5 Entre o silêncio e a negligência

Os psicólogos e pesquisadores Schucman e Alessandro Santos publicaram, em 2015, o resultado de uma investigação qualitativa a respeito do tema desigualdades raciais na formação em Psicologia. O estudo contou com estudantes de graduação e pós-graduação de uma universidade na região metropolitana de São Paulo e tinha como objetivo analisar como a categoria raça se localizava na compreensão das desigualdades sociais e qual seria a relevância das relações raciais no processo de formação dos estudantes.

Ao expressar o incômodo em tratar da categoria raça, associando-a a cor da pele, os estudantes expuseram, em certa medida, o modo como a discussão sobre relações raciais tem sido pouco considerada por eles e pelo espaço acadêmico onde cumprem o processo de graduação. Schucman e Santos associam a relação dos estudantes entrevistados com a problemática das relações raciais com a funcionalidade do mito da democracia racial. Outro dado que chama atenção na pesquisa é o fato de os estudantes só terem contato com o tema das relações raciais em disciplinas como Psicologia Social e Psicologia Diferencial. No caso desta última, o uso do termo “diferencial” demonstra como o tema não somente é tratado como algo complementar, como evidencia a ideia de que somente um grupo social é racializado, o que retira do sentido a necessidade do racismo ser visto como um problema social, não de um grupo específico. Há a inegável constatação de que a raça está associada à construção de expectativa sobre os sujeitos, mas também o receio em falar abertamente do tema, ao ponto de amenizá-lo em seus efeitos em sua nomeação com a substituição do termo raça por cor de pele. (SCHUCMAN; SANTOS, 2015: 125).

Como resultado, os pesquisadores perceberam que mesmo com o interesse dos estudantes em verem o conteúdo ser trabalhado de forma transdisciplinar, de fato, a temática sobre singularidade em virtude de raça, enquanto experiência que produz sofrimento psíquico, não obtém legitimidade no *campo psi*. Schucman e Santos acreditam que a ausência de domínio teórico sobre as repercussões do racismo, assim como a falta de clareza sobre o assunto, pode produzir impacto no atendimento dirigido ao paciente negro.

Jéssica, Annelise e Olívia falam dessa relação que a academia tem com a discussão em torno do racismo, desde a formação até os espaços de desenvolvimento de pesquisas, denunciando tal conjuntura ao falar do que considera um “silenciamento” no *campo psi*. A análise dos relatos das psicólogas busca compreender o que representaria para elas o

silenciamento da academia sobre a questão racial e quais seriam as repercussões deste “silenciamento” no atendimento ao sujeito negro, uma vez que acreditam se tratar de uma subjetividade que não foi considerada na conceituação do sujeito universal.

Jéssica: Eu fui apresentar um trabalho na UERJ sobre a clínica com sujeito negro e eu senti isso, eu senti essa resistência. A mulher teve a coragem de falar comigo que parecia que o que eu estava falando era opinião, que eu não tinha referência de sujeito. Nem eu, nem a psicanálise, nem a psicologia porque a referência de sujeito dentro da psicanálise e da psicologia não é a preta, então estamos quites.

O sujeito da psicanálise e da psicologia é só alguém que se parecia com ela, porque o que se parecia comigo não era nem gente. Então, assim, ouvir isso dela, para mim gerou um desconforto muito grande porque eu me senti vendida naquilo que eu estava falando, eu estava levando algo que era novo para um Simpósio Internacional. Eu achei aquilo muita indelicadeza, um desrespeito.

Eu acho que a gente está construindo as coisas e não é nada definitivo, se alguém quer construir, venha. Se é para criticar por criticar, vamos fazer um churrasco e tomar uma cerveja, porque todo mundo se beneficia, você fala e desabafa e eu bebo e como. Se é para criticar, que seja construtivo e que seja algo que faça melhor do que o que a gente está fazendo ou que esteja fazendo alguma coisa, porque se não estiver fazendo nada, vai criticar o que? Aí você entra nesse lugar de quase arrogância, mas não é arrogância, é só ajudar a gente a construir.

Annelise: Estamos em guerra com os psicólogos brancos! Quando eu vou para as discussões, eu vou tranquila, porque eu vou muito firme, eu falo tudo que eu tenho que falar. Por que eu digo mercado? Porque eu também entendo que todas essas críticas escondem por trás o mercado que está deixando de ser deles. A psicologia é um serviço técnico habitado por brancos, pra eles é um pouco complicado. Inclusive, desconfortável saber que tem um domínio que eles não estão encontrando, não sabem. Isso gera um desconforto muito grande.

É onde a branquitude emerge. Se o saber não é dela, desclassifica. Por exemplo, pesquisar racismo e narrativas africanas. Os pesquisadores brancos têm feito isso por décadas, tem dominado essa área de conhecimento. Eu atendo muitos negros que adoecem demais no processo acadêmico, no processo de pós-graduação, porque são interditados, desclassificados o tempo inteiro, acusados de que a nossa linguagem não é racional, porque (para eles) o negro

é o sujeito da emoção, o branco é o sujeito da razão. Somos acusados de que a gente mistura muito o que é da gente e o que é da pesquisa, porque a pesquisa tem que ter um caráter científico. E você não vê nenhum trabalho científico em que o pesquisador está completamente anulado. Isso não existe. Isso é uma falácia!

[...] Eu e a Jéssica quando vamos para os espaços acadêmicos apresentar nossos trabalhos e fazer as nossas discussões, somos muito questionadas. Mas aí também, você chega num ponto que você não precisa da validação do branco, porque como ele tem trabalhado tão pouco para nossa saúde (saúde da população negra) tem uma hora que isso não importa mais, o que importa é o que a gente está fazendo, o importante é que a gente está avançando, o importante é que a gente está se preocupando e está tentando se curar entre a gente, e o meu compromisso é só esse, nada além disso.

Olívia: O tempo todo e até hoje (a Psicologia negligencia o tema do racismo)! Se eu for para o meu curso de formação em Gestalt Terapia e falar sobre isso, eu tenho certeza que eu vou ser esculachada lá, tem ambientes que a gente não pode falar sobre isso, entende. E isso é até um conflito meu também de ter que aturar isso para poder construir algo que eu preciso. É bem complicado você estar num ambiente embranquecido, estudando e não conseguir colocar as questões.

Teve uma vez que eu perguntei nessas caixas de perguntas que a gente posta no Instagram... Eu sigo o Instituto Carioca de Gestalt Terapia, os discursos deles trazem muitas formas diferentes de se trabalhar, as questões específicas de ansiedade e depressão. Então eu perguntei “como trabalhar a saúde mental da população negra a partir da Gestalt Terapia?”, a resposta que eu obtive foi de que isso não existe, que saúde mental é saúde mental independente de ser branco ou preto. Você percebe o quanto ainda é negligenciada.

Embora as psicólogas denunciem o que classificam como “silenciamento” da questão racial no *campo psi*, existe uma série de intelectuais que tratam deste assunto dentro e fora da academia, a começar por Virgínia Leone Bicudo (1910 – 2003), citada inclusive por Annelise. Uma das percussoras do debate racial no *campo psi*, Bicudo foi pioneira nas discussões acadêmicas sobre a dimensão subjetiva das relações raciais e, incomodada com o que nomeou como “preconceito de cor”, apostou na Sociologia como um possível caminho para construção de respostas, à medida que imergia nos estudos sobre a realidade brasileira e seu

processo de modernização em 1936, através da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, uma instituição da USP (Universidade de São Paulo).²³

Como resultado da sua pesquisa de mestrado, realizado também na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Bicudo produziu a dissertação intitulada “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, orientada por Donald Pierson (1900 – 1995) e apresentada em 1945.

Além da dissertação, juntamente com Oracy Nogueira, Aniele Gisnberg e Florestan Fernandes, foi uma das autoras do livro “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo 1955”, no qual escreveu o sexto capítulo da primeira edição “Atitude dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas”. Este texto foi produto de sua atuação na pesquisa realizada pela UNESCO em parceria com a Editora Anhembi (1955), auxiliada por Florestan Fernandes, e dirigida por Roger Bastide (TEPERMAN; KNOP, 2011: 66, 67). Curiosamente, nas edições seguintes à primeira (1959, 1971 e 2008) publicação do livro *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, os capítulos escritos por Virgínia Bicudo, Oracy Nogueira e Aniele Gisnberg foram excluídos, mantendo somente os capítulos escritos por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Apenas a primeira edição do livro (1955) é completa²⁴. Além de Bicudo, uma série de outros pensadores influenciam as teorias abraçadas pelas psicólogas e tem seus trabalhos referenciados nessa dissertação.

Embora ainda não tenha alcançado de forma expressiva a grade curricular das graduações em Psicologia, os efeitos da discussão que relaciona subjetividade e relações raciais são vistos também em espaços da academia através de congressos, seminários, simpósios e afins, ou até mesmo em campanhas produzidas por Conselhos Federais e Regionais de Psicologia. Tratar como silenciamento seria, em certa medida, não reconhecer os avanços já sinalizados. Se levarmos em conta a Resolução 018/2002, em termos de mudança de perspectiva teórica e orientação para a prática dos profissionais, o racismo conjugado à saúde emocional ainda é uma discussão relativamente recente.

Por estas razões, vale o questionamento se tais reações observadas pelas psicólogas tratam-se de silenciamento ou de manifestações da recusa de um determinado saber que se coloca como contranarrativa das teorias hegemônicas, constatação que estaria mais próxima da colocação de Olívia, ao identificar na circunstância um estado de negligência.

²³TEPERMAN, Maria Helena Indig; KNOPF, Sonia. Virgínia Bicudo – uma história da psicanálise brasileira. *JORNAL de PSICANÁLISE* 44 (80), 65 – 77. São Paulo – 2011.

²⁴CAMPOS, Luiz Augusto, 2016.

Outro ponto importante da fala de Annelise é a ideia de estar *em guerra com os brancos*, e a resposta recebida por Olívia “*saúde mental é saúde mental independente de ser branco ou preto*”, explicita a meu ver, a disputa de narrativa existente em torno da categoria sofrimento e dos sentidos que lhe garantam reconhecimento e legitimidade. Uma disputa ideológica e epistemológica no *campo psi* a respeito do impacto da discriminação racial sobre a construção psíquica do sujeito negro, expressa o apelo para que a psicologia reconheça nessa experiência um sofrimento com especificidades.

Ao classificar a neutralidade da ciência como uma *falácia*, a fala de Annelise, somada à fala de Jéssica (quando se refere ao branco como parâmetro de sujeito da psicologia e da psicanálise), nos levam a inferir que as psicólogas acreditam haver, portanto, dois lados dentro do *campo psi*. De um lado, os psicólogos que criam uma clínica comprometida em sua atuação com o combate da desigualdade racial e verificam nesta desigualdade um sofrimento específico, de outro, uma clínica que defende a ideia de neutralidade científica, remetendo-se ao sujeito como universal, o que resulta numa prática considerada racista.

Para além das questões de significação, quando Annelise aponta para a relação de guerra entre psicólogos negros e psicólogos brancos, utiliza como argumento o mercado, por ser o atendimento clínico um setor de serviço técnico e remunerado. Tratamos aqui da psicologia clínica de caráter privado e, como todo serviço privado, a existência de um público pagante a ser atingido envolve sempre a tensa relação de concorrência na qual todos os lados envolvidos tendem a criar mecanismos para enquadrarem-se às demandas, a fim de tornarem-se a escolha definitiva do contratante.

Neste ângulo, tanto o negacionismo do sofrimento produzido socialmente e direcionado para os grupos racializados, como a afirmação desta especificidade concernente à origem deste sofrimento, podem sugerir o investimento na condução da escolha do indivíduo que procura o atendimento. Configura-se assim, um cenário no qual nenhum dos dois grupos raciais está completamente isento de sugerir a produção de investidas tendenciosas, através da interpretação e assimilação de seu discurso.

Outro aspecto acionado na fala das psicólogas entrevistadas diz respeito ao tratamento dirigido a sujeitos negros diante da ausência de aprofundamento da questão racial. As psicólogas Tavares e Kuratani desenvolveram um estudo que se propõe pensar em estratégias de manejo clínico para identificar se o racismo se coloca como uma variável no sofrimento psíquico que o paciente leva para análise. Segundo as pesquisadoras:

A criação do vínculo entre paciente e terapeuta, base de todo o processo, transforma o *setting* terapêutico num espaço no qual pacientes podem emitir seus comportamentos-problemas, e o terapeuta pode observá-los diretamente, possibilitando intervenções dentro do espaço clínico, e ampliando formas de fortalecer o repertório comportamental em construção, principalmente, o repertório interpessoal, pois o vínculo se estabelece na interação social, com o desenvolvimento da intimidade e abertura. (TAVARES; KURATANI, 2019: 5)

O que está em questão, portanto, diz respeito à criação de vínculo entre o terapeuta e o paciente, o que exigiria estratégias no processo de acolhimento e escuta (TAVARES; KURATANI: 2019) através da assimilação da linguagem produzida na demanda social que dialoga raça e subjetividade no *campo psi*. Destarte, para Tavares e Kuratani, assim como para Schucman e Santos, o não reconhecimento do racismo como fenômeno estrutural afeta a qualidade do atendimento e tem como resultado reforçar a ideia de igualdade racial, à medida que sua negação silencia o paciente ou o leva a desacreditar na legitimidade da sua narrativa. Situação que negligencia diretamente a diretriz da Política Nacional de Humanização²⁵ definida pelo Ministério da Saúde e que engloba todo e qualquer profissional da área da saúde, como é o caso do psicólogo:

Acolhimento é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH), que não tem local nem hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazê-lo: faz parte de todos os encontros do serviço de saúde. O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. Acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde. (Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, 2008)

Se passa pela função da psicologia criar ferramentas para que o paciente ressignifique seus problemas, através da habilidade do profissional em manejar os conteúdos trazidos pelo seu cliente, esta função não se realizaria em situações que as narrativas são dissociadas dos conflitos sociais no qual o paciente está inserido e dos valores simbólicos por eles originados, posto que estes conflitos produzem subjetividade. Tavares e Kuratani fazem uma afirmativa interessante a este respeito. De acordo com as psicólogas:

A falta de sensibilidade cultural (habilidade de compreender e aprender sobre pessoas cuja formação cultural é diferente) e de competência cultural (estar adequadamente preparado ou qualificado) entre os profissionais da saúde mental pode causar

²⁵Política nacional de Humanização do Ministério da Saúde: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html>>Disponível em 03/04/2020.

disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterápico prestado a esta população. (TAVARES; KURATANI, 2019: 10)

O processo de acolhimento na clínica psicológica perpassa não somente em tomar conhecimento da narrativa do paciente, mas em valorá-la. Reporto-me à postura do que foi classificado pelas psicólogas como *silenciamento da psicologia* em relação ao impacto do racismo, situação denunciada por profissionais e teóricos do *campo psi* para afirmar que, se tratamos do racismo e seu poder de naturalizar as desigualdades, falamos, portanto, do privilégio em poder recusar esses efeitos. Escutar e fazer valer o que se escuta também estaria ligado em reconhecer o privilégio desta posição de recusa dos efeitos do racismo e a oposição à naturalização que o racismo impõe.

Para a psicóloga Olívia, psicólogos negros e brancos, quando não estão instrumentalizados teoricamente com a amplitude da questão racial, reproduzem a violência na sua clínica:

Olívia: Não existe trabalho, nesse sentido. Para mim, não existe! Se você está com alguém e não consegue considerar aquela pessoa como um ser que vive socialmente, não existe trabalho, porque você vai tender, enquanto terapeuta, a colocar a responsabilidade do que a pessoa sofre nela mesma. Como, por exemplo, uma pessoa que entende que sofreu racismo, chega e fala... já aconteceu algumas vezes de alguém falar pra mim, e aí o terapeuta cortar, ou então falar que talvez não seja isso porque racismo não existe, que talvez seja um sinal de baixa autoestima da pessoa... ele (o profissional) tende sempre a levar o problema para a pessoa.

A partir do momento que a raça passa a ser uma variável para a construção subjetiva do sujeito negro dentro do *campo psi*, são elencadas juntamente com a discussão uma série de demandas colocadas ao profissional em psicologia e aos espaços de profissionalização. Todos os sentidos em torno do sofrimento psíquico, do paciente e do tratamento são inseridos numa nova perspectiva exigindo aos envolvidos a assimilação desta gramática que irrompe para compreensão do tema e para a qualificação efetiva do trabalho que desempenha.

As falas das psicólogas Annelise, Jéssica e Olívia, somadas à pesquisa desenvolvida por Schucman e Santos, indicam disputa teórica, mas também indicam o distanciamento que persiste entre a psicologia clínica e os temas relações raciais, raça e racismo. A assimilação desta gramática, ou seja, da “expressão das concepções sobre raça e racismo circulantes; a

capacidade de traduzir e interpretar códigos e práticas racializadas da sociedade; e o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude” (SCHUCMAN; SANTOS 2015: 137) foi classificada por Twine e Steinbugler (2006) como “letramento racial”. Este letramento passa a agregar o campo de saberes que devem ser acionados pelo psicólogo clínico ao manejar o sofrimento derivado do racismo.

4. O DILEMA DO PSICÓLOGO BRANCO QUE ATENDE PACIENTES NEGROS E A BUSCA POR ESCUTA SEGURA

4.1 Criação de uma gramática a partir da categoria raça:

Como já fora colocado, o Projeto de Psicologia 1 inicialmente era voltado para mulheres negras, mas à medida que se expandiu, passou a ser procurado também por homens negros, ampliando seu leque de abrangência. O que destaco como interesse para a análise deste processo são as estratégias criadas dentro do projeto para articular uma comunicação através da categoria *raça* e seus significantes que viabilizasse a receptividade entre clínica e paciente.

Jéssica e Annelise compartilham as estratégias fomentadas por elas para criação do Projeto de Psicologia 1, tais como a criação de um sistema para escolher aliados para expandir o projeto, para que os pacientes em busca de psicólogos dentro de determinado perfil de abordagem possam contar com possibilidades em diversas regiões do Rio de Janeiro; a criação e fortalecimento de aliança com o Instituto AMMA, um dos institutos mais relevantes na temática que dialoga racismo e psicologia; a localização do consultório clínico de Jéssica, no bairro de Copacabana, região que, segundo Jéssica, oferece poucas opções de psicólogos negros; a extensão do projeto em Portugal, resultando em novas alianças fora do Brasil; a criação de um site para tornar mais amplo e abrangente o acesso ao projeto, entre outras.

Em entrevista, Jéssica explica a razão de ampliar o critério de pacientes a serem atendidos pelo Projeto de Psicologia 1:

Jéssica: O Projeto de Psicologia 1 era inicialmente voltado somente para mulheres negras, mas hoje não tem mais como ser porque tem chegado muitos homens para a gente, isso no atendimento individual. No atendimento individual hoje tem chegado muitos homens negros, e isso tem sido muito legal. Homens negros e gays também.

Essa questão de pertencimento, o cara está no mercado de trabalho e não sabe mais para onde ir, está sendo fritado, está sendo sabotado... É muito comum. Tem acontecido muito.

Pergunto se o projeto é composto apenas por ela e pela psicóloga Annelise:

Jéssica: A gente tem uma Rede de psicólogos negros. A Rede de Psicólogos Projeto de Psicologia 1. Como funciona: As pessoas chegam até a gente e, a depender de onde elas

moram, não podem vir até a zona sul, então a gente tem esses suportes. A pessoa mora, por exemplo, em Jacarepaguá, e a gente vê quem dessa nossa micro rede que é pequena que possa atendê-la.

Eu fiz a seleção de quinze (psicólogos), que na verdade eu chamei, a gente trocou, conversou, quis saber como cada uma pensa, cada uma tem uma metodologia diferente e foi montando essa rede que eu percebi o quanto que a gente precisava estudar, estudar muito. Porque acho que é tudo muito novo, né, na psicologia.

Tem os psicólogos que estão nessa discussão de Psicologia Preta que também é muito legal, que estão estudando aí a psicologia preta e tal, mas eles são mais afrocentrados. Acho que eles estão mais num retorno à África, que eu acho que é importante também, a gente já é mais “aberta”, assim... porque a galera está precisando avançar, então a gente precisa voltar, mas ir, porque senão a gente só volta. Eles são muito bons, e obviamente eles trabalham para ir pra frente também, eu não sei bem como funciona.

A seleção das pessoas que fazem parte da Rede é feita por mim, quando a Annelise estava aqui (no Brasil) ela me ajudava, é uma entrevista para saber quem são aquelas pessoas, o que elas entendem de questões raciais, como elas trabalham. Teve algumas pessoas que eu vi que precisavam estudar questões raciais, que estavam com o pensamento muito colonizado. Para trabalhar com negro é preciso descolonizar o pensamento, você precisa ver o branco não como inimigo no sentido de ódio, porque ódio é afeto. Você precisa ver ele como uma pessoa que tem bondades e maldades e ver o que você vai fazer com isso. A gente tem que entender quem está com a mão na maçaneta é o branco, não é o preto, então se ele está com a mão na maçaneta e está disposto a girar, é por ele que você vai ter que passar, você não vai ter outra opção.

Quando a gente colocou a nossa visão a gente queria ser referência, mas tem outras pessoas fazendo. Para mim uma referência hoje de pessoas que fazem psicologia trabalhando questões raciais é o pessoal do Instituto AMMA, lá de São Paulo. Eu troco muito com eles, especialmente com o Deivison²⁶, ele escreveu um livro sobre Fanon. Eu troco muito com ele,

²⁶ Deivison Mandes Faustino, ou, como ficou conhecido na academia, Deivison Nkosi, autor do livro “Frantz Fanon, um revolucionário particularmente negro”. O escritor é uma das principais referências no Brasil para discutir a obra do psicanalista Frantz Fanon. Faz parte do Kilombagem, organização do Movimento Negro localizada em São Paulo. Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Santo André, Mestre em Ciência as Saúde e Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC, Doutor em Sociologia pela UFSCAR.

com a Maria Lúcia, a Izildinha Baptista²⁷, o Nogueira, são pessoas que são muito referência pra a gente.

A gente hoje ter isso e ver uma página com mais de 5 mil seguidores, pessoas entrando em contato comigo pelo Brasil todo, às vezes as pessoas me chamam no Instagram perguntando se eu sei de algum psicólogo lá do interior do Rio Grande do Sul... é muito legal isso, porque as pessoas têm também o alento de saber a quem buscar, porque até então estávamos todos à deriva. Tem paciente meu que quando perguntou onde eu atendia e eu respondi, em Copacabana, ele falou “aleluia”, não tinha ninguém que era referência na Zona Sul. Tem paciente que chega lá e quer uma psicóloga negra para o filho ou filha e que duvida que vai achar na Zona Sul.

Annelise: O projeto passou a atender não só mulheres negras, mas homens, questões de gênero, eu tenho pacientes transsexuais. Porque, enfim, fomos nós, as mulheres negras, que criaram o conceito de interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade foi um dos conceitos mais importantes pra mim. Um dos estudos mais importantes que foram oferecidos, porque a interseccionalidade ela dá oportunidade para todo mundo falar, para todo mundo ser ouvido, pra todo mundo ser considerado e pra todo mundo ser tratado. Não tem como nós, mulheres negras, psicólogas, feministas interseccionais reduzirmos o atendimento só a mulher. Sabendo que, quando a gente estuda interseccionalidade, a gente pode desenvolver formas para atender o máximo de pessoas possíveis.

Eu atendo muitos negros que estão fora do país, tem muitos negros que estão se descobrindo negros agora, são frutos de famílias inter-raciais. É a demanda que manda, a gente tem é que acolher.

Eu comecei a minha vida profissional atendendo branco. Então eu conheço muito bem a branquitude. Isso me ajudou muito a formular uma clínica voltada a atender pessoas negras, porque a gente conhece muito bem pessoas brancas. E é muito bom a gente se dar conta de que eles (os brancos) não nos conhecem, nós conhecemos eles, e as pessoas negras não se dão conta disso. Hoje eu atendo só pessoas negras, não por recusa ou qualquer coisa do tipo, é pela procura mesmo.

Na minha equipe só tem psicólogos negros, porque uma das reclamações eram essas, de psicólogos brancos que as pessoas negras que não se sentiam completamente

²⁷ Isildinha Baptista Nogueira é Doutora em Psicologia pela USP e autora da tese “Significações do corpo Negro” defendida na Universidade de São Paulo, 1998.

confortáveis de falar sobre suas coisas com psicólogos brancos. Então não faz sentido ter psicólogos brancos na minha equipe, só aceito psicólogos negros. Uma base é a representatividade, outra base é uma releitura crítica sobre os conceitos da psicologia e leituras sistemática, profunda muita pesquisa de autores negros, afrocentrados que discutem todas essas questões ligadas a negritude, pan-africanismo.

[...] Quando surgiu o Projeto de Psicologia 1, eu acho que nós fomos o único projeto de psicologia formado por psicólogas negras que tiveram o desafio de realmente se expor. Eu sentia que os psicólogos negros tinham muito cuidado e dedo de se expor, “ah, porque vamos segregar...”, a gente fez logo um site, colocamos logo alguém pra cuidar de mídia social, de falar sobre isso mesmo, declaradamente, de falar que branco não sabe atender preto, a gente botou a cara para jogo. Antes não havia pessoas que se arriscavam e que se colocavam nesse tipo de exposição, eu não via psicólogos negros se expor dessa forma, com essa verdade.

[...] Eu não sei se os outros projetos estão mensurando, mas hoje já passaram mais de 3.000 pessoas pelo Projeto de Psicologia 1 e a gente tem tudo registrado. [...] O Projeto de Psicologia 1 não funciona só em Portugal, eu viajo, eu vou para Alemanha, eu vou para Espanha, eu vou pra Luxemburgo, eu vou para Suíça, eu vou pra Costa do Marfim apresentando o projeto. A gente entendeu que estar em Portugal para mim é muito estratégico para o projeto, eu tenho como falar desse projeto não só no Brasil. Psicólogas negras da Suíça, de Luxemburgo, da Espanha, da Alemanha entram em contato comigo para pedir ajuda.

Dentre os fatores citados no texto, o que julgo ser mais relevante na busca ou na produção de artifícios para comunicação é, em primeiro lugar, a inteligência que Jéssica estabelece como necessária para lidar com uma *psicologia descolonizada*. Isto implicaria em reconhecer que, estando com a “mão na maçaneta”, ou seja, sendo o legitimador da psicologia enquanto ciência, a posição simbolicamente hegemônica que o *branco* ocupa na sociedade deveria ser considerada - também de forma estratégica - nas modulações das teorias que nortearão a prática clínica que se propõe a combater o racismo. Esta hipótese se comprova também quando Annelise afirma não haver sentido ter psicólogos brancos na sua equipe, já que uma das principais reclamações que ouve dos seus pacientes negros, refere-se ao desconforto em falar sobre as experiências do racismo na clínica.

As falas das psicólogas Jéssica e Annelise desnudam o modo como elas enxergam as relações raciais e as posições que cada grupo racial ocupa na dinâmica de repensar a

psicologia e na proposta de construir uma nova perspectiva sobre a psicologia clínica, desde a ocupação de espaços institucionais até a atuação clínica em si.

Em segundo lugar, destaco o processo de abandonar o recorte de gênero para atender os pacientes homens que procuravam atendimento, agregando à base teórica do projeto a visão *interseccional*. Essa medida elucidada o quanto o desdobramento do projeto e da atuação clínica é conduzido à luz da atualização dos conceitos produzidos nos debates dos movimentos sociais que discutem gênero, raça e sexualidade. Aparentemente, existe a presunção de uma subjetividade que se desdobra em gênero e em raça, cujo atendimento psicológico capaz de dar conta de tais nuances, exigiria uma compreensão social e cultural igualmente segmentada, paralela a uma psicologia clínica que se propõe “descolonizada” e em formação contínua, capaz de contemplar processos de subjetivação marcados por existências marginalizadas.

As psicólogas acreditam que a criação de projetos de psicologia, somados à sua formação e a sua vivência, permitem um espaço clínico seguro no qual os pacientes negros podem compartilhar experiências de discriminação sem que se sintam julgados, infantilizados ou subjugados. O que não somente propõe uma nova leitura sobre o processo de subjetivação, mas também da própria clínica. Pergunto à psicóloga Jéssica qual é a especificidade de uma clínica voltada para o sujeito negro:

Jéssica: O diferencial está em olhar para questões raciais. Quando a raça entra, muda tudo! O olhar para o negro já é estigmatizado. Quando um paciente chega para mim e diz que passou por aquilo (uma situação de racismo), eu vou reconhecer que ele passou mesmo, não é mentira, não é paranoia.

Tem paciente que chegou já com diagnóstico de esquizofrenia que eu não sei se é esquizofrenia, porque tudo que ele me fala faz todo sentido: um homem negro, andando pela rua é abordado pela polícia “me puxou, me bateu...” Óbvio que eu vou considerar que é possível, como não vai ser possível? “Aí parece que as pessoas estão andando atrás de mim, eu entro na farmácia e fica todo mundo olhando”. Óbvio que isso é possível. Agora eu tenho certeza que um profissional não antirracista não vai ter esse olhar... É prato cheio para psicologia, pra saúde mental, porque joga ele já em um diagnóstico.

Para psicologia, em geral, isso (um projeto de psicologia voltado para população negra) não é psicologia! Hoje eu vejo que há uma tentativa de silenciamento sutil, mas ao mesmo tempo há uma curiosidade e um medo, porque a gente está pegando um nicho de mercado, que aí entra grana, e aí entra mercado, que eu acho que eles não tinham se tocado

que poderia existir e muitos brancos estão perdendo pacientes para psicólogos negros e isso é, né “como assim?”. E muitos pacientes estão chegando lá no consultório porque foram traumatizados pelo profissional que o atende, porque teve o racismo negado. Mas eu vejo dois pontos. Eu vejo um melindre, porque eu acho que eles estão com medo, ou com receio, eu não sei, e ao mesmo tempo uma tentativa de desqualificação.

Pergunto à psicóloga Annelise qual seria, portanto, a peculiaridade de um projeto de psicologia voltado para pacientes negros:

Annelise: Na verdade, a peculiaridade não está no projeto, é da vivência do negro no mundo. É construir uma escuta para essa peculiaridade. A gente sempre pensa em que primeiro vem o saber pra atender o sujeito, mas às vezes não. É o sujeito que demanda você construir o saber pra você dar conta dele e ajudar ele. A peculiaridade é da comunidade negra, que são peculiaridades que nunca foram consideradas. Uma escuta empática que é o que todo mundo defende, ela não dá conta de uma clínica voltada para população negra [...].

[...]A peculiaridade é entender que o sujeito negro tem uma vivência diferente, tem experiências sociais diferentes. E o espaço terapêutico para pessoas negras, além de ser um espaço de cura e acolhimento, é um espaço de emancipação, de instrumentalização. É um espaço político. Porque se você não se entende como ser político, fica difícil você fazer o enfrentamento do racismo dentro de uma estrutura que é racista. A peculiaridade somos nós!

Construir-se como um diferencial também aparece como uma estratégia de comunicação, à medida que, dadas as denúncias de discriminação em experiências clínicas anteriores, haverá um grupo a ser *atraído* por propostas de espaços clínicos menos hostis. Portanto, investe-se no sentido de ser uma opção de oposição aos espaços de atendimento psicológico que reproduzem a violência do racismo no seu manejo clínico. Se de um lado há uma psicologia clínica representando o desprezo pelo sofrimento causado pelo racismo, do outro, há um espaço terapêutico criado para o acolhimento desse sentimento. Contudo, não haveria possibilidade de criar uma relação de oposição como essa se não houvesse, de fato, um cenário discursivo e cultural no qual a raça comunicasse um determinado conjunto de sentidos aos seus interlocutores.

Se nos pautamos pela afirmação de Hall sobre a raça ser uma linguagem e sobre as identidades - caracterizadas na modernidade tardia como fragmentadas - serem dispositivos que

tem um potencial de comunicação, o uso estratégico destes dispositivos tem o intuito de promover identificação entre quem reproduz o discurso e quem se reconhece nele. Esse sistema não se expressa somente pela abrangência dos projetos aqui apresentados, mas pela própria elaboração de uma psicologia clínica que surge de discursos que denunciam a impossibilidade de olhar o sujeito como universal.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasioso sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. As partes “femininas” do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior* pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a *identidade* e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude. (HALL, 2005: 39)

Tanto as reflexões provocadas pelas discussões travadas em torno das desigualdades sociais promovidas pelos Movimentos Sociais, quanto a recusa dos profissionais da saúde em dialogar com esses debates, têm gerado uma nova relação de expectativa entre o paciente e o processo terapêutico que ocorre na clínica. Um comportamento tão relevante que vem se refletindo na clientela acolhida pelas psicólogas entrevistadas e virando tema de debate nos espaços de formação de saúde mental.

Da mesma forma que a legitimação científica produz materialidade através da estrutura acadêmica, da formação profissional do psicólogo, da produção de um currículo e da busca por pacientes por este serviço de saúde, o exercício de revisitar e questionar a estrutura da categoria sofrimento psíquico e da categoria subjetividade tem se materializado nas construções de saberes outros e na produção de uma nova linguagem no *campo psi*.

4.2 A busca por psicólogos negros:

Início esta seção com a fala de Olívia em resposta à pergunta sobre o que lhe informa o fato de 90% de seus pacientes serem negros:

Olívia: Cara, isso diz que as pessoas estão se enxergando, que as pessoas estão percebendo o quanto é importante se cuidar e assim, eu acho que as pessoas estão despertando para essa questão racial. Se a gente for parar pra pensar, a realidade dos Estados Unidos traz uma relação dos movimentos negros. Eles estão muito à frente de nós, tem lugares que estão muito a frente e a gente está começando a engatinhar agora, então, quando a gente percebe que tantas pessoas estão procurando ajuda porque compreendem que o racismo traz uma dor e acaba impactando todos os âmbitos da vida, e não é só se olhar e não se gostar numa relação, é em tudo. Em tudo. O tempo todo. Isso me mostra o cuidado maior, um despertar. Para mim é um despertar!

Acredito que as psicólogas, ao reorientarem sua clínica e seu manejo para que pudessem garantir um atendimento *descolonizado* e ou *antirracista* para seus usuários, inserem-se como produto e engrenagem de um sistema de representação identitária e conseguem captar o que há de mais proeminente naquilo que Hall chamou de *imaginário da unidade* (Hall, 2005) Apesar do teor quimérico deste *imaginário da unidade*, os processos de *despertar* para o que se constrói como identidade racial e *enxergar-se* nessa clínica que se dedica a compreender as implicações psíquicas da violência racista, demonstra o quanto esse movimento de resignificação atravessa a subjetividade dos sujeitos e se relacionam com suas ações.

Nos três projetos analisados, todas as profissionais responsáveis são negras e, com exceção de Olívia, defendem a ideia de que o atendimento para pacientes negros deve ser orientado por um psicólogo negro que compreenda o racismo como violência que produz uma subjetividade específica. No caso de Olívia, ela não se refere diretamente à raça do psicólogo, mas acredita que não há trabalho efetivo com cliente negro se o terapeuta não compreende a estrutura do racismo.

Se dentro do *parti pris* da psicologia o sujeito é universal e os conhecimentos em torno da questão racial, com suas implicações psíquicas, não é algo dado, pelo contrário, ao que se constata pelas psicólogas aqui apresentadas, ainda que sejam todas negras, trata-se de um

conhecimento que também demandou uma apropriação bibliográfica e cursos externos à graduação de psicologia. O que explicaria, portanto, o critério de serem negros os profissionais da saúde mental e emocional no atendimento clínico destinados aos pacientes negros? Por que não um psicólogo clínico branco? Essas são questões que surgem ao longo do contato com os projetos desenvolvidos pelas psicólogas que põe em questão o que se constrói como particularidade na construção subjetiva do sujeito negro e a própria especificidade esperada de uma clínica que recebe essa clientela.

Ao explicar sobre os fatores que levaram à criação do Projeto de Psicologia 1, Annelise também reforça a dificuldade de psicólogos que não compreendem a violência do racismo em atender pacientes negros. A psicóloga faz essa afirmação baseada nas realidades trazidas pelos pacientes e nas próprias observações durante trocas de experiências na supervisão:

Annelise: Pessoas negras (pacientes) reclamavam com muita frequência de que não tinham suas experiências, onde o racismo era algo ali central, acolhidas na clínica. No setting terapêutico.

Vou ser muito clara, o Projeto de Psicologia 1 surgiu porque psicólogos brancos não sabem tratar pessoas negras. É isso. É muito simples. E não sabem mesmo! Porque você imagina, existem muitas pessoas que chegam na clínica com sofrimento psíquico diretamente ligado ao racismo. E a gente percebeu uma espécie de falta de ética, porque como é que a branquitude funciona: quando aquele saber não é dela, ela nega, ela diz que não existe. Então quando um psicólogo branco se vê em frente a um problema que ele não está instrumentalizado para atender e para ajudar, ele acaba repetindo todas as violências que geralmente são cometidas nas interações sociais. Ou seja, a violência do racismo ela também é presente na clínica psicológica. Então era muito complicado ouvir muitas pessoas negras que vinham, por exemplo, num ambiente institucional das ONGs, não era consideradas coisas assim que eram básicas. De diferencial. Vou te dar um exemplo:

Uma vez numa supervisão com duas psicólogas brancas que atendiam em co-terapia estavam atendendo uma família negra. Uma delas disse que a família era muito disfuncional porque era uma casa, ela descrevia assim: “era uma casa que parecia uma Torre de Babel, as pessoas iam construindo para cima”, que é uma coisa muito comum nas comunidades, não tem espaço, tem que construir pra cima mesmo. E que as portas viviam

abertas e as pessoas transitavam o tempo todo. Com isso aquela família não conseguia privacidade.

Ela está fazendo uma análise sobre uma situação que é muito diferente do que ela entende e vive da privacidade. Uma mulher branca do Leblon. Ela pode viver trinta anos no prédio e não conhecer todos os vizinhos. Isso é impossível e inviável dentro de uma comunidade. E não é porque as portas ficam abertas, e as pessoas entram e saem que aquela família não tem privacidade. É outro tipo de privacidade. E aí são as disfuncionalidades, as patologias que são coladas em lógicas que são completamente diferentes da lógica que a branquitude impõe como normativa.

As falas apresentadas pelas psicólogas nas quais são reproduzidas as queixas de pacientes negros que optam por psicólogos com a mesma identidade racial, seja desde a primeira consulta ou por meio da troca do profissional branco pelo profissional negro, sugerem que psicólogos brancos, ou, psicólogos negros que não aplicam o mesmo sentido às relações raciais, não conseguem apurar o que lhes é apresentado como experiência do racismo ou inferir das experiências compartilhadas durante o tratamento a possibilidade da discriminação racial. Na ausência do *letramento racial*, esse perfil de profissional não consegue proporcionar uma escuta que faça seu paciente sentir que seus relatos são validados, ou seja, a comunicação não consegue alcançar seu objetivo final, uma vez que os afetos dos pacientes e aquilo que os motivou não seriam percebidos com clareza.

Dois aspectos são destacáveis da defesa de que psicólogos clínicos brancos não devem atender pacientes negros. Se existe a possibilidade da escuta do analista branco reproduzir a violência racista através do silenciamento ou da deslegitimação da narrativa do paciente, existe também a iminência de outra violência que pode vir a ser protagonizada pela ideia de que a segurança da escuta está restrita ao atendimento entre pares identitários. Assentado nesta perspectiva, quando a *escuta empática* deixa de ser o suficiente para atender a população negra, a própria função da psicologia pode entrar em contradição diante da impossibilidade do atendimento entre indivíduos de identidade racial diferentes. Ao assumir a hipótese de que pacientes negros devem ser atendidos exclusivamente por profissionais de igual identidade racial, as psicólogas incumbem-se de pelo menos dois riscos.

O primeiro deles é o risco de administrar diferenças através de uma espécie de zona de conforto discursiva. O contato com essa ideia de que a escuta no tratamento psicológico só se faz eficaz entre pares pode alimentar a indisposição do paciente de se expor a conflitos de

pensamentos que eventualmente seriam necessários para desconstrução do problema que submete à análise.

Uma constatação que pode não ser ajudada por esta visão, é o fato já salientado por todas as psicólogas em entrevista de que a maioria dos profissionais de saúde mental no Brasil é branca, obviamente não seria possível caber somente aos psicólogos clínicos negros prestar assistência ao volume de pacientes negros e garantir-lhes a escuta segura. Como já observara Santos e Schucman:

Levantamento contínuo realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto aos profissionais cadastrados no Sistema Conselhos registrou até fevereiro de 2016 o quantitativo de 270.015 psicólogos(as) em todo o país (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016). Na pesquisa “Uma profissão de muitas e diferentes mulheres”, realizada em 2012 pelo CFP, constatou-se que a maioria dos 1.331 profissionais que responderam à pesquisa era do sexo feminino (89%), com idade entre 30 e 59 anos (76%) e de cor da pele branca (67%) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Outro dado que ajuda a descrever a distribuição de psicólogos(as) no Brasil revela que 46,7% dos cursos de graduação e 58,72% das vagas de Psicologia ofertadas estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste (MACEDO & DIMENSTEIN, 2011). (SANTOS, & SCHUCMAN, 2015)

Por esta ótica, a exigência que os psicólogos tenham consciência dos danos da violência do racismo e que a busca por letramento racial seja uma postura ética adotada por todo e qualquer profissional da saúde mental, ficaria ainda mais distante de sua realização, caso terapeutas brancos se desonerem da obrigação ética de acessar uma leitura crítica da desigualdade racial.

Outro risco que se corre é o de gerar outro modo de surdez mediante à ameaça de reduzir todo sujeito e seu sofrimento psíquico à sua negritude, reproduzindo a mesma lógica racista que se pretende contrapor, ou até mesmo desconsiderar a relação particular que este estabelece com esta identidade racial. Ressalto que não desconsidero aqui o fato de que a categoria raça, antes utilizada como forma de hierarquização biológica, é atualmente apropriada pelos movimentos sociais na luta contra o racismo como meio estratégico para fins de ressignificar o termo e dar a ele novos valores simbólicos. O que se coloca em relevo é a exposição ao exercício analítico que se impõe para compreender que este mesmo sujeito está imbricado em uma série de outras dinâmicas sociais e emocionais que não necessariamente são impulsionadas exclusivamente pela sua identidade racial. A compreensão de que o racismo, por ser estrutural, é inescapável, deve ser associada ao cuidado de considerar que nem tudo no sujeito negro se explica por essa experiência.

Para compreender a possível perspectiva do paciente a respeito da relação com psicólogos de identidade racial diferente, pergunto a Annelise se já recebeu pacientes negros que vinham de experiências com psicólogos brancos e que tenham apresentado queixas no atendimento, voltadas para questão racial.

Annelise: Vários! Acho que praticamente a maioria. Tem uma maioria que nunca fez nenhum processo terapêutico porque a psicologia sempre foi entendida como um serviço para a classe média alta e que o negro não tem dinheiro para pagar, é inacessível, é caro. E o segundo público é o negro que teve psicólogo branco, mas que quando chegava na questão do racismo não dava caminho. “Olha, ela foi muito boa, mas... daqui não passava”, esse é o público que chega.

Não é uma questão de acreditar que o psicólogo branco é capaz de tratar um paciente negro e suas questões de identidade racial, é uma constatação. Se você ouve quinhentas pessoas falando, eu acho que fica muito complicado para o psicólogo branco dizer o contrário. Qual é o argumento que ele tem, se é uma reclamação sistemática? As pessoas negras estão mentindo? Porque é isso que eu pergunto, é a teoria do desmentido, agora?

Inclusive isso é uma forma de silenciamento, a gente tem que prestar muita atenção. Isso é uma forma de silenciamento, e é muito grave, porque o psicólogo quando não tem instrumento para dar um caso, ele encaminha, isso está dentro do código de ética do profissional. Se eu sou branco, tenho um paciente negro e eu não sei tratar racismo, eu tenho que procurar alguém na minha rede e encaminhar o paciente, isso é uma questão ética, só que ninguém fala sobre isso, mas eu falo. Se chegar um paciente para mim autista, eu vou encaminhar, eu não estudo autismo. Se chegar uma criança para eu atender, eu não atendo criança. E aí, não vamos discutir questões éticas?

Temos uma questão que é o que a Izildinha fala, a gente não tem uma psicologia preta. Não temos arcabouço teórico para isso. Existe a psicologia e as especificidades. O que a gente está tratando é de um tipo de manejo terapêutico que não é discutido e não é pensado. Não temos uma pretensão de formular uma psicologia preta como a que tem lá nos Estados Unidos, eles têm arcabouço teórico para isso.

Olívia, por sua vez, retrata a mesma realidade em sua clínica:

Olívia: [...] Muitas pessoas que eu recebo aqui vêm também com o sentimento de ter sido julgado pelo anterior. E terapeutas negros também, porque isso é muito importante frisar. Não é só porque é uma pessoa negra que ela tem condições de acompanhar alguém no processo de racismo. Pode ser uma pessoa negra que reproduz o racismo e que pode trazer muito mais situações de violência num contexto terapêutico. E isso é sério! Recebi pessoas aqui assim, que passaram por psicólogos negros e que tiveram a sua fala não respaldadas, não respeitadas, no caso.

Algumas pessoas vêm aqui e falam: “ah, eu tinha uma psicóloga branca, a gente evoluiu muito, só que quando eu falava de alguma coisa relacionada à raça, as coisas paravam, engasgavam, não fluíam, por isso que eu saí de lá”. Então, assim, tem como você enquanto negro fazer terapia com uma pessoa branca, mas o que eu percebo das pessoas que eu atendo, em algum momento elas não se sentem acolhidas dentro do que elas trazem de dor. Por mais que se resolvam questões de relacionamentos, questões interpessoais, questão de ansiedade, mas, em algum momento, quando ela esbarrar com a questão racial, ela não vai ter seu discurso acolhido.

Compreender o racismo como algo estrutural, implica em percebê-lo como um sistema que atravessa e atravessa a leitura de mundo das pessoas de modo geral, independente do grupo racial ao qual o sujeito esteja associado. Portanto, assumir sua existência implica em apreender que no processo de cuidado da saúde mental, tanto o paciente como o analista estão inseridos e são produtos desse discurso. O processo de reação contra essa discriminação não é algo dado, exige, de fato, uma imersão na temática da questão racial.

A primeira ponderação que proponho sobre as declarações das psicólogas, diz respeito à procura de pessoas negras por psicólogos negros, uma vez que tratamos aqui de psicólogas negras cuja grande maioria da clientela também é negra. Existe, portanto, uma concretude que tem dado sentido aos projetos das psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia, cuja correspondência é, de fato, inegável.

É possível inferir que se subscreve na troca do psicólogo branco pelo profissional negro a sensação de uma não escuta, ou de uma escuta limitada. O que há nessa subjetividade que a torna, na visão das profissionais trazidas a campo, inacessível para psicólogos brancos?

Sob este mesmo prisma, qual seria a função da psicologia se sua atuação só se mostra funcional quando ocorre entre seus pares?

Diante destes relatos, ao mesmo tempo em que é importante analisar as dinâmicas sociais que levam ao nascimento de uma nova perspectiva sobre os significados elencados à subjetividade e sobre a clínica que nasce a partir desta gramática, as realidades compartilhadas pelas psicólogas impõem a reflexão sobre a qualidade da escuta que tem sido oferecida no espaço clínico. Este cenário ressalta a pertinência de se questionar em que medida o processo de acolhimento de psicólogos clínicos que não reconhecem as implicações da discriminação racial, ou seja, não tem letramento racial, tem reproduzido as violências de discriminação do campo social.

Saliento que não se trata das psicólogas em questão, se acreditarem com maior desenvoltura intelectual para o atendimento de pacientes negros do que os demais profissionais. O parecer que dão sobre a relação dos psicólogos brancos com os pacientes negros deriva não somente de suas experiências pessoais como também dos relatos colhidos em seus consultórios, dos quais inferem que pertencer ao mesmo grupo identitário que os psicólogos, lhes confere um ambiente mais confortável para criação de vínculos e partilha das eventuais experiências de racismo no processo de acolhimento.

Embora o projeto e a atuação clínica se dirijam à população negra, um aspecto que se sobressai nos relatos é o fato das psicólogas reportarem os seus exemplos a pacientes que aparentam estar inseridos na mesma lógica de consciência de identidade racial, no sentido de perceberem-se racializados e entenderem que é um diferencial com peso simbólico específico na sociedade em que estão inseridos. Dimensão que se nota pelo fato das suas reclamações remeterem ao aspecto da escuta direcionada à questão racial. Queixas similares não aparecem em outras questões emocionais levadas à clínica. Percebe-se tratar-se de pacientes que também reconhecem a si e a sua realidade nos discursos acerca da questão racial promovidos por Movimentos Sociais e pela academia, os quais possibilitaram um contato mais crítico com o processo ideológico de construção da própria identidade.

O mesmo perfil de paciente se observa por ter como critério o psicólogo negro, sugerindo acreditarem que possivelmente encontrarão nesses profissionais a percepção sobre o racismo que julgam ser necessária para o manejo dos seus sofrimentos. Uma análise possível é encontrada no mesmo critério elencado por Annelise para não aceitar psicólogos brancos na sua equipe, o encontro entre o paciente negro em questão e o psicólogo branco, diante da possibilidade de revelar os conflitos raciais produzidos pelo que a imagem deste terapeuta

representa socialmente, pode desencadear afetos e desconfortos que remetam diretamente à violência da construção simbólica e desigual de poder que a branquitude representa neste contexto discursivo.

As queixas em relação a psicólogos brancos, dentro do contexto destes depoimentos, de igual modo, não sugerem limitação intelectual ou necessariamente ausência de empatia - com exceção dos casos de recusa de reconhecimento do racismo como violência que produziria sofrimento psíquico -, além da consideração de que estes sujeitos também estão inseridos nos desdobramentos simbólicos do racismo e o poder de naturalização das desigualdades por ele produzidos, os psicólogos não partilham do mesmo sentido agregado ao processo de subjetivação dos sujeitos negros por essa clínica que se reelabora na contramão da narrativa do universalismo.

O que tem se formulado, a partir dos posicionamentos transcritos acima, em termos de subjetividade do sujeito negro, diante do dilema sobre os psicólogos clínicos brancos, em relação a essa categoria de pacientes, é a existência de uma vulnerabilidade subjetiva inacessível para profissionais da saúde mental que não vivenciam em sua sociabilidade a violência do racismo, ou que não inserem esta violência em suas reflexões.

Contudo, similar à lógica discutida por Duarte a respeito dos códigos que asseguravam a comunicação das pessoas afetadas pelas *perturbações* do nervosismo, os apontamentos sugerem a existência de códigos partilhados no âmbito da configuração de sentidos dados ao sofrimento psíquico, que por sua vez se articulam com os sistemas de representação existentes na relação de reciprocidade entre demanda social e “oferta” clínica. Os códigos são articulados no interior da ideia de singularidade que compõem a construção subjetiva defendida pela corrente epistemológica do *campo psi* que pensa o racismo como realidade estrutural e, portanto, produtor de subjetividade:

Esse código é muito complexo, o que lhe permite ser eficaz, é muito embutido nas representações gerais, o que lhe permite ser intenso; é muito flexível, o que lhe permite ser abrangente. E é assim como o é toda linguagem, abrangente, intensa e eficaz; ao mesmo tempo instaurando e conduzindo a significação e sustentando os sujeitos em sua prática social. Como toda linguagem também, guarda solidariedade com uma cultura específica e tem fronteiras de permanência e sentido que lhe são homólogas. (DUARTE, 1986: 26)

Reportando ao fragmento do relato de Annelise “*olha, ela (a psicóloga branca) foi muito boa, mas... daqui não passava*” é possível alcançar a compreensão da dinâmica de comunicação que permeia a visão de mundo dos sujeitos implicados, a partir da identificação e

da partilha de código que somente se faz inteligível para os psicólogos clínicos e pacientes inseridos na gramática acionada pelo letramento racial.

Ainda por esta análise linguística, os termos utilizados para designar a atuação dos psicólogos que não possuem letramento racial, tais como *falta de ética*, *falta de conhecimento*, *silenciamento*, entre outros, conferem a amplitude do ambiente de produção de sentidos no qual está inserida a leitura concernente à subjetividade do sujeito negro.

Na linguagem que se compõe em torno da temática racial no *campo psi*, a recusa de psicólogos em reconhecer a experiência do racismo como uma demanda presente na psicologia, o coloca em um lugar discursivo de qualificação moral, caracterizando-o como um profissional que transita entre reproduzir a discriminação racial, desvalidar o que lhe é apresentado pelo paciente negro como sofrimento e impor a este paciente um tratamento que não lhe compete oferecer. Em todos os casos, o policiamento se dá tanto pelo psicólogo não apropriar-se de um saber que se torna imprescindível para a realização da sua prática clínica nesta configuração, como pela postura política de recusá-lo em sua validade.

De todo modo, essa forma de se pensar o recorte de algum aspecto da identidade do sujeito traz à tona o paradoxo que se coloca entre a construção de uma ciência que se qualifica como inclusiva – à medida que toma por princípio abarcar todas as formas de existência – e a criação de espaços clínicos e discursivos que visam considerar demandas de sujeitos que não se percebem contemplados no que se constitui como aspecto democrático da psicologia.

Em resposta à conclusão de que seria inviável à um psicólogo clínico branco oferecer um tratamento adequado ao paciente negro, há um processo de construção da definição da subjetividade do sujeito negro por psicólogos negros que visa, por sua vez, considerar em seu constructo, os possíveis conflitos psíquicos experienciados em virtude da violência do racismo. Mas em termos do *campo psi*, o que se questiona neste ponto é se a afirmação de que o sujeito da psicologia não é universal está acompanhada da lógica de criação de definições de sujeito cada vez mais específicas - dada a gama de diversidade que compõe as sociedades –, não delegaria à psicologia clínica o caráter de uma ciência cada vez mais particularista.

5. DESDOBRAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO:

5.1 O racismo no divã e o processo de subjetivação do sujeito negro

“Na construção de um Ideal de Ego branco, a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer *mancha negra*”, escreve Souza (1983: 34) ao dar sequência aos inúmeros relatos que dão voz a sua afirmação. Publicado em 1983, a dissertação de Neusa Souza inaugura no *campo psi* e no Movimento Negro um debate mais específico à área da saúde mental pela construção da emocionalidade do sujeito negro em ascensão. Ideal do Ego²⁸ representa o ideal dos pais e a identificação dos ideais coletivos, trata-se da substituição simbólica do narcisismo primário e da instância que o Ego é convocado a realizar pelo Superego. Em se tratando do sujeito negro, este Ideal do Ego seria identificado como “branco” devido a imposição da *ideologia* racista.

Costa reforça essa ideia ao afirmar que “todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer” (COSTA, 1986: 107). O *ideal identificatório* refere-se à relação do Eu com sua imagem, processo em que o indivíduo se reconhece como sujeito.

Entre o período destas afirmativas até os dias atuais, foram inúmeras as transformações sociais e discursivas que levaram a imagem do negro e os referenciais dos quais se apropriam a construção desta imagem, a revisarem-se no tempo histórico das próprias transformações. De certo, muito ainda há de ser feito, caso contrário, de nada justificaria falar em desigualdades raciais. No entanto, o Mito Negro²⁹ já não ocupa o lugar de completo

²⁸ Expressão utilizada por Freud no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico. Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se.

²⁹ Segundo a autora, “quando a natureza toma lugar da história, quando a contingência se transforma em eternidade e, por um “milagre econômico”, a “simplicidade das essências” suprime a incômoda e necessária compreensão das relações sociais, o mito se instaura, inaugurando um tempo e um espaço feitos de tanta clareza quanto ilusão. Clareza, ilusão e verossimilhança que são frutos de um poder constitutivo do próprio mito: o de dissolver, simbolicamente, as contradições que existem em seu redor. [...] O mito é uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em natureza. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas. Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação. Enquanto produto psíquico, o mito resulta de um certo modo de funcionamento do psiquismo em que predomina o processo primário, o princípio do prazer e a ordem do imaginário. O mito negro configura-se numa das variáveis que produz a singularidade do problema negro”. (SOUZA, 1983: 25)

deficitário de referenciais positivos como a época de Souza, a própria existência de profissionais da saúde mental empenhados aos desdobramentos dos efeitos deletérios do racismo e a existência de pacientes negros que vão à sua procura, comprovam esta pressuposição.

Apesar da obra de Neusa Souza ainda ser citada como referencial teórico para tratar do tema, a psicanalista aproveita o espaço midiático do programa de TV Espelho³⁰ do Canal Brasil, exibido em junho de 2009 (posterior ao seu falecimento, 2008), para localizar a pertinência temporal da sua análise dentro de um contexto político e social específico, dada a impossibilidade de tratar do negro de forma analítica enquanto categoria maciça na perspectiva do *campo psi*. A seu ver, seria essa uma discussão relevante ao campo da Sociologia. Segundo a psicanalista, a única possibilidade seria permear por estas questões através do que chamou de *absoluta singularidade*, ou seja, a partir do que cada sujeito negro em particular elabora acerca das questões raciais e identitárias na sua forma particular de existência.

Quase quarenta anos depois da publicação da primeira obra a tratar da emocionalidade do sujeito negro, seguida de tantas outras que desfrutam da sua introdução, valho-me dos conteúdos compartilhados pelas psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia para investigar o que tem se construído como subjetividade do sujeito negro pela perspectiva de psicólogos clínicos que reconhecem o racismo estrutural como uma violência psíquica na configuração política, social e cultural atual.

Nestes casos, o paciente não aponta, a priori, a identidade negra como parte da situação apresentada. Ao que se subentende, nem mesmo as psicólogas partem da questão racial como primeira hipótese para o problema ou adoecimento; antes, exploram outras possíveis correlações, como família, relação amorosa, trabalho. Somente após o processo de acolhimento, a relação entre o sofrimento psíquico e a experiência do racismo é identificada pelas psicólogas a partir dos relatos realizados ao longo das sessões.

A partir dos exemplos de casos trazidos pelas psicólogas durante a entrevista, é possível entrar em contato com o que elas acreditam ser uma peculiaridade do sofrimento provocado no sujeito negro em virtude da experiência do racismo, também com o modo como essas experiências aparecem nas entrelinhas dos relatos, no ponto de vista da escuta analítica. Peço para as psicólogas me darem exemplos de casos em que identificaram o atravessamento da discriminação racial:

³⁰ Programa Espelho, disponível em: http://programaeselho.blogspot.com/2009/06/programa-da-semana-trilogia-da-mente_28.html

Annelise: Tinha uma paciente que ela chegou com crises de pânico. Se arrumava de manhã para ir para o trabalho e começava a ter ataques e não sabia o porquê. Ela falou: “eu quero uma psicóloga negra”, e chegou até a mim. Queixa: “Eu estou tendo esses ataques de ansiedade e de pânico, não gosto de ficar na rua. Eu preciso trabalhar e eu não sei...”. Então foi verificado: tem alguma coisa de errado na família? “Não”. Tem namorado? “Tenho”. E o trabalho? “O trabalho é bom”. No desenrolar do processo terapêutico... é uma moça que fez direito, que ainda antes de terminar fez um processo seletivo com uma empresa com um grande escritório de advocacia, conseguiu passar. Começou a fazer o estágio e conseguiu ser efetivada. Isso aí foi uma comemoração na família que, de uma certa forma, também era um projeto familiar.

É a felicidade. Você termina uma faculdade e você já está empregada, num puta emprego?! Ótimo. Todo mundo gosta de você no trabalho? “Me adoram”. Ela era a única que saía do Centro da cidade e ia pro subúrbio. Todos os outros colegas eram brancos e iam para Zona Sul. É de uma família de classe média da Baixada, mas uma família muito bem estruturada. Uma casa muito boa, com piscina, uma família alegre. A mãe professora, pai eletricitista. Tudo ótimo!

Ela ficou quatro anos nessa empresa, depois de muito tempo, de seis sessões, ela foi se dando conta que ela estava adoecendo por causa do trabalho. Ela estava há muito tempo nesse emprego, onde todo mundo adorava ela, todo mundo sobrecarregava ela de trabalho. Era aquela assim que, até cafezinho pediam a ela para pegar. Mas toda vez que vinha a hora da promoção, não era ela a eleita. Ela era uma ótima funcionária, mas todos os amigos brancos recebiam promoção e ela não.

Isso ela foi percebendo durante o processo terapêutico. Ela nunca podia imaginar que ela estava adoecendo por causa do trabalho, e que ela estava sofrendo racismo no trabalho, porque não tinha nenhum motivo que explicasse que aquela menina não podia ser promovida. Ela fazia trabalho de chefes que estavam duas vezes acima da hierarquia dela, pra você ver a competência. Um psicólogo branco, por exemplo, poderia dizer que era coisa da cabeça dela. Se ela colocasse uma situação dessa numa reunião de equipe, iam dizer que é mimimi dela. Que ali não tinha racismo, todo mundo a adora.

Você tem que trabalhar terapêuticamente pra fazer esse sujeito que está completamente interdito e anulado se fortalecer. Ao ponto que, ela se preparou para um concurso, passou na prova de magistrado porque ela entendeu que naquele espaço ela não ia ter emancipação, ela não ia ser promovida. Me fala, um psicólogo branco vai se dar conta

disso? O elo dele é com a branquitude, pra ele é natural. Entende a peculiaridade? As coisas estão entre (os grupos hegemônicos), e o esforço é para permanecer entre. Igual a Grada Kilomba³¹ diz: O racismo é uma mentira que ninguém pode falar. É um acordo tácito. Olha, eu sou racista e você sofre racismo, mas esse é o nosso segredo, a gente não pode falar sobre isso.

Olívia: Eu posso te dar dois exemplos. O de uma pessoa que não é negra retinta, é uma mulher. O pai dela é branco e a mãe dela é negra, e aí a vida inteira ela ficou nesse limbo de não ser aceita pela família e de ser reconhecida como moreninha pela família e teve problemas com a aceitação do cabelo. Quando ela se viu como negra, ela começou a perceber as violências que sofria da família. Ela tinha uma coisa muito voltada a corresponder às expectativas da família branca para ser aceita, a nível inconsciente. Então, ao longo de várias sessões, nós conseguimos perceber se aqueles desejos que ela tinha, relacionados à família dela, de ter família, de ter um emprego e tudo mais era relacionado a um desejo dela ou a um desejo da família. Pode não se tratar diretamente de racismo, mas no caso dela, a gente entendia que era uma forma dela ser aceita, correspondendo a todas as expectativas da família dela.

Ela é uma mulher de 34 anos que quer correr o mundo, quer fazer doutorado, está no mestrado agora e, ao mesmo tempo, qualquer oportunidade que ela tinha de desenvolver um relacionamento com um casamento “certinho”, ela largava todos os planos dela e ia pra essa relação. Mesmo que fosse abusiva ou que ela fosse vista como objeto. A gente viu muito as crenças que ela tinha, relacionadas à família e ao relacionamento porque a mãe preta foi abandonada pelo pai branco que casou com uma mulher branca, teve filhas brancas e a minha cliente não era aceita na casa do pai com a mulher branca. Ela sofria várias violências e o pai não tomava partido dela porque ele também era racista.

Ao longo das sessões a gente percebeu que a vida inteira ela estava esperando esse pai salvá-la, resgatá-la. Você percebe o quanto isso é bem mais amplo do que simplesmente esse racismo que a gente sofre na rua? E até ajudá-la a perceber... Teve uma situação em que ela falava que ela não era merecedora. Ela tinha o desejo de realizar as coisas, mas ela não se sentia merecedora. Eu perguntei: “como você deveria ser para merecer?”. Ela não soube falar. Eu falei: “então, por que você não merece?”. E então veio toda a construção social. Em cima

³¹ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano / Tradução Jess Oliveira. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobodó, 2019.

disso a gente começou a desenvolver forma de perceber. “Tá bom, você acha que não merece por causa disso..., mas isso é seu? É você que sente? Alguém falou pra você? Quando você aprendeu que não merecia por causa disso?”. Você está vendo como eu não preciso falar “racismo”? A gente vai trazendo esses questionamentos, essas reflexões e a pessoa vai se dando conta.

Meu trabalho aqui na clínica é muito esse, o objetivo, enquanto Gestalt terapeuta, é ajudar as pessoas a se darem conta, a trazer para consciência os seus processos para aí sim elas conseguirem transformar. São conteúdos que ficam muito introjetados, são muito internos. Eles acabam fazendo com que as pessoas vivam em função disso sem ao menos se questionar de onde vem, e a partir do momento que a gente se questiona de onde vem a gente entende que não é nossa, que a gente aprendeu em algum lugar.

Outra coisa que aconteceu com ela (paciente do caso em pauta), hoje em dia ela se posiciona, ela não se posicionava perante a família, enquanto mulher negra. Hoje em dia ela se posiciona com as amigas. Quando eu falo em se dar conta dos processos, é criar formas de ser seu auto suporte e ser alguém que vai estar ali para se salvar, e não esperar que alguém vai estar ali para te salvar. Não ficar na dependência do outro.

O outro caso é um rapaz que tem 40 anos, mora com os pais, ele é gay. E a gente percebeu que todas as relações dele, ele envolvia a questão financeira. Em todas as relações ele tentava sempre proporcionar o benefício da pessoa com quem ele estivesse através do dinheiro. A gente foi trabalhando isso na terapia. Em determinado momento, ela falou que aprendeu a ser assim quando ele era pequeno e morava numa cobertura em Copacabana e tinha uma amiguinha loira do quarto andar, eu acho. Uma vez ele levou ela em casa porque ela queria conhecer. Nesse caso, era uma família preta. Ele falou que a mãe dele chegou e falou para ele: “você acha que ela está aqui porque você é legal? Que ela vai querer o pretinho da cobertura só porque você é legal? Ela só está aqui porque você tem dinheiro”. Com essa fala, ele desenvolveu as relações dele, entendendo que ele sempre tinha que colocar dinheiro para ser aceito, para ser querido. E aí ocupa uma posição de destaque dentro dessa questão racial e ele sempre se colocava como alguém que tinha que ser perfeito, ele não podia ser mediano. Ele tinha que dar o melhor dele porque ele era preto, então ele tinha que ser o melhor.

Ao longo do nosso processo, ele foi desconstruindo isso e foi compreendendo que ele é um ser humano e que essa questão de ser muito bom era um efeito do racismo. Mas isso não fui eu que falei para ele, ele que foi percebendo ao longo das nossas sessões. Eu fico muito feliz com as evoluções, sabe, porque é muito bacana acompanhar. Hoje em dia ele abriu mão

de um cargo de visibilidade que estava ocupando muito tempo da vida dele, que estava desgastando muito, algo que ele viu que era muito bom, mas hoje em dia não faz sentido para vida dele. Ele está desenvolvendo formas de autocuidado, ele falou que ainda não está pronto para se relacionar, algo que ele queria muito também [...].

Ao longo desse processo, a gente foi trabalhando muito essa questão também, principalmente a situação que ele tinha colocado como proibido de se relacionar com pessoas brancas. Mas isso foi algo que foi construído a partir dessa questão dos pais, algo que ele não se permitia. Por mais que a gente entenda todo esse movimento de amor preto e tudo o mais, eu acho muito complicado a gente querer colocar regra pra vida dos outros, o quanto que isso também pode ser pesado, pode ser complicado. Por que o relacionamento entre uma pessoa preta e uma pessoa branca não pode ser algo que seja viável? Que possa ser respeitoso? [...]. A gente foi desconstruindo isso trazendo um pouco de leveza.

São questões raciais que são bem mais profundas e a gente vem trabalhando aqui, fazendo com que as pessoas possam se dar conta e criar os próprios recursos. Então, para ele, o recurso foi esse, conseguir se relacionar com alguém sem colocar o dinheiro, se valorizando, principalmente nessa questão financeira e se permitindo não ser o melhor em tudo, se permitindo ter interesse por outras pessoas que não sejam necessariamente negras e tudo bem. Ele pode se descobrir.

Eu acho muito perigosa também todas essas questões levantadas pelo Movimento Negro que acabam também desumanizando a gente como se a gente só pudesse ser isso. E não. Nós somos múltiplos, existem múltiplas negritudes, não existe só uma forma de ser negro consciente e saudável. O que eu busco aqui no meu consultório é respeitar muito o que faz sentido para cada um deles.

As falas da psicóloga Annelise que relacionam o sujeito negro às qualidades de *anulado* e *interditado* sugere haver uma leitura preexistente a respeito do sujeito que se coloca a sua frente, uma vez que ele se encontraria em estado de anulação e interdição em relação com o encadeamento que estabelece com sua identidade racial. Essa leitura anterior ao próprio relato do paciente é possível porque o corpo, como define Hall, é um texto que torna real e visível toda configuração discursiva do sistema cultural.

Há, neste sentido, a construção de uma expectativa que parte da identificação racial a respeito do comportamento e da relação afetiva que o sujeito estabelece com sua identidade racial, por ser negro e estar inserido numa dada realidade sócio cultural, aparentemente, também

já se espera o que está implicado nas experiências que justificam sua opção por um tratamento terapêutico. Somando-se a essa expectativa, o próprio correr do processo de tratamento levaria o paciente a perceber-se parte de um cenário no qual sua identidade racial ou a relação que construiu com ela ao longo da sua existência, produz impacto nas suas relações interpessoais e afetivas.

Se olharmos pelo ponto de vista da funcionalidade da comunicação que conecta a categoria racismo à categoria sofrimento psíquico, são observáveis alguns elementos simbólicos que sinalizam em que ponto as vivências compartilhadas são entendidas pelas psicólogas como experiências atravessadas pela violência do racismo, tais como a auto privação da liberdade, a noção de merecimento, a ideia de auto cuidado. Nos dois casos partilhados por Olívia, por exemplo, a necessidade de aceitação do cliente está condicionada pelo que se projeta como exigência representada pela figura de uma pessoa branca na sua história de vida, este paciente comporta-se em direção ao que lhe concederia algum um aval ou talvez a própria aceitação.

Paralelo a isso, outro sinal resultante da funcionalidade comunicativa relaciona o processo terapêutico às conquistas posteriores às sessões de terapia, que culminam na busca por um novo emprego diante da percepção que o ambiente anterior produzia adoecimento, a própria percepção da nocividade do ambiente de trabalho, a escolha em posicionar-se diante de situações de racismo, a recusa da busca insistente por um relacionamento, a liberdade de escolher o parceiro sem prender-se a determinado padrão estético.

Também é possível identificar os significados que permeiam a ideia de subjetividade do sujeito negro nesse fragmento do depoimento da psicóloga Annelise, ao falar do objetivo do projeto de psicologia Projeto de Psicologia 1 e, na sequência, na declaração de Olívia:

Annelise: O Projeto de Psicologia 1 é uma prática clínica, a gente entende o espaço terapêutico não só como espaço de promoção de saúde, mas também como um espaço micropolítico, de construção do sujeito negro. O que a gente percebe na clínica: existe também uma crise, um esvaziamento do sujeito. Porque ele foi tão sequestrado pelas lógicas coloniais, pela lógica da branquitude e pelo Ideal do Ego branco que ele é um sujeito meio interdito. Meio esvaziado. Então, é no manejo terapêutico que a gente ajuda esse sujeito a se reconstruir. Um espaço que possibilita o surgimento de um sujeito negro, mas não um sujeito negro romantizado, sabe. Eu me refiro à construção de um sujeito que faça sentido para ela, porque

cada sujeito negro é um sujeito diferente. Está num estágio de construção de negritude diferente, está vivendo a sua forma de ser negro de um jeito diferente. É muito complexo, não é fácil. É um trabalho minucioso que a gente faz, é quase um crochê, e demanda muita leitura, muito estudo, muita discussão.

À pergunta “como interpreta que há relação entre sofrimento psíquico e o racismo?”, Olívia responde o seguinte:

Olívia: Na Gestalt terapia a gente não trabalha com interpretação, a gente trabalha com fenomenologia, a gente tem que trazer para o cliente o que ele está sentindo naquele momento, então, a gente não se coloca muito no lugar de chegar para o cliente e falar para ele o que está acontecendo, a gente traz uma reflexão. A gente está aqui para acompanhar o cliente. É uma postura diferente da psicanálise. A gente dá suporte para que o cliente nos diga o que está acontecendo. A gente mostra a nossa percepção, mas não passa por uma interpretação.

Muitas vezes eu pergunto, por exemplo, aconteceu recentemente: uma pessoa que sofria assédio no trabalho. Aí eu pergunto: você era a única negra no local? Tinham outras pessoas negras? Como é isso para você, ser negra num ambiente assim? Então, são perguntas que eu faço e a partir disso as pessoas vão refletindo e pensando... Dependendo, eu falo “quando você diz isso, eu percebo isso, isso e isso. Faz sentido pra você? Já tinha pensado por esse lado?”. Então, assim, não é muito da postura de colocar.

Eu recebo aqui pessoas de vários níveis de consciência, algumas pessoas totalmente alienadas (em relação à questão racial) que não se reconhecem enquanto negras, e algumas pessoas que estão bem lá na frente e super consciente e já entende tudo relacionado a essas questões e ao racismo estrutural e institucional. A gente tem que ter muito cuidado com cada pessoa que chega aqui porque nem todo mundo consegue dar conta. Tem umas pessoas que tem consciência, que entendem, mas não estão preparados pra isso. Então, eu não posso também trazer uma pessoa para forçar algo que ela não está preparada ainda pra dar conta. Isso é tanto na questão racial como em questões específicas voltadas mesmo para o acompanhamento terapêutico. Quando as pessoas não estão preparadas para receber algo, elas fogem, tem alguma resistência e tentam se afastar ao máximo daquilo que traz sofrimento e angústia.

Atendendo a cautela indicada por Neusa Souza, no ambiente clínico preserva-se o caráter individual de cada paciente, como cabe à psicologia, no entanto, nas colocações “*cada sujeito negro é um sujeito diferente. Está num estágio de construção de negritude diferente*”, ou “*Eu recebo aqui pessoas de vários níveis de consciência, algumas pessoas totalmente alienadas (em relação à questão racial) que não se reconhecem enquanto negras, e algumas pessoas que estão bem lá na frente e super consciente*”, ao mesmo tempo em que as psicólogas apresentam a defesa de que o olhar clínico se mantém na ordem da individualidade, fica claro o quanto a capilaridade dos significados invocados pela categoria raça são inescapáveis a qualquer formulação de sentido, por mais individualizado que se proponha o discurso científico. Se há, portanto, expectativa sobre a forma como o indivíduo se relaciona com sua identidade racial, ou sobre o que esta identidade vai lhe gerar psiquicamente, há também a produção de sentidos em torno de comportamentos ou relações afetivas que contrariem o que se é esperado.

Essa forma de enxergar o sofrimento psíquico, sobretudo o sofrimento produzido pelo racismo como *político*, ou seja, como uma experiência negativa que ultrapassa os limites da ordem da intimidade, se associa com o princípio colocado pela corrente de pensamento da Psicologia Preta, cuja base teórica é a Black Psychology, difundida no Brasil pelo psicólogo Lucas Veiga (UFF). Em seu texto “Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta”, Veiga esclarece como a estrutura social atravessa a construção subjetiva dos sujeitos, alegação que já havia sido elaborada nas formulações teóricas de Freud. Neste artigo, Veiga apresenta o seguinte questionamento ao descrever sua arguição em defesa da esfera política do sofrimento psíquico:

É imprescindível ao psicólogo estar atento e sensível ao contemporâneo. É tempo de ampliarmos cada vez mais a concepção de que o que se passa no mundo nos atravessa e produz subjetividade (GUATTARI, 1992). O sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político. A histeria tal como Freud tratou e a que ainda comparece em nossos consultórios existiria em um mundo em que não houvesse opressão de gênero e das manifestações da sexualidade? (VEIGA, 2019: 244)

Embora as psicólogas clínicas entrevistadas não classifiquem sua abordagem teórica como vertente da Black Psychology, dialogam com Veiga ao trazerem uma perspectiva diferencial para a relação entre ordem social e ordem psíquica, o reconhecimento de que o racismo é um dos pilares que estruturam a sociedade e, portanto, essa violência estaria intrinsecamente relacionada com as experiências de vida dos sujeitos racializados. Talvez o impulso de se engajarem, cada qual em sua abordagem, na tarefa de produzir uma psicologia clínica que situe em sua vertente, com clareza, o recorte racial, esteja apenas associado à

proposta de evidenciar as distinções postas nas entrelinhas das fundamentações teóricas universalistas do *campo psi*.

Ao afirmar ser possível falar em subjetividade negra, Olívia compartilha a seguinte realidade do seu consultório:

Eu recebo muitas pessoas de condição financeira bem elevadas e pessoas que não dão conta desse lugar. São pessoas que são pós doutores, são pessoas que são professores de Universidades Públicas, chegam aqui e não dão conta. Se sentem insuficientes sempre. Pessoas negras que dizem “não mereço estar onde eu estou”, ou então pessoas que chegam aqui com uma fala extremamente cuidadosa no sentido de que “eu tenho que ser impecável nas palavras”, “eu tenho que ser uma pessoa que fala difícil pra ser reconhecida e respeitada”. Isso eu vejo muito em mulheres negras também, de se arrumarem muito e elas colocam isso, de que tem que estar sempre maravilhosas e falar muito bem porque é assim que elas vão ser minimamente respeitadas. E mesmo assim, as vezes não é o suficiente. Olha quantas questões a nossa subjetividade sofre em decorrência das coisas que a gente aprende socialmente. Então, acho muito válido falar de subjetividades negras sim!

Olívia acredita que a constatação da existência de uma desigualdade racial acaba se tornando um aspecto do processo de subjetivação do sujeito negro que não deixa de influenciar negativamente sua emocionalidade, nem mesmo em função da ascensão social.

Para a psicóloga, embora o sujeito negro tenha desenvolvido estratégias de crescimento intelectual e econômico que lhe possibilitem a mobilidade social, o imaginário produzido a partir da história de inserção do negro na sociedade produziu um vínculo entre este imaginário e o processo de identificação deste sujeito. Na escolha de exemplo para explicitar sua posição, mais uma vez Olívia associa o processo de construção da subjetividade do cliente à sensação de merecimento, à realidade de contrastes entre os dois papéis sociais e culturais que ele desempenha na dinâmica da identidade racial, sendo negro e ocupando um lugar de prestígio no seu espaço de trabalho. Uma sensação que seria reforçada e reproduzida pelas formas de representações sociais racistas.

Em todo caso, ao correlacionarmos o período atual ao momento de escrita dos nossos autores tomados como pioneiros do debate sobre a saúde mental da população negra, é possível depreender que para as psicólogas trazidas a campo à população negra já são fornecidos mecanismos sociais e simbólicos que lhe permitem ter *consciência de sua negritude*,

já vivem *sua forma de ser negro* e não cabe mais determinar, de forma generalizada, o que se apresenta como fetiche na construção subjetiva do sujeito negro.

Se o que leva o indivíduo a procurar a psicologia clínica é algum sintoma de sofrimento, alguma dificuldade em lidar com demandas da sua realidade, possivelmente a busca por esse tratamento compreende o reconhecimento não só das suas angústias, mas da sua própria existência. Na dinâmica de busca de sentido para si que compete à própria configuração da modernidade, a decisão política de pensar a psicologia clínica no contexto dos discursos identitários surge como produto dos fenômenos sociais que permitem ao sujeito negro colocar-se como centro das próprias questões.

5.2 A escolha da abordagem teórica diante das significações da subjetividade negra

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault discorre sobre a virada médica, na qual estão impressos elementos como a análise sobre a anamnese dos signos e a transcrição dos sintomas, elementos característicos a um método classificatório da atuação médica de um dado período do século XVIII. Este percurso antecede o período em que a atuação médica deixa de ter um enfoque central no paciente e passa a ter um olhar mais político sobre ele, ao analisar a situação social na qual este está inserido.

A perspectiva proposta pelo teórico buscava examinar quais foram as determinações sociais que subscrevem essa virada médica. De acordo com Foucault:

A clínica pede ao olhar tanto quanto a história natural. Tanto e até certo ponto a mesma coisa: ver isolar traços, reconhecer os que são idênticos e os que são diferentes, reagrupá-los, classificá-los por espécies ou famílias [...]. Mas o olhar médico, além disso, se organiza de modo novo. Primeiramente, não é mais o olhar de qualquer observador, mas o de um médico apoiado e justificado por uma instituição, o de um médico que tem poder de decisão e intervenção. Em seguida, é um olhar que não está ligado pela rede estreita da estrutura (forma, disposição, número, grandeza), mas que pode e deve apreender as cores, as variações, as ínfimas anomalias, mantendo-se sempre à espreita do desviante. Finalmente é um olhar que não se contenta em constatar o que evidentemente se dá a ver; deve permitir delinear as possibilidades e os riscos; é calculador. (FOUCAULT, 1977: 101)

A virada médica incumbiu aos profissionais o empenho de desenvolverem uma estrutura *plurisensorial* na sua atuação conforme se acrescentava à doença, ao paciente e ao seu estado de saúde novos sentidos para concebê-los e enxergá-los dentro do não dito, fenômeno concomitante às transformações sociais e políticas que eram postas como mais um elemento de decodificação dos sintomas, configurando o próprio indivíduo num novo arcabouço discursivo.

O objetivo deste capítulo é examinar o modo como as significações associadas à subjetividade do sujeito negro, no contexto da experiência do racismo, orientam a prática das psicólogas clínicas a partir da abordagem teórica que julgam mais pertinente para dar conta de um problema cuja dimensão é socialmente estrutural. O propósito de conhecer as linhas teóricas que norteiam a prática das psicólogas Jéssica, Annelise e Olívia, vêm exatamente na direção de compreender como elas orientam o olhar, a escuta e todos os outros sentidos que a clínica postula, dentro da lógica agregada a ela, para serem capazes de intervir no sofrimento psíquico dos seus pacientes.

O que proponho a partir da observação do Foucault, é um exercício de abstração analítica – abstração, pois, ao contrário do trabalho de Foucault, não trato aqui de doença física,

sim de sofrimento psíquico - que visa compreender de que modo, as características subjetivas associadas ao sofrimento psíquico do sujeito e destacadas pelas psicólogas como sinal de atravessamento do racismo (auto privação da liberdade, sensação de não merecimento, ausência de auto cuidado, entre outros), desencadeiam uma lógica de acolhimento que é acionada para proporcionar um tratamento clínico efetivo para o paciente.

Pergunto às psicólogas sobre a linha teórica que seguem e a razão de acreditarem ser a abordagem mais apropriada para a lógica de trabalho que desempenham:

Jéssica: Tanto eu quanto a Annelise, além das questões raciais, nós temos uma base de família sistêmica e psicanálise, tanto que eu fiz aqui na PUC e ela também fez. É uma linha de pesquisa de família e casal e tem as vertentes sistêmicas que é o estudo dos sistemas, sistema familiar e psicanálise que é o tradicional. Então, a nossa perspectiva é uma perspectiva sistêmica, a gente quer saber como o sistema familiar funciona. Isso nos abriu um leque para a gente compreender o sistema social, o sistema cultural, o sistema político, como as coisas funcionam.

Trabalhar família é trabalhar funcionamento. A linha de família e casal aqui da PUC é criada pela professora Felix Carneiro que foi minha orientadora do mestrado e que foi uma das coordenadoras da especialização que a Annelise fez, é com quem eu fiz pesquisa a minha vida acadêmica toda. A própria metodologia vem dessa capacidade de usar todo meu know-how teórico e prático para o sujeito que está na minha frente, ou para os eventos que a gente faz.

[...] Ter esse tipo de metodologia é importante para gente e para o nosso povo porque a gente vai pegar toda essa teoria eurocentrada e alinhar isso às necessidades que são totalmente diferentes. Esse sujeito que é criado aí pela psicanálise, ele não é preto, então, pela psicologia e até mesmo pelas ciências sociais - as ciências sociais vêem esse sujeito negro de outro lugar também... - Sair do lugar do objeto de estudo a sujeito da fala. Então, até as pessoas compreenderem que a gente não quer mais esse lugar de objeto de estudo, que a gente quer a fala, que a gente tem voz, que a gente tem uma existência tem que ter trabalho. A nossa metodologia acaba perpassando por isso.

Annelise: No atendimento os campos teóricos me ajudam a construir esse tipo de clínica que faz sentido para nós. É a psicanálise que trata o indivíduo e terapia sistêmica. Nós fazemos uma articulação entre a análise e a terapia sistêmica, mesmo porque eu tenho formação para isso. É um dos únicos que oferece esse tipo de formação.

Não tem como tratar o sujeito negro e tratar o racismo sem levar em consideração o contexto social de como ele constrói suas redes de apoio. Como ele se construiu histórica e socialmente, então o construcionismo social, o estruturalismo, são as correntes da terapia sistêmica que nos ajudam a dar conta de algo que o sujeito vive no individual, mas ele também vive no social.

Olívia: A Gestalt Terapia é uma abordagem que vê o ser humano como alguém em eterna construção, ela não nos coloca, enquanto terapeuta, como alguém que vai salvar as pessoas, no sentido de dizer o que está acontecendo, ou ficar muito tempo descobrindo o porquê que as coisas acontecem. A Gestalt terapia está muito mais interessada em como as pessoas vivem esse processo, e a partir do momento que a gente traz as questões para consciência, a gente consegue se colocar enquanto o protagonista da nossa própria história, alguém que está se responsabilizando pelas suas escolhas e principalmente pelo seu suporte.

A gente sai do papel de alguém que vai ficar anos falando sobre o pai e a mãe, do quanto sofreu na infância, e traz pro aqui agora. Esse é um conceito muito forte na Gestalt, trabalhar o aqui e agora, o momento presente. E é só aqui que a gente consegue mudar alguma coisa, ficar lá atrás de pai, de infância ou de quanto sofreu não leva muito a lugar algum.

Por mais que a gente trabalhe, a Gestalt traz muito a questão de situações inacabadas. A gente é focado no aqui agora, mas se tiver uma situação que a gente perceba que está inacabada - que a gente chama de Gestalt Aberta - do passado, a gente trabalha no presente. Então, por mais que existam questões relacionadas à infância, a gente não fica muito preso nisso, a gente fica preso no que isso é para pessoa hoje, a gente traz muito pro agora, no sentido de que hoje você não é mais aquela criança, hoje quem te fez mal não pode mais fazer mal, ao longo da vida você construiu recursos para lidar com isso, então vamos entrar em contato com esses recursos.

A gente traz muito a importância dos sentimentos, de acolher os sentimentos, se perceber, autoconhecimento. A partir do momento que você se dá conta desses sentimentos, você pode construir formas de lidar com eles da melhor forma possível.

Trazemos o cliente como protagonista, a gente (terapeuta) só está no papel de acompanhar e dar outras nuances para o que está acontecendo, mas o trabalho é mais dele, entende? Isso tem muito a ver comigo, a gente diz que a Gestalt é uma filosofia de vida, e não tem como um Gestalt terapeuta não agir na sua vida pessoal como ele age no consultório. Se responsabilizar pelas suas questões e o que você pode fazer daquilo que fizeram com você, não

no sentido de se responsabilizar pelas suas dores [...], eu deixo bem claro aqui que a gente não tem culpa do racismo, a responsabilidade do racismo não é nossa, não é um problema nosso. A Gestalt me possibilita lidar com as coisas com mais flexibilidade, entende? Não tem nada muito rígido. A gente trabalha no aqui agora trabalhando as sensações, e dentro dessas emoções também.

Eu não sei se eu estou conseguindo passar como é, porque quando você fala, eu acho que não consegue abarcar tudo que significa [...], mas quando eu vejo os resultados, as respostas e as mudanças, fica mais claro que realmente é a melhor maneira que eu poderia trabalhar, junto com minha forma de ver o mundo.

A relação que se cria com as demandas que emergem das transformações sociais somada à inserção nas teorizações que se encarregam de traduzir essa dinâmica, resultaram no olhar a ser empregado sobre os signos que representam o que é verbalizado como sintoma pelo paciente. A análise deste texto propõe observarmos que existe no social e no histórico um conjunto de fatores que ditam o que passa a ser determinante observar para executar o tratamento, e esse saber não se subtrai somente em contato com o paciente. Compreende-se que a releitura das técnicas e das abordagens teóricas exigidas pelo novo olhar que se lança sobre o sofrimento são parte do processo marcado pela mudança semântica que aborda a construção subjetiva de acordo com o pertencimento racial do sujeito e os desdobramentos que esse mesmo pertencimento traz.

Ao assimilar e reconhecer o discurso que toma o racismo como uma violência determinante para saúde psíquica do indivíduo negro, portanto, produtor de uma subjetividade específica, instaura-se na leitura de mundo das psicólogas, não somente como exercício de releitura sobre a subjetividade em si, como também uma nova semântica sobre a prática da psicologia clínica. Como afirma Olívia, a forma do profissional atuar, traduz como ele enxerga o mundo.

Há uma reconstrução simultânea de perspectiva que envolve as transformações sociais, a clínica, o paciente e o psicólogo. Esta reconstrução se reverbera desde a identificação com o discurso produzido em torno da categoria raça, até a elaboração de uma clínica que corresponda a demanda assinalada por esse debate. Na análise de Foucault sobre processos de transições semânticas, o teórico afirma:

Novos objetos vão se dar ao saber médico, na medida e ao mesmo tempo em que o sujeito cognoscente se organiza, se modifica e se põe a funcionar de uma forma nova. Não foi, portanto, a concepção da doença que mudou primeiramente, e em seguida a

maneira de reconhecê-la; nem tampouco o sistema de sinais foi modificado e, em seguida, a teoria; mas todo o conjunto e mais profundamente, a relação da doença com este olhar a que ela se oferece e que, ao mesmo tempo, ela constitui. A este nível, não há separação a fazer entre teoria e experiência, ou entre métodos e resultados; é preciso ler as estruturas profundas da visibilidade em que o campo e o olhar estão ligados um ao outro por códigos de saber. (FOUCAULT, 1977: 101)

A maneira como Jéssica, Annelise e Olívia descrevem as razões que as levam a eleger suas abordagens teóricas como as mais apropriadas para acessarem e atuarem sobre o sofrimento psíquico, expressa também os signos que acreditam implicar no que pode se apresentar como instável na construção subjetiva de sujeitos negros, tais como *sair do lugar do objeto de estudo a sujeito da fala* (Jéssica); *levar em consideração o contexto social de como ele constrói suas redes de apoio* (Annelise) e *se colocar enquanto o protagonista da nossa própria história, alguém que está se responsabilizando pelas suas escolhas e principalmente pelo seu suporte* (Olívia). As abordagens teóricas citadas, dentro de estruturas eurocêtricas, como afirma Jéssica, são reorganizadas a partir da perspectiva das relações raciais para serem capazes de ler *as estruturas profundas da visibilidade*. Trata-se de uma equação de componentes, cada qual a seu modo, inseridos sincronicamente no processo de remodelagem de sentidos, compelidos pela renovação inevitável do contemporâneo.

Tal qual o que fora identificado por Foucault como o nascimento da clínica, o movimento de repensar as abordagens teóricas eurocêtricas, de modo a dialogá-las com perspectivas analíticas em desenvolvimento, está longe de ser uma questão ditada pelo aperfeiçoamento de técnicas ou descobertas teóricas e científicas. Aparenta estar mais intimamente relacionado a disputas de poder que visam estabelecer qual discurso, quais práticas e quais saberes são válidos para intervir sobre a subjetividade dos sujeitos. Também insere-se na disputa entre quem é dotado de um letramento específico que se torna essencial e tem legitimidade para responder sobre os desdobramentos de cada demanda que emerge das vociferações sociais em dado espaço tempo. De fato, é um novo saber do *campo psi* que obedece à lógica política e se impõe aos psicólogos clínicos, seja para aliar-se à nova perspectiva e empregar uma atuação mais coerente à realidade discursiva atual, seja para refutá-la.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação se assenta nas práticas sociais e nas teorias que irrompem no processo de desenvolvimento do que considero ser uma vertente epistemológica no *campo psi* que dialoga raça, racismo e subjetividade, sob a perspectiva da psicologia clínica, aqui representada pelas psicólogas clínicas Jéssica, Annelise e Olívia. Tem por objetivo contribuir para reflexão sobre quais os significados estão elencados ao conceito de subjetividade quando, dentro da psicologia clínica, se propõe o recorte de raça em oposição à teoria universalista do sujeito e quais elementos são sinalizados para fundamentar a necessidade de enxergar como peculiar a construção psíquica de indivíduos historicamente racializados. Isso sem se abster de lançar um cauteloso olhar para a produção de sujeitos que emerge no cerne de tais renovações.

Essas perspectivas estão associadas a um contexto cultural e social que coloca à mesa, através de debates e iniciativas políticas, acadêmicas e dos movimentos sociais, questões como identidade e reconhecimento, tornando o contexto pertinente para investigações a respeito das linguagens que vem sendo construídas para dar nome, forma e meios de comunicação que tornem viáveis a inteligibilidade das transformações que remontam, junto com as inevitáveis releituras teóricas, os sentidos que organizam a visão de mundo dos sujeitos.

As perspectivas compartilhadas pelas psicólogas entrevistadas expõem o quão acesa está a disputa no campo de saber da psicologia clínica e os significados que se movimentam a fim de fazer legítima não somente suas verdades, mas também as circunstâncias que as justificam. Como meio de contraporem-se ao universalismo do sujeito, as psicólogas reforçam aspectos associados à identidade negra e produzem com seu público-alvo uma correspondência de significações. Uma das últimas perguntas que fiz a Olívia tratava da defesa de uma “subjetividade negra” no *campo psi*. Questionei se a postulação desse conceito não estaria racializando o sujeito negro e, com isso, essencializando-o enquanto parte de um grupo. Acredito que sua resposta represente muito do que foi colocado em discussão ao longo da construção deste trabalho e a provocação com a qual pretendo encerrar.

Nós somos racializados o tempo todo! Por que a gente não pode ser racializados para pensar na nossa saúde? Em estratégias de cuidados para nós mesmos? Então, quando a gente é racializado para diminuir pode, e racializar para construir algo para gente, não pode? Eu falo isso no sentido de ninguém conseguir chegar para você e falar “ah, você é uma mulher negra”, “nossa, você é uma negra muito inteligente”, “nossa, esse negão é maravilhoso”. A

gente é racializado o tempo todo. Por que a gente não pode ser racializado para construir algo para nós? É esquisito isso porque, isso mostra muito mais esse estilo da branquitude, né, de não perder esse lugar de protagonismo.

Porque, o que acontece, a psicologia, isso eu aprendi muito com Lucas Veiga, foi feita pelos brancos e para os brancos, e assim, racializar é marcar que nós somos negros e eles são brancos. Ou seja, existe uma diferença. Eles não são o referencial de humanidade, eles não são os únicos. Nós somos negros. E quando a gente pensa em subjetividades negras e tenta produzir coisas relacionadas a nossa saúde, a questões específicas que a gente precisa para poder ter o mínimo de saúde mental dentro de uma sociedade racista, isso é malvisto. Eu vejo muito como o medo de perda de privilégio, e aí o privilégio no sentido de ser a referência.

[...]Pensando em tudo que a gente vive aqui, toda necessidade específica que a gente precisa dentro de um ambiente terapêutico, eu acho que é extremamente importante pensar em produções voltadas para saúde mental da população negra. Nós somos diferentes, a gente traz na nossa mente, na nossa alma todos os sofrimentos que os nossos ancestrais passaram, nem que seja através dessas crenças como eu falei para você no nosso caso de relacionamento. Que foi passando de geração em geração dessa forma. É muito complicado você ser contra a produção de algo voltado para a saúde da população negra. Não concordo com isso não, acho que isso é racismo também.

O acompanhamento das narrativas que se desdobram como pano de fundo dos projetos e práticas observadas nessa pesquisa investigativa que se conclui, deixou visível pelo menos dois fenômenos. O primeiro deles é que o essencialismo, num contexto que se pretende descentrar (não substituir) uma perspectiva universalista sobre o sujeito da psicologia, é utilizado por essa corrente teórica como medida política. Seria, contudo, uma contranarrativa estratégica na busca por correspondência entre uma demanda que já se mostrava presente nas relações sociais e nos espaços de afirmação de identidade e a clínica que se constitui a partir deste debate. Não como uma instituição desatada do *campo psi* que surge de modo aleatório, mas como uma clínica psicológica inserida neste campo de saber e empenhada em reordenar sua linguagem à contemplação de demandas contemporâneas.

Termos como “auto ódio”, enquanto um processo transitório da relação que o sujeito negro estabelece com o próprio corpo; “processo de desfazimento” que consiste na busca de negar os símbolos da identidade racial para se enquadrar às expectativas da branquitude; “alienação” referente ao processo de não reconhecer-se negro dentro do conjunto de

significados acionados pela estrutura social racista; “sequestrado”, “interditado”, “anulado”, no sentido de ser privado da sua condição de sujeito, são associados em sua semântica ao processo de construção da subjetividade do sujeito negro. O racismo é uma violência real e inquestionável que atravessa a constituição do imaginário social, mas o aspecto essencialista, ainda que considerado o contexto em que esse mecanismo foi aplicado, deixa margem para questionar se todos os indivíduos negros se relacionam, de fato, de igual modo com sua identidade racial? A memória afetiva do passado, que as psicólogas alegam unir esta categoria, está presente em todos na mesma proporção? As repercussões atuais deste passado, desperta a mesma reação emocional e psíquica em todos os negros?

Essa mesma forma de criar vínculos através de símbolos identitários e mnêmicos, também abre espaços para acessar os limites da corrente de pensamento em construção, enquanto um perfil de clínica que se pretende contra hegemônico, à medida que desestorica as diferenças constitutivas ao próprio processo de construção de identidade de cada indivíduo em particular. No entanto, qual seria, neste contexto, a estratégia política mais apropriada para o objetivo de romper com o universalismo teórico, se não apelar para uma unidade histórica de exclusão e uma suposta produção comum de significados sobre esta experiência? Que outra característica, se não a experiência do racismo, essa corrente de pensamento invocaria para acionar como argumento uma subjetividade que alega ser tão racializada quanto o corpo? Quais são os dispositivos outros, em mãos, para requerer o reparo epistemológico que visa corrigir um sistema que manobra redes de significados por séculos?

Stuart Hall faz severas críticas ao essencialismo, segundo o teórico, “o momento essencializante é fraco porque naturaliza e desestorica a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético” (HALL, 2013: 383), mas reconhece haver neste recurso de produção de contranarrativa, um ponto de representação para o qual o sujeito negro olha e se reconhece, além de retratar uma medida, por vezes, necessária. “Onde estaríamos, conforme bell hooks comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário?” (2013: 382).

O segundo fenômeno trata a relação de disputa de narrativa a respeito de conceitos como subjetividade e sofrimento psíquico, assim como se disputam também os saberes necessários para inferir sobre o sujeito e sua construção psíquica dentro do *campo psi*. São, entretanto, disputas que movimentam a ordem do saber, reorganizam as representações do campo simbólico e interagem com seus interlocutores através das práticas sociais. Jéssica, Annelise e Olívia, assim como seus pacientes, são frutos de uma realidade contemporânea que

pode até não rearticular toda estrutura de poder fixada por teorias e teóricos consagrados, mas, à medida que essa realidade constrange esse campo do saber à negociação insistente e constante de sentidos, dificilmente a devolverá para o sossego das posições inquestionáveis.

Estão inseridos na dinâmica social de disputa de significados, além da própria subjetividade, os espaços clínicos e de saber do *campo psi*, produzindo, por sua vez, uma linguagem sistêmica de identificação e reconhecimento para consolidação de vínculos entre a demanda social e a clínica a partir da concepção política do sofrimento psíquico. O uso do termo “sistêmico”, se dirige aos mecanismos discursivos estratégicos utilizados pelas psicólogas e que foram possibilitados pelas circunstâncias dos debates sobre relações raciais e identidade, numa luta travada dentro do *campo psi* há pelo menos 80 anos.

Apesar da psicologia clínica ter a escuta como peculiaridade da sua função, há neste trabalho uma série de denúncias de que as experiências do racismo e a forma sorrateira desta violência atravessar as relações afetivas dos sujeitos, não encontram ouvidos cativos desde a academia, no transcurso da formação do profissional, até as clínicas, enquanto um dos espaços de atuação do psicólogo. Realidade que traduz a sensibilidade do tema, assim como sua urgência. Impõe-se uma inquietante discussão que repercute em perguntas ecoando no *campo psi* pelos mesmos 80 anos que se debate a questão: Pode a psicologia clínica, em geral, escutar os desdobramentos da violência do racismo? A quem representa o sujeito universal? É possível à psicologia visitar os pilares de sua teoria? Em se tratando de um saber inclusivo, o que tem tornado as relações raciais um tema com tantos relatos de recusa de aceitação? O que a psicologia, pautada no universalismo, tem a dizer sobre as condições desiguais de construção subjetiva?

Não cabe a este trabalho responder se há uma subjetividade que pode ser ou não racializada devido as experiências que estão impostas ao seu processo constitutivo. Menos ainda reforçar ou rebater a possibilidade de uma subjetividade comum a um grupo racial. O interesse limitou-se a conhecer e analisar as significações implicadas no argumento de haver uma especificidade na subjetividade do sujeito negro, enquanto sujeito racializado e exposto aos desdobramentos do racismo.

Contudo, a análise das exposições compartilhadas pelas psicólogas clínicas Jéssica, Annelise e Olívia, apesar de abrir tantos espaços para perguntas que podem ser exercitadas em estudos futuros, evidenciou que não se trata de haver uma subjetividade negra posta, definida, acabada e pronta a ser tratada e restaurada por um tratamento terapêutico, mas sim um constructo talhado constantemente nas imbricações do processo de construção de significados

na própria dinâmica social, submetido a disputas simbólicas em virtude da estrutura racista que organiza e classifica a vida em sociedade. A presunção de uma subjetividade com tal peculiaridade reorganizou reflexões em torno do processo de construção psíquica, impactou práticas sociais e a produção de uma vertente teórica em construção dentro do *campo psi*, que tem como finalidade articular possíveis afetividades derivadas da violência do racismo. Também não caberia a esta pesquisa, em qualquer hipótese, submeter um saber em desenvolvimento a juízo de valor ou qualquer que fosse o tipo de intransigência. Apenas pretendo responder, numa perspectiva antropológica, tratar-se de um conceito de subjetividade produzida por uma vertente do *campo psi* que atua na correspondência entre o sujeito psicológico e o sujeito político com o objetivo de descentralizar o universalismo científico que lhe é imposto como forma de encobrir um sistema ainda mais seletivo.

Por fim, cabe propor compreender, com a contribuição das exposições aqui compartilhadas, que o conjunto de significados acionados na alegação de uma *subjetividade negra* mobiliza discussões teóricas, práticas clínicas, articula mecanismos de linguagem, atua na produção de logicidades e no sistema de identificações. É capaz de realizar a correspondência entre a teoria da existência de um sentido, e a prática que desloca o sujeito para a busca do sentido. Ainda que não seja um constructo legitimado pelo cientificismo acadêmico, poucas atribuições semânticas dariam conta de explicar a concretude dos seus efeitos se não a de “existir” como categoria que organiza uma prática social dentro da psicologia clínica e atua na produção de novos sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

NASCIMENTO Elisa Larkin (org.) **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora** /. São Paulo: Selo negro, 2009. (Sankoka: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

BRAGA, Ana Paula Musatti; ROSA, Mirian Debieux. **Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios**. - Revista da ABPN • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.89-107.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
<<https://www.crpsp.org/impreso/index?categoria=3&page=2&per-page=40>> Disponível em 27/06/2019

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise** / Jurandir Freire Costa. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986. (Biblioteca de Psicanálise e sociedade; v. n. 3)

DO VALLE, Carlos Guilherme O. **“Identidade e Subjetividade”**: In: Antropologia e Direito – Temas antropológicos para estudos jurídicos, 2012. P. 88.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CNPq. 1986.

DUARTE, Luiz Fernando. **O nervosismo como categoria nosográfica no começo do século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.313-326.

BRASIL, Estatuto de Igualdade Racial. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> Disponível em 27/06/2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCISCO, Maria Cristina. **O corpo e a constituição do Sujeito. Curso teórico vivencial – Psicologia e Ralações Raciais**. Instituto AMMA Psique e Negritude, 2019: 4.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1980.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro (Trad.). Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HALL, Stuart. **Raça, o significativo flutuante**. Revista Z Cultural. Ano VIII, 2016. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%ef%80%aa/>

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resente ... [et AL.]. – 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para psicanálise**. – I. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise/ Laplanche e Pontalis**: sob a direção de Daniel Lagache: Tradução Pedro Tamen. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOREIRA, Jaqueline; ROMAGNOLI, Roberta; NEVES, Edwiges. **O surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde**. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27 (4), 608 – 621, 2007.

NOGUEIRA, Izildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE Política nacional de Humanização do Ministério da Saúde: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html>> Disponível em 03/04/2020

IPEA. **RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada... [et al]. – 4ª ed. –Brasília: Ipea, 2011, 39 p.: il.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

RUSSO, Jane. **Uma leitura antropológica do mundo “psi”**. In Jacó-Vilela, A. M. *et al.* (orgs.). *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*, Rio de Janeiro, UERJ, NAPE, p. 67-74, 1999.

SANTOS, A. O., & Schucman, L. V. **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)**. *Revista EPOS*, 6(2), 117-140, 2015

SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa. **Procura-se analista segurx – Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica**. *Lacuna: uma revista de psicanálise*. São Paulo, n -1, p. 3, 2016. Disponível em <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>.

SANTOS, A. O., & SCHUCMAN, L. V. **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)**. *Revista EPOS*, 6(2), 117-140, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer **Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana**. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 83-94, 2014. <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>>

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. **A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político**. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Volume 37 (núm. esp.), 172 – 185, 2017. <<https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>>

SEMINÁRIO PSICANÁLISE E RALAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM SÃO PAULO, São Paulo. *Anais*, 2017. <<https://www.youtube.com/watch?v=FazXBFS-XA&t=3930s>> Disponível em 04/07/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE SÃO PAULO. Divisão de Documentação e Pesquisa da História da Psicanálise, São Paulo. Disponível em 19/09/2019 <<https://sbpsp.org.br/div-de-documentacao.html>>

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** / Neusa Santos Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TAVARES, J.S.C. & KURATANI, S.M.A. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39, e184764, 1-13, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo [Recurso Eletrônico]. **Psicologia Social: Principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta**. *Fractal: Revista de Psicologia* – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000>

ANEXOS

Anexo 1




Conselho
Nacional de
Psicologia

**O Preconceito Racial Humilha,
a Humilhação Social faz sofrer.**

CAMPANHA NACIONAL DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS DOS CONSELHOS DE PSICOLOGIA

- Todo ser humano tem o direito a não sofrer desnecessariamente.
- O racismo é um mal social, que viola direitos constituídos e agride subjetivamente, humilhando os atingidos.
- A humilhação produz sofrimento e medo. Nenhum homem ou mulher poderá ser livre se predomina o medo.
- A humilhação constitui risco à saúde. É uma ação de dominação e poder que produz exclusão.
- Racismo: ajude a combater este mal! Diga não a discriminação!
Seja ético: diga não à humilhação!

RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002

Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e pelo Decreto 79.822;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se lê: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana” e a “Declaração de Durban”, adotada em 8 de setembro de 2001, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação;

CONSIDERANDO a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

CONSIDERANDO que o racismo é crime inafiançável e imprescritível conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO os dispositivos da lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

CONSIDERANDO os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:

“Art. VI – O Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.

Art. VII – O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas;”

CONSIDERANDO que o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo prevê a quebra do sigilo quando se tratar de fato delituoso cujo conhecimento for obtido através do exercício da atividade profissional;

CONSIDERANDO que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer;

CONSIDERANDO a decisão tomada na reunião plenária do dia 19 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2002.

ODAIR FURTADO
Conselheiro-Presidente